

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa

Cristiano Pereira Miranda dos Santos

Expressões nominais referenciais em editoriais:

Foco na paragrafação

Mestrado em Língua Portuguesa

São Paulo

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa

Cristiano Pereira Miranda dos Santos

Expressões nominais referenciais em editoriais:

Foco na paragrafação

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Dra. Vanda Maria da Silva Elias.

São Paulo

2008

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vanda Maria da Silva Elias

Profa. Dra. Sueli Cristina Marquesi

Profa. Dra. Elisa Guimarães

À minha Esposa **Renata**,

por ser minha Luz, meu Amor Maior

Aos meus pais **Eufrásio e Nilza**,

por serem meus Amores e Grandes Mestres

Às minhas irmãs **Patrícia, Valquíria e Mônica**,

por serem minhas preciosidades

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Vanda Maria da Silva Elias, profissional brilhante, exímia orientadora acadêmica, pelo acolhimento e incentivo, pela seriedade, pela competência e pela dedicação absoluta à orientação desta pesquisa.

À Profa. Dra. Sueli Cristina Marquesi, ilustre pesquisadora, modelo de competência acadêmica e admirável educadora cujas contribuições enriqueceram este trabalho.

À Profa. Dra. Elisa Guimarães, notável exemplo de competência e dedicação à pesquisa, excelente examinadora, pelas contribuições valiosas para o aprimoramento do trabalho no exame de qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-graduação, especialmente, à profa. Dra. Jeni Turazza, ao prof. Dr. João Hilton e ao prof. Dr. Luiz Antônio, pelas muitas contribuições.

Aos meus queridos professores Wilma Rigolon, Maria da Glória, Magali Fialho, Jorge César Mubarack e Rosa Maria Beloto, pelas imprescindíveis orientações.

À minha Esposa Renata, por alimentar meus sonhos e sempre fazer parte deles.

À Dona Irene, Mulher admirável cujas orações ajudaram-me.

Aos meus Amigos de sempre Carlos Henrique, Mário Batista, Robson e João Augusto, pela torcida e pela lealdade.

Aos colegas do Programa de pós-graduação, especialmente, Francis, Heidy, Luiz Carlos, Rubens e Tânia Luna, pelo companheirismo.

Aos colegas de trabalho, professores e funcionários, da escola “Américo Valentin Christianini”, principalmente à Sônia, à Dona Edna, à Lucila, à Eliane e ao Roberto, que sempre me apoiaram e entenderam minhas ausências.

*Lutar com palavras
é a luta mais vã.
Entanto lutamos
mal rompe a manhã.
São muitas, eu pouco.
Algumas, tão fortes
como o javali.*

(...)

*Palavra, palavra
(digo exasperado)
se me desafia,
aceito o combate.*

(...)

(Carlos Drummond de Andrade, O Lutador)

Esta dissertação trata do uso de expressões nominais referenciais como marcadores cognitivos de parágrafos e organizadores da macroestrutura textual de editoriais de jornal. Na perspectiva da referenciação (cf. MONDADA; DUBOIS, 1995, 2003), pretende-se analisar como as expressões referenciais podem contribuir para a paragrafação, em especial, de editoriais de jornal. Essa análise situa-se no campo da Lingüística Textual cujo posicionamento considera o texto como uma atividade de interação social. Baseia-se, especificamente, em estudos da referenciação entendida como construção de objetos-de-discurso. O *corpus* da pesquisa constitui-se de dez editoriais publicados, em 2007, no jornal Folha de S. Paulo. Os resultados obtidos indicam que expressões referenciais contribuem para a paragrafação de textos do gênero editorial de jornal.

PALAVRAS-CHAVE: Expressões nominais referenciais, referenciação, paragrafação, produção textual escrita.

This dissertation is going to discuss the use of referential expressions as cognitive markers of paragraphs and organisers of textual macrostructure of newspaper editorials. In the perspective of discourse reference (MONDADA; DUBOIS, 1995, 2003), this paper aims to analyse like referential expressions can contribute to the writing of paragraphs, specially, to the writing of newspaper editorials. This analysis is based on studies of Textual Linguistics whose position considers the text as an activity of social interaction. Specifically, it is base on studies of discourse reference as process of generate discourse referents. The *corpus* consists of ten editorials published in the newspaper *Folha de S. Paulo* in 2007. The results suggest that referential expressions contribute to the writing of paragraphs of newspaper editorials.

Keywords: Referential expressions, discourse reference, paragraph, writing.

Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: Estudo do texto no campo da Lingüística Textual	17
1.1 Texto e análise transfrástica	18
1.2 Texto e gramáticas de texto	19
1.3 Texto e pragmática	21
1.4 Texto e cognição	23
1.5 Texto e textualidade	26
1.6 Gêneros e tipos textuais	32
1.7 Gênero editorial de jornal	39
CAPÍTULO 2: Referenciação	44
2.1 Da noção de referência à concepção de referenciação	44
2.2 Estratégias de referenciação	48
2.3 Expressões nominais referenciais: movimentos anafóricos e catafóricos	51
2.4 Expressões nominais referenciais: algumas funções	57
2.4.1 Encapsulamento	58
2.4.2 Rotulação	61
2.4.3 Orientação argumentativa	65
2.4.4 Organização macroestrutural	70

Cont.

2.4.5 Marcação cognitiva de parágrafo ----- 71

2.4.5.1 Tópico discursivo ----- 77

CAPÍTULO 3: Análise do *corpus*: Expressões nominais referenciais em editoriais ----- 84

3.1 Constituição do *corpus* ----- 84

3.2 Procedimentos analíticos ----- 85

3.3 Análise ----- 87

CONSIDERAÇÕES FINAIS ----- 155

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ----- 159

Introdução

Introdução

*“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma coisa.
Por isso aprendemos sempre.”*

Paulo Freire

Esta dissertação situa-se no campo de investigações sobre a produção textual e tem por objetivo analisar expressões nominais referenciais em editoriais de jornal.

Tendo em vista o desenvolvimento dos estudos da referenciação entendida como atividade de construção de objetos-de-discurso, conforme Mondada & Dubois (1995; 2003) e Mondada (2003), postula-se que as **expressões referenciais**, de um modo geral, e as **expressões referenciais nominais**, de modo particular, assumem diversas funções, constituindo-se em um recurso lingüístico de fundamental importância para a produção do texto, entendendo-se texto como evento complexo comunicativo ou atividade de interação humana, que mobiliza diferentes saberes de ordem lingüística, pragmática e sócio-cognitiva.

Partindo-se da constatação de que é comum a presença de expressões nominais referenciais no início de parágrafos de editoriais de jornal, o presente estudo tem por objetivo analisar o modo de constituição e as funções de expressões

nominais referenciais iniciadoras de parágrafos em editoriais, a fim de contribuir para o ensino da produção textual escrita.

Para a realização da pesquisa, foi composto um *corpus* formado de dez editoriais do jornal paulistano *Folha de S. Paulo*, publicados no ano de 2007. A escolha do gênero editorial justifica-se por sua grande divulgação na mídia impressa e por sua função social de comentar e avaliar fatos de interesse nacional, segundo a visão de um grupo de poder institucionalizado pelo jornal. Por sua vez, a escolha do jornal *Folha de S. Paulo* justifica-se por sua relevância sociopolítica, a qual torna o referido jornal em um dos meios de comunicação mais respeitados do cenário jornalístico brasileiro.

A pesquisa encontra-se respaldada em estudos sobre **texto e textualidade**, sob a ótica de Beaugrande & Dressler (1981), Beaugrande (1997), Costa Val (2002), Koch (1992, 2002, 2003, 2004, 2006, 2007), Koch; Bentes & Carvalho (2007), Marcuschi (2005); sobre **gêneros e tipos textuais**, conforme Bakhtin (2003) e Marcuschi (2005); sobre **o gênero editorial de jornal**, segundo Van Dijk (1986, 1989), Guimarães (1992), Santos & Cavalcante (2001), Santos (2004), Manual da redação da Folha de S. Paulo (1987); e, especialmente, sobre **o fenômeno da referenciação** na concepção de Mondada & Dubois (1995, 2003), Apothéloz (2003), Conte (2003), Francis (2003), Carvalho (2005), Morato (2005), Marcuschi (1992, 2003, 2004), Koch (2003, 2004, 2005), Koch & Elias (2006).

A dissertação está organizada em três capítulos, afora esta introdução, as considerações finais e as referências bibliográficas:

- No **primeiro capítulo**, apresentam-se concepções de texto e textualidade desenvolvidas no campo da Lingüística Textual, bem como as noções de gêneros e tipos textuais.

- No **segundo capítulo**, trata-se do fenômeno da referenciação, considerando estratégias de constituição dos objetos de discurso e suas funções.
- No **terceiro capítulo**, procede-se à análise do *corpus* constituído de dez editoriais publicados no jornal *Folha de S. Paulo*.

Capítulo 1

Capítulo 1

Estudos do texto no campo da Lingüística Textual

Em suma, a Lingüística Textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas.

(KOCH, 2002, p. 27)

A Lingüística Textual compreende um ramo da Lingüística que surgiu na Alemanha, em meados da década de 60, com a preocupação de estudar o texto, tomando-o como unidade de comunicação verbal. (cf. FAVERO; KOCH, 1983)

Historicamente, podem-se distinguir três momentos fundamentais da Lingüística Textual: o primeiro momento relacionado à análise transfrástica, o segundo relacionado à construção de gramáticas de texto e o terceiro relacionado às teorias de texto fundadas na perspectiva pragmática. Esses momentos da Lingüística apresentam diferentes concepções do texto. Por isso, faz-se necessário discutir cada um deles.

1.1 – Texto e análise transfrástica

Segundo Koch (2004), esse primeiro momento da Lingüística Textual corresponde ao período que vai de meados da década de 60 até meados da década de 70. Nesse período, os estudos sobre o texto centravam-se sobre seus mecanismos interfrásticos, dentre eles se destacavam: a pronominalização, a concordância dos tempos verbais, as relações entre frases com e sem conector explícito, etc. Assim, pode-se dizer que os estudos do texto estavam atrelados à tradição estruturalista.

Desse primeiro momento, decorrem as concepções de texto como unidade lingüística superior à frase. Logo, o texto é concebido como o resultado da relação e/ou combinação de frases ligadas por diferentes mecanismos lingüísticos. Nesse sentido, Koch (2003) aponta as seguintes concepções de texto:

- a. unidade lingüística (do sistema) superior à frase;
- b. sucessão ou combinação de frases;
- c. cadeia de pronominalizações ininterruptas;
- d. cadeia de isotopias;
- e. complexo de proposições semânticas. (KOCH, 2003, p. 25)

Sendo assim, as abordagens sobre o texto estão atreladas às gramáticas estrutural e gerativa, tendo em vista que as relações sintáticas e interfrásticas delineiam seqüências lingüísticas inter-relacionadas concebidas como textos.

As lacunas nos estudos referentes a fenômenos como a correferência, a pronominalização, o uso de artigos (definidos e indefinidos), a relação tópicocomentário, a concordância dos tempos verbais, as ligações semânticas entre orações sem conectores, etc., contribuíram para que houvesse um avanço importante nos estudos lingüísticos, abrindo, de certa maneira, espaço para o surgimento do segundo momento da Lingüística Textual, o das gramáticas de texto.

1.2 – Texto e gramáticas de texto

A partir da segunda metade da década de 70, dá-se o segundo momento da Lingüística Textual cujo período compreende a construção de gramáticas textuais que objetivaram tratar de fenômenos lingüísticos não explicados pela gramática da frase. São exemplos de gramáticas de texto a *Gramática textual de língua francesa* (1982) e a *Gramática textual da língua alemã* (1993) ambas de Harald Weinrich, que procurou em seus estudos construir uma macroestrutura do discurso, com base em categorias gramaticais. Dentre outros lingüistas idealizadores das gramáticas de texto, pode-se apontar Van Dijk (1972) e Petöfi (1973).

Segundo Koch (2004), as gramáticas de texto teriam as seguinte funções:

- a) verificar o que faz com que um texto seja um texto, ou seja, determinar seus princípios de constituição, os fatores responsáveis pela sua coerência, as condições em que se manifesta a textualidade;
- b) levantar critérios para a delimitação de textos, já que a completude é uma de suas características essenciais;
- c) diferenciar as várias espécies de textos. (KOCH, 2004, p.5)

Para as gramáticas textuais, o estudo do texto fundamenta-se na análise de sua estrutura semântica profunda, de sua macroestrutura textual, pois o texto é concebido como a maior unidade de significação da língua. (cf. KOCH, 2004)

Nesse sentido, o texto compreende o *signo lingüístico primário* (KOCH, 2004), isto é, a mais alta unidade hierárquica de sentidos, por isso deve ser analisada considerando os aspectos lingüísticos relacionados à macroestrutura e às relações semânticas.

Postula-se, então, a existência de uma competência textual para os sujeitos da atividade verbal, tendo em vista que eles são capazes de reconhecer, (re) construir e avaliar o texto como unidade lingüística significativa.

Entretanto, apesar dos esforços de seus idealizadores, as gramáticas de texto não conseguiram construir um modelo teórico para todo e qualquer tipo de texto, mas criaram condições para novas reflexões sobre a construção, o funcionamento e a compreensão dos textos.

Assim, no final da década de 70, a Lingüística Textual passa a dialogar com outras ciências - Psicologia, Sociologia, Filosofia, etc., passando a ser vista como multidisciplinar, pois amplia seu campo de investigação, à medida que transcende o limite sintático-semântico do texto para investigar também seu caráter pragmático. Abrem-se, então, perspectivas para um novo momento da Lingüística Textual, o da *virada pragmática* (cf. KOCH, 2004).

1.3 – Texto e a pragmática

De acordo com Koch (2004), o terceiro momento da Linguística Textual corresponde à *virada pragmática*, que consiste, basicamente, no estudo do texto sob o enfoque de seu funcionamento como unidade de comunicação e/ou interação social. Nessa perspectiva, os fatores contextuais ou situacionais são incorporados na descrição textual, contribuindo para uma nova concepção de texto.

Nesse momento, segunda metade da década de 70, os lingüistas deixam de tratar o texto como sistema autônomo de relações sintático-semânticas para tratá-lo como atividade verbal entre sujeitos interlocutores. O texto deixa de ser entendido como um produto lingüístico acabado, fechado em sua estrutura para ser concebido como processo de *planejamento*, *verbalização* e *construção* (KOCH, 2004). Nesse sentido, o conceito de texto compreende a conjunção de ações verbais situadas, mediadas por elementos lingüísticos, por processos pragmáticos e cognitivos.

Visto como uma atividade verbal, o texto trata de uma ação comunicativa dotada de força ilocucional, que irá, de alguma forma, produzir efeitos no interlocutor, uma vez que há sempre um objetivo pretendido pelo texto, uma intenção principal que orienta sua organização macroestrutural e sua argumentação. Nesse sentido, Bentes (2004, p. 254) afirma: “(...) o sujeito *sabe* o que faz, como faz e com que propósitos faz (se entendemos que dizer é fazer)”.

Dessa maneira, compreende-se que na base da atividade de linguagem está a interação entre os sujeitos da ação verbal que são, sobretudo, parceiros da ação comunicativa. O texto passa a compreender o lugar da interação entre

interlocutores, sujeitos ativos e cooperativos que se constroem e são construídos no e pelo diálogo. (cf. KOCH, 2004)

Sob essas orientações de cunho pragmático, Koch (2002) afirma que a noção de texto baseia-se na ação verbal comunicativa entre sujeitos situados:

“Dessa perspectiva, então, podemos dizer, numa primeira aproximação, que textos são resultados da atividade verbal de indivíduos socialmente atuantes, na qual estes coordenam suas ações no intuito de alcançar um fim social, de conformidade com as condições sob as quais a atividade verbal se realiza.” (KOCH, 2002, p. 26)

Nessa acepção, o texto compreende uma atividade interacional entre sujeitos cooperativos, motivados por algum tipo de intenção, de propósito explícito ou implícito no texto. Os sujeitos são interlocutores ativos, que agem e interagem por meio da ação verbal configurada sob a forma de expressão lingüística. Dessa maneira, o texto precisa ser compreendido no seu processo, na sua realização comunicativa, considerando tanto os aspectos lingüísticos quanto os pragmáticos.

Logo, o texto é concebido como uma atividade social manifestada verbalmente por meio de elementos lingüísticos relacionados e ordenados conforme as muitas possibilidades oferecidas pela língua aos sujeitos envolvidos na interação comunicativa.

Considerando a manifestação da linguagem verbal como uma forma de ação, passa-se a refletir também sobre os processos mentais, que subjazem a essas

atividades de linguagem. Surge, então, outro novo momento da Lingüística Textual, o da *virada cognitiva*.

1.4 - Texto e cognição

Na década de 80, segundo Koch (2004), dá-se a *virada cognitiva*, segundo a qual as operações mentais e os modelos de diversos tipos de conhecimento atuam no processamento da ação comunicativa.

Assim sendo, a cognição passa a ocupar lugar de destaque nos estudos lingüísticos, tendo em vista a ativação e a reativação de conhecimentos arquivados e disponíveis na memória dos sujeitos da comunicação, que direta ou indiretamente atuam na atividade de linguagem.

Koch (2004) discute a existência de quatro sistemas de conhecimento do processamento textual: o lingüístico, o enciclopédico, o interacional e os modelos textuais globais, que são conhecimentos que explicam as relações sintáticas, culturais, sociais, pragmáticas, estruturais, etc., que subjazem à produção e à recepção da linguagem verbal.

Admite-se, então, a importância dos modelos cognitivos como estruturas complexas de conhecimentos e de experiências vivenciadas, que representam convenções estereotipadas de conceitos, situações e eventos sociais.

Na perspectiva cognitiva, postula-se que o texto é o resultado de múltiplas operações cognitivas interligadas e que cabe à Lingüística Textual desenvolver

procedimentos de descrição do texto, que correlacionem os diversos tipos de conhecimentos envolvidos na produção e na compreensão textual.

Koch (2004) defende que o texto resulta de operações mentais e passa a ser abordado sob o ponto de vista de seu processo:

(...) o texto passa a ser considerado resultado de processos mentais: é a abordagem procedural, segundo a qual os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social, têm conhecimentos representados na memória que necessitam ser ativados para que sua atividade seja coroada de sucesso. (KOCH, 2004, p. 21)

Sendo assim, o texto passa a ser focalizado sob a perspectiva das operações e/ou cálculos mentais realizados pelos usuários da língua, a partir de seus conhecimentos sobre o código lingüístico, sobre os modelos de textos, sobre os eventos sócio-culturais, entre outros.

Cabe ressaltar que, em um primeiro momento, a perspectiva cognitiva divide o mundo em duas entidades: a interior, do mundo mental, e a exterior, do mundo físico-social. Essa separação passa a ser questionada, quando a cognição passa a dialogar com outras ciências – Neurologia, Antropologia, Sociologia, etc. - dando origem à perspectiva sócio-cognitiva que incorpora aspectos sociais, culturais e interacionais às operações cognitivas.

Assim, a cognição passa a ser vista sob a concepção social. O que significa dizer que as operações cognitivas resultam de interações. Conforme postula Koch

(2004, p. 30): “(...) tais operações não se dão apenas na cabeça dos indivíduos, mas são o resultado da interação de várias ações conjuntas por eles praticadas.”

Tendo em vista essa abordagem sócio-cognitiva, o texto assume nova concepção embasada na linguagem como ação compartilhada e situada sócio-historicamente.

Dentro dessa concepção, Beaugrande (1997, p. 15) concebe o texto “como um *evento comunicativo em que convergem as ações lingüísticas, cognitivas e sociais.*”

Pode-se dizer, assim, que o texto compreende uma produção de linguagem que mobiliza diferentes saberes para sua configuração. Sua produção estrutura-se por meio do sistema de uma língua natural e, coordenadamente, por meio de aspectos cognitivos e pragmáticos peculiares a cada situação comunicativa, bem como pelos processos interacionais que condicionam as funcionalidades dos textos.

Essa concepção de texto como interação fundamenta este trabalho. Sob essa perspectiva é que se propõe estudar o fenômeno da referenciação na produção do texto, em especial no que diz respeito às expressões nominais referenciais que se encontram no início de parágrafos.

Nesse trajeto em busca de melhor entender o texto, apresenta-se, a seguir, a noção de textualidade entendida como conjunto de princípios constitutivos do evento textual, segundo Beaugrande (1997).

Após o estudo das diferentes concepções de texto no campo da Lingüística Textual, serão feitas considerações sobre princípios de textualidade, pois os pressupostos desta pesquisa partem do texto e de sua textualidade para

compreender como as expressões nominais referenciais podem contribuir para a produção textual do editorial de jornal, especialmente, para sua paragrafação.

1.5 – Texto e textualidade

De acordo com Beaugrande & Dressler (1981) e Beaugrande (1997), a textualidade compreende sete princípios de conectividade do texto. Trata-se de critérios lingüísticos e não-lingüísticos presentes direta ou indiretamente na produção textual.

Ao conceber o texto como evento social, os autores orientam-se não só pelos aspectos lingüísticos (sintático-semânticos), mas também pelos aspectos sócio-comunicativos, pragmáticos e interacionais que compõem a concepção interacional de texto e de linguagem.

Nesse sentido, apontam-se sete princípios de textualidade: *a coesão, a coerência, a intencionalidade, a informatividade, a situacionalidade, a aceitabilidade e a intertextualidade.*

O *princípio da coesão* compreende as relações de conexão mútua entre os componentes lingüísticos da superfície do texto, de maneira a construir diferentes relações de sentido. Em outras palavras, a coesão trata das conexões sintático-semânticas realizadas entre os elementos lingüísticos marcados no corpo do texto.

Nessa perspectiva, Costa Val (2002), respaldada em Beaugrande (1997), afirma que a coesão compreende modos de relação entre os componentes da materialidade do texto:

A coesão é apresentada como o princípio que concerne aos modos como os componentes da superfície textual se conectam mutuamente, de sorte que *todas as funções que podem ser usadas para sinalizar relações entre os elementos da superfície se incluem na noção de coesão* (p.3). Essa conceituação amplia limites que se firmavam quanto a quais seriam e como funcionariam os “mecanismos” de coesão, que vinham sendo entendidos, em estudos teóricos e trabalhos de aplicação, como uma lista finita de recursos lingüísticos cuja presença “garantia” a coesão do texto. (grifos da autora)
(COSTA VAL, 2002, p. 38)

Koch (1992) classifica dois tipos de modalidade de coesão textual: a *coesão referencial* e a *coesão seqüencial*. A primeira diz respeito aos processos referenciais de retomada/remissão a um elemento lingüístico marcado no co-texto anterior ou posterior. Nesse caso, são indicadores de processos de *coesão referencial*: o uso de artigos definidos e indefinidos, o uso de pronomes pessoais de 3ª pessoa, pronomes demonstrativos, possessivos, indefinidos, interrogativos, o uso de numerais cardinais, ordinais, advérbios, expressões nominais definidas, nomes genéricos, elipse, etc.

Já a modalidade *seqüencial de coesão* dá-se por meio de outros dois procedimentos seqüenciais de conexão entre as partes, parágrafos e trechos textuais: *seqüenciação parafrástica* e *frástica*. São indicadores de procedimentos parafrásticos: a recorrência de um item lexical, a recorrência de estrutura sintática (paralelismo), as paráfrases, etc. Dentre os procedimentos frásticos destacam-se: o uso de conectores interfrásticos, a manutenção temática por meio de termos de um

mesmo campo lexical, a progressão textual por meio da articulação tema-rema, a justaposição de enunciados com e sem partículas conectivas, etc.

No entanto, cabe dizer que *o princípio da coesão* é um fenômeno de relações entre elementos textuais, estreitamente, associados ao princípio da coerência, visto que, em certas conexões, faz-se necessário recorrer a elementos contextuais e interacionais para o *cálculo de sentidos*.

Koch (2004) alega que, embora sejam conceitos distintos, a coesão e a coerência possuem pontos comuns, por essa razão não podem ser separadas radicalmente. Assim, a autora explica:

(...) a distinção entre coesão e coerência não pode ser estabelecida de maneira radical, consideradas dois fenômenos independentes, pois, como vimos, nem sempre a coesão se estabelece de forma unívoca entre elementos presentes na superfície textual. Desta maneira, sempre que se faz necessário um cálculo do sentido, com recurso a elementos contextuais – em particular os de ordem sociocognitiva e interacional – já nos encontramos no domínio da coerência. Além do mais, os dois grandes movimentos responsáveis pela estruturação do texto – o de retrospectão e o de prospecção –, realizados em grande parte por meio dos recursos coesivos, são determinantes para a produção dos sentidos e, portanto, para a construção da coerência. Passou-se, também, a postular uma coerência pragmática, relacionada, sobretudo, com os atos de fala. Muitos autores passaram, então, a reivindicar que a coerência se constrói por meio de processos cognitivos operantes na mente dos usuários, desencadeados pelo texto e seu contexto, razão pela qual a ausência de elementos coesivos não é, necessariamente, um obstáculo para essa construção. (KOCH, 2004, p. 46)

Para Costa Val (2002) tanto a coesão quanto a coerência são construídas a partir de sinalizações deixadas pelo produtor do texto. Isso significa dizer que cabe

ao interlocutor construí-las com base no material lingüístico disponível e em processos cognitivos desencadeados pelos aspectos pragmáticos e sócio-comunicativos.

O *princípio da coerência* compreende as relações semânticas, cognitivas e inferenciais que constroem um *mundo textual* lógico. Assim, a coerência trata das associações lógicas entre os componentes da materialidade textual e os aspectos sócio-comunicativos (pragmáticos), de modo a construir um *mundo textual* adequado à situação comunicativa. (cf. Costa Val, 2002)

De acordo com Fávero (2002), a coerência responde pelas relações conceituais que subjazem entre os componentes co-textuais e contextuais, de modo a construir os sentidos do texto e sua *macrotextualidade*.

Para Koch (2004), a coerência compreende fenômeno semântico do domínio sócio-cognitivo e pragmático, por construir relações macroestruturais profundas. Assim, a coerência concerne à produção de significados. Ela é construída a partir de processos cognitivos desencadeados por marcas textuais e contextuais.

O *princípio da intencionalidade* refere-se aos propósitos comunicativos do produtor do texto, aos seus objetivos discursivos que são informar, convencer, persuadir ou incitar uma ação do interlocutor. Trata-se da ação ilocutória do discurso, na qual o locutor tenciona realizar uma ação verbal coesa e coerente.

De acordo com Beaugrande (1997), um texto pode até não conseguir realizar sua intenção, seu propósito, mas o *princípio da intencionalidade* sempre existe no evento comunicativo.

O *princípio da informatividade* diz respeito à organização do conteúdo do texto, que deve primar pelo equilíbrio entre a quantidade de informação dada e nova. Isso significa dizer que o produtor do texto precisa administrar a expectativa que seu texto provoca, ou seja, o discurso não pode ser, totalmente, previsível, nem tão pouco absolutamente inédito, o que traria problemas de compreensão ou falta de interesse por parte do interlocutor. Ajustar a quantidade de informações dada e nova é a principal questão que envolve o princípio da informatividade.

O *princípio da situacionalidade* concerne à adequação do texto às situações comunicativas, aos diferentes contextos sócio-políticos e culturais. Assim, a situacionalidade trata das convenções sociais e históricas que envolvem a produção textual.

Segundo Costa Val (2002), a situacionalidade não concerne apenas às circunstâncias físicas ou empíricas, mas também à interpretação dos contextos de realização textual.

A autora ainda comenta que a situacionalidade corresponde mais à adequação do texto a uma determinada situação do que à “correção em termos de correspondência ao ‘mundo real’(...)”. (COSTA VAL, 2002, p. 40)

O *princípio da aceitabilidade* liga-se à expectativa do interlocutor, que espera do texto coerência, relevância e novos conhecimentos. Nesse princípio, entra em questão a cooperação entre os interlocutores, isto é, o leitor/ouvinte precisa interagir com o texto, entrar no *jogo* da interlocução. Por sua vez, o produtor do texto espera essa cooperação de seu interlocutor, no sentido de aceitar a comunicação.

Segundo Koch (2004), a aceitabilidade associa-se, também, ao princípio de cooperação de Grice (1975), que trata das máximas da conversação, isto é, estratégias de cooperação adotadas pelo produtor a fim de que seu texto seja

aceito. Essas estratégias referem-se à qualidade (originalidade), à quantidade (informação), à relevância, à concisão, à clareza, entre outras estratégias de cooperação.

Por fim, o *princípio de intertextualidade* diz respeito ao diálogo entre textos, isto é, os textos são produzidos a partir da experiência de leitura e da referência a outros textos. Isso significa dizer que os sentidos de alguns textos dependem do conhecimento de outros textos já-existentes. Para Koch (2004), esses textos já-existentes servem de fonte de referência. Por essa razão, são denominados *textos-fonte*. Por sua vez, um texto inserido em outro denomina-se *intertexto*.

De acordo com Koch (2004), a intertextualidade pode dar-se explícita ou implicitamente. Quando ocorrer menção direta ao texto-fonte, a intertextualidade será explícita (citações, traduções, referências, etc). Já a intertextualidade implícita ocorre quando não se faz menção ao texto-fonte. Nesse caso, espera-se que o leitor/ouvinte recorra à sua memória discursiva para identificar a intertextualidade implícita e a partir dela construir sentidos para o texto. Koch, Bentes & Cavalcante (2007) apresentam alguns tipos de intertextualidade: *intertextualidade temática, intertextualidade estilística, intertextualidade explícita e implícita*.

A *intertextualidade temática* é encontrada quando um mesmo tema, pensamento e/ou conceito é tratado por diferentes obras, mesmo que ocorram novas focalizações sobre o tema.

A *intertextualidade estilística* ocorre quando o produtor do texto lança mão de formas, estilos e variações lingüísticas recorrentes em outros autores para compor seu texto e atingir seus variados propósitos ilocutórios (ironizar, parodiar, criticar, etc.)

A *intertextualidade explícita* diz respeito ao uso de referências marcadas claramente no texto, tais como citações, traduções, resumos, etc., que indicam a fonte do *intertexto* (cf. KOCH, BENTES, CAVALCANTE, 2007). O uso desse tipo de intertextualidade pode servir de argumento de autoridade e de legitimidade para textos argumentativos e científicos.

A *intertextualidade implícita* ocorre quando não há menção e/ou referência explícita ao texto-fonte, uma vez que o produtor do texto pressupõe que seu interlocutor recupere o *intertexto* a partir de conhecimentos de mundo arquivados na memória.

A seguir, serão apresentadas algumas considerações gerais sobre as noções de gêneros e tipos textuais, uma vez que elas são determinantes para a compreensão da produção textual e para a fundamentação teórica do *corpus* desta pesquisa.

1.6 – Gêneros e tipos textuais

Ao falar ou escrever, o sujeito age verbalmente, conforme as circunstâncias e as especificidades da interação comunicativa, o que significa dizer que existem múltiplas formas de organização composicional, de estilo e de conteúdo temático, que precisam ser consideradas para a eficácia da produção do texto e de seus sentidos.

De acordo com Bakhtin (2003), os gêneros compreendem práticas sociais de atividades específicas da linguagem humana. Em seu trabalho *Estética da criação*

verbal (2003), Bakhtin apresenta a definição de gênero discursivo e sua relação com a atividade humana:

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo de atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo de linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolúvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2003, p. 261- 262)

Para Bakhtin (2003), os gêneros são constitutivos das atividades humanas, que envolvem aspectos ideológicos, lingüísticos, culturais, interacionais, entre outros. Trata-se de fenômenos relativamente fluidos e numerosos, tendo em vista a variabilidade e a dinamicidade das atividades de linguagem. A riqueza de diversidade dos gêneros torna-os incontáveis e inesgotáveis como são *multiformes* as atividades humanas.

Ainda, de acordo com Bakhtin (2003), os gêneros podem ser abordados sob três aspectos: a forma composicional, o estilo e o conteúdo temático, que se configuram, diferentemente, conforme as especificidades das práticas comunicativas.

Respaldo teoricamente em Bakhtin (2003), Marcuschi (2005) não concebe os gêneros textuais como modelos fechados nem como *estruturas rígidas*, mas como *formas culturais e cognitivas de ação social* dinâmica. Dentre a grande variedade de gêneros textuais, o autor identifica: a carta pessoal, o bilhete, o romance, a reportagem jornalística, o telefonema, a bula de remédio, a receita culinária, etc.

De acordo com Marcuschi (2005), os gêneros textuais são dinâmicos, flexíveis porque são fenômenos histórico-sociais, sujeitos às variações e inovações das atividades humanas. O autor questiona a visão dos gêneros sob o ponto de vista de sua forma estrutural:

Existe uma grande variedade de teorias de gêneros no momento atual, mas, pode-se dizer que as teorias de gênero que privilegiam a forma ou a estrutura estão hoje em crise, tendo-se em vista que o gênero é essencialmente flexível e variável, tal como o seu componente crucial, a linguagem. Pois, assim como a língua varia, também os gêneros variam, adaptam-se, renovam-se e multiplicam-se. Em suma, hoje, a tendência é observar os gêneros pelo seu lado dinâmico, processual, social, interativo, cognitivo, evitando a classificação e a postura estrutural. (MARCUSCHI, 2005, p. 18)

Para o autor, os gêneros buscam compreender o extenso domínio de funcionamento da língua com suas diferentes formas de ação social ou de comunicação.

Os gêneros não são modelos fechados pré-fabricados que devem ser reproduzidos, sem que variações de estilo e de criatividade possam acontecer, uma vez que eles se relacionam, diretamente, com as práticas discursivas e sociais, com

os aspectos cognitivos, com as tecnologias e com as ações culturais. Mas são *modelos fluidos*, pois podem renovar-se, tendo em vista novas práticas de linguagem, fatores históricos, etc. Conforme Marcuschi (2005, p. 19) afirma: “Quando ensinamos a operar com um gênero, ensinamos um modo de atuação sócio-discursiva numa cultura e não um simples modo de produção textual.”

Nesses termos, Marcuschi (2005, p. 19) define os gêneros textuais como “formações interativas, multimodalizadas e flexíveis de organização social e de produção de sentidos. Assim, um aspecto importante na análise do gênero é o fato de ele não ser estático nem puro.”

Dessa maneira, o autor ainda afirma:

Eles são fenômenos relativamente plásticos com identidade social e organização bastante grande e são parte constitutiva da sociedade. Acham-se ligados às atividades humanas em todas as esferas e em muitos casos, como vimos, dão margem às marcas de autoria e estilo próprio em graus variáveis. (MARCUSCHI, 2005, p. 22)

Considerando a dinamicidade e a multiplicidade dos gêneros textuais, torna-se muito difícil a sua classificação. O que se tem feito para analisar e identificar os diferentes gêneros é a referência ao meio de circulação, às funções sociais, aos conteúdos e aos sujeitos envolvidos na interação.

Segundo Marcuschi (2005), os gêneros que emergiram no último século, particularmente, os oriundos dos meios eletrônicos, possibilitaram certo *hibridismo* da relação entre oralidade e escrita, assim como possibilitaram semioses entre diferentes signos: sons, imagens e elementos lingüísticos. Para o autor, o desenvolvimento e o uso constante de tecnologias propiciaram a aparição de novos

gêneros textuais, tais como: teleconferências, telefonemas, videoconferências, etc. Esses gêneros representam alterações significativas nas atividades comunicativas e nas formas de interação do homem pós-moderno.

Ainda, para o autor, há sempre o surgimento de novos gêneros textuais, mas estes não são absolutamente inéditos, pois decorrem de outros gêneros já existentes que foram transformados em função de novos suportes e novas práticas de comunicação. Essa transformação dos gêneros corresponde ao processo de *transmutação* tratado por Bakhtin (2003) em que um gênero é assimilado por outro. Conforme Marcuschi (2005, p. 20-21) pontua:

Veja-se o caso do telefonema, que apresenta similaridade com a conversação que lhe pré-existe, mas que, pelo canal telefônico, realiza-se com características próprias. Daí a diferença entre uma conversação face a face e um telefonema, com as estratégias que lhe são peculiares. O *e-mail* (correio eletrônico) gera *mensagens eletrônicas* que têm nas cartas (pessoais, comerciais etc.) e nos bilhetes os seus antecessores. Contudo, as cartas eletrônicas são gêneros novos com identidades próprias, como se verá no estudo sobre gêneros emergentes na mídia virtual. (MARCUSCHI, 2005, p. 20-21)

Nesses termos, afirma-se mais uma vez que os gêneros não são formas fixas de realização dos textos, mas manifestações textuais contextualizadas por fatores históricos, funcionais, sócio-culturais, por novas práticas de interação que emergem com a evolução dos suportes de comunicação e também por diferentes caracterizações macroestruturais. Enfim, todos esses fatores são determinantes, em menor ou maior grau, para a configuração dos gêneros textuais.

Portanto, os gêneros textuais compreendem práticas discursivas construídas historicamente, culturalmente e cognitivamente, que privilegiam a funcionalidade e a interatividade da língua entendida como ação social. Por essa razão, constituem textos empiricamente dotados de propriedades sócio-comunicativas situadas.

Ao tratar da noção de gênero textual, Marcuschi (2005) afirma que essa noção é diferente da noção de tipo textual. Para o autor, a noção de tipo de texto está atrelada à realização lingüística, às propriedades sintáticas, lexicais, enfim à lógica seqüencial e conceitual entre os enunciados do texto.

As designações dos tipos textuais baseiam-se no aspecto interno, ao contrário dos gêneros que se fundamentam principalmente nos aspectos intersubjetivos, sociais, mobilizando também aspectos internos, mas centrados, prioritariamente, nas funções desempenhadas pelos textos.

Ainda, Marcuschi (2005, p. 22) explica: “Em suma, pode-se dizer que os gêneros textuais fundamentam-se em critérios externos (sócio-comunicativos e discursivos), enquanto os tipos textuais fundamentam-se em critérios internos (lingüísticos e formais)”.

O autor define o tipo textual, da seguinte maneira:

Usamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de seqüência teoricamente definida pela *natureza lingüística* de sua composição [aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas]. Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*. (MARCUSCHI, 2005, p. 22)

O autor defende ainda que os tipos textuais não são categorias estritamente fechadas em suas superestruturas, isto é, eles não são esquemas rígidos, impenetráveis e que há a presença de mais de um tipo textual em um único gênero. Por isso, Marcuschi (2005, p. 25) afirma que “um texto é em geral tipologicamente variado (heterogêneo).” Assim, o gênero romance, cujo tipo predominante é o narrativo, pode conter também seqüências descritivas, argumentativas, expositivas, entre outras. Nesses casos, o que importa para a categorização é a predominância do tipo textual.

Considerando essas observações teóricas, deve-se evitar confundir gêneros e tipos textuais. Os gêneros tratam de realizações concretas, empíricas dos textos em função de atividades interativas situadas social e historicamente. Já os tipos textuais definem-se por seqüências lingüísticas típicas, que organizam o texto em função de uma estrutura lingüística ou de uma *seqüência de base*. Cabe dizer ainda que, ao contrário dos gêneros, os tipos textuais são encontrados em número limitado de exemplos: *o tipo narrativo, descritivo, o argumentativo e o injuntivo*. (cf. MARCUSCHI, 2005)

A caracterização de cada tipo textual dá-se pelas relações sintáticas entre os elementos lingüísticos. Assim, *o tipo narrativo* caracteriza-se por apresentar uma seqüência temporal; *o descritivo* por apresentar seqüência de localização e de identificação; *o argumentativo* por apresentar uma avaliação e *o tipo injuntivo* por trazer seqüências imperativas. (cf. MARCUSCHI, 2005)

Para Fiorin (2005), os tipos textuais são categorias mais gerais de organização do que os gêneros porque estes fazem uso dos tipos de texto em sua composição. Assim, um tipo textual pode ser utilizado por vários gêneros ou um único gênero pode valer-se de mais de um tipo. Assim, o tipo narrativo pode compor

uma piada, uma notícia de jornal, etc.; um romance pode valer-se dos tipos narrativo, descritivo e argumentativo. O autor ressalta ainda que os tipos textuais têm permanência duradoura e podem ser idênticos em diferentes culturas e épocas.

Sendo assim, os tipos textuais definem-se por apresentar determinadas características lingüísticas específicas para a composição dos textos, indicando processos seqüenciais que envolvem aspectos sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, etc.

A seguir, serão apresentadas considerações teóricas a respeito dos editoriais de jornal, a fim de se buscar definições desse gênero que constitui o *corpus* de análise deste trabalho.

1.7 – Gênero editorial de jornal

Segundo o Manual geral da redação do jornal *Folha de S. Paulo* (1987, p. 152 - 153), os editoriais são textos em que “o jornal exprime de maneira formal suas opiniões.” São publicados, diariamente, na página A- 2 do referido jornal, estão sempre dispostos em dois módulos à esquerda da folha e são redigidos pelos editorialistas.

No jornal *Folha de S. Paulo*, os editoriais devem seguir padrões de estilo para não se afastarem de sua função de expressar com responsabilidade a ideologia do jornal. Nesse sentido, o Manual geral da redação da *Folha de S. Paulo* prescreve:

O editorial da **Folha** deve ser enfático sem ser estridente, sereno sem ser pesado e desinteressante; deve expressar os pontos de vista do jornal de maneira aguda, sem tergiversar. Deve apresentar concisamente a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar os que a eles se opõem e finalizar condensando a posição adotada pela **Folha**. O editorial deve dispensar a linguagem empolada, evitar a ironia e a interrogação, quase nunca adotar a exclamação. (MANUAL GERAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO, 1987, p. 75)

De acordo com Guimarães (1992), os editoriais compreendem formas discursivas de expressar a opinião do jornal. Sendo assim, eles comentam fatos cotidianos de repercussão, idéias, posicionamentos políticos do governo e de outras instituições da sociedade, expondo avaliações sobre o ponto de vista do jornal. Por essa razão, os editoriais estruturam-se nos mesmos princípios dos textos argumentativos.

A autora ainda defende que a partir do estudo de editoriais dos jornais *Times*, *Dailly Telegraph*, *Dailly Mail*, *Sun* e *Guardian*, Van Dijk (1989) apresenta três categorias funcionais do esquema textual do editorial: a definição, a explanação ou avaliação e a conclusão, evidenciando que o gênero editorial está atrelado ao esquema argumentativo, tanto no que diz respeito à dinâmica pragmática quanto à organização composicional de seqüências argumentativas com suas categorias: premissas, argumentos e conclusão.

A categoria da definição apresenta e descreve uma situação e/ou um fato temático de interesse social. Por sua vez, a categoria da explanação ou avaliação organiza os argumentos, explica as causas e as razões da situação ou fato, relacionando-as a fatores políticos, econômicos, sociais, entre outros. Por fim, a categoria da conclusão apresenta um desfecho com possíveis recomendações

apoiadas em um juízo de caráter coletivo com vistas à adesão do leitor às idéias defendidas pelo jornal.

Para Guimarães (1992), o gênero editorial pertence ao domínio jornalístico e caracteriza-se por ser um texto que representa a voz institucional do jornal. Para a autora, o editorial expressa uma opinião, uma avaliação ideológica crítica de um grupo de poder que pretende construir uma opinião pública. Pode-se dizer que essa é uma das razões porque os editoriais não possuem autoria e estão localizados, comumente, nas páginas iniciais dos jornais.

A origem dos editoriais advém da evolução dos artigos de fundo, textos que eram escritos pelo dono ou diretor do jornal, com estilo preciso, empolgante, destrutivo, com visões políticas, doutrinárias e críticas sobre fatos ou idéias. (cf. GUIMARÃES, 1992)

Atualmente, os editoriais são escritos pelos editorialistas, jornalistas que devem expressar a ideologia e as opiniões do jornal. No entanto, Guimarães (1992) defende que a voz dos editorialistas também está marcada no texto, pois as escolhas lexicais e o planejamento textual dos editorialistas revelam suas opiniões, crenças e idiossincrasias. O que se pode dizer, então, é que dentre as vozes dos editoriais, a dominante é a da ideologia da instituição de imprensa.

O conteúdo dos editoriais pode ser definido a partir de reuniões entre os editorialistas, o editor, o diretor ou o dono do jornal que discutem e analisam fatos noticiosos a serem comentados nos editoriais, de modo a expressar a opinião do jornal.

Segundo Guimarães (1992), a organização textual dos editoriais (*sumário - lead, avaliação e conclusão.*) pode ser definida pela associação das categorias textuais da notícia (*sumário, fato noticioso e seus desdobramentos* – Van Dijk,

1986), da categoria da exposição (*definição, explanação - avaliação e finalização - conclusão* – Van Dijk, 1989) e *das categorias da argumentação (premissa, argumentos e conclusão ou tese* – Charolles, 1980).

Por sua vez, Santos & Cavalcante (2001) defendem que os editoriais possuem uma forma fixa: um título que pode resumir o conteúdo do texto ou funcionar como meio atrativo de chamar a atenção do leitor; uma notícia que trata das informações sobre assuntos gerais nacionais ou internacionais, comumente, sobre política e economia; por fim, uma opinião que reflete o posicionamento do jornal.

Essas considerações teóricas sobre os editoriais objetivam apresentar uma noção básica do que se entende por editoriais de jornal e, assim, situar o *corpus* deste estudo.

Assim, neste primeiro capítulo, busca-se um estudo do texto a partir das concepções da Lingüística Textual, tendo em vista que o texto é concebido diferentemente, conforme a perspectiva teórica escolhida pelos estudos lingüísticos. Sobretudo, adota-se a concepção de texto como interação social entre sujeitos interlocutores como pressuposto teórico norteador deste trabalho.

No próximo capítulo, tratar-se-á da relação entre referenciação e produção textual.

Capítulo 2

Capítulo 2

Referenciação

(...) “a referenciação é uma ação interativa, construtiva e não representacional, possivelmente componencial, que fornece pistas de acesso para elaboração de sentidos;” (...)

(MARCUSCHI, 2007, p. 101)

Neste capítulo, apresenta-se a noção de referenciação, conforme postulam Mondada & Dubois (1995, 2003). Especialmente, destacam-se as estratégias e algumas funções referenciais desempenhadas por expressões nominais na produção do texto escrito.

2.1 – Da noção de referência à concepção de referenciação

A noção de referência corresponde ao conceito de reflexão do mundo, segundo o qual as palavras podem reproduzir fielmente as coisas. Para Mondada & Dubois (2003), essa perspectiva representacional ligava-se à idéia de “metáfora do espelho” - de reflexo da realidade. Nesse sentido, os referentes eram instâncias recuperáveis, objetivamente, pela linguagem, havendo, assim, ligação referencial direta entre a linguagem e os objetos do mundo.

Sob essa perspectiva, os sujeitos da atividade verbal podiam, igualmente, perceber e compreender os objetos do mundo, tais quais eles eram apresentados. Essa noção de referência não considerava os aspectos interacionais, cognitivos, afetivos, pragmáticos, discursivos, entre outros, como fatores determinantes e motivadores de processos referenciais. Por essa razão, a visão referencial especular do mundo não se mostrou suficiente para explicar o dinamismo da relação entre a linguagem, a significação e o mundo.

Ao considerar a referência como meio de representação objetiva, salienta-se uma visão estruturalista de linguagem. No estruturalismo, a língua compreendia um sistema de signos lingüísticos de codificação e de decodificação, no qual as entidades do mundo poderiam ser representadas pelo instrumento da língua. Entretanto, essa concepção de língua e de referência passou a ser questionada, na medida em que se compreendeu que a língua não era um simples instrumento de representação de um mundo *que tampouco está aí pronto (...)* (cf. MARCUSCHI, 2004, p. 263)

Assim sendo, a noção de referência é substituída pela noção de referenciação (cf. MONDADA & DUBOIS, 2003), segundo a qual os objetos do mundo não são representações da realidade, mas objetos-de-discurso concebidos a partir de práticas sociais entre os sujeitos da atividade de linguagem.

Mondada & Dubois (2003) contrapõem à noção de referência a de referenciação, ao afirmarem:

Em resumo, passando da referência à referenciação, vamos questionar os processos de discretização e de estabilização. Esta abordagem implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito “encarnado”, mas ainda um sujeito sócio-cognitivo mediante uma

relação indireta entre os discursos e o mundo. Este sujeito constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso. Isto significa que, no lugar de fundamentar implicitamente uma semântica lingüística sobre as entidades cognitivas abstratas, ou sobre os objetos *a priori* do mundo, nós nos propomos reintroduzir explicitamente uma pluralidade de atores situados que discretizam a língua e o mundo e dão sentido a eles, constituindo individualmente e socialmente as entidades. (MONDADA & DUBOIS, 2003, p. 20)

A referenciação compreende, portanto, uma atividade sócio-cognitiva de construção de referentes no e pelo discurso pela ação dialógica entre os sujeitos da enunciação. Por essa razão, os referentes não são entidades dadas nem pré-existentes ao discurso, mas construções sócio-históricas nascidas de interpretações e de percepções dos interlocutores, quando da interação humana pela linguagem.

Nesse sentido, fundamentado em Mondada & Dubois (1995), Marcuschi (2003) compreende a referenciação como atividade interativa e discursiva de construção de referentes, que são tomados como objetos-de-discurso, ou seja, construções negociadas dialogicamente. Corroborando com o autor, Koch (2004) afirma que o discurso constrói o objeto ao qual ele se refere, tendo em vista as escolhas cognitivas e lingüísticas para a (re) construção dos objetos-de-discurso e de seu *querer-dizer*.

Segundo Mondada & Dubois (2003), a concepção de referenciação parte da instabilidade constitutiva da categorização de objetos de discurso. As autoras defendem que a construção desses referentes apóia-se em processos cognitivos, lingüísticos, pragmáticos e interacionais, que constroem e renovam os pontos de vista sobre os referentes.

De acordo com Coseriu (1977), a linguagem verbal interpreta a realidade. São as interpretações culturais que constroem as visões do mundo. Assim, o autor entende a realidade e os referentes como produtos das interpretações humanas.

Koch (2003) postula que a realidade não existe por si só. Ela é produto das percepções culturais que constroem estereótipos, fomentando as representações de mundo construídas na e pela linguagem durante as interações sociais. Poder-se-ia dizer, assim, que as representações de mundo são produtos de interpretações e de percepções culturais mediadas pelas interações discursivas entre interlocutores.

Sabendo-se que os objetos-de-discurso são construções sócio-cognitivas, entende-se que os referentes não podem ser estáveis, pois eles passam pelo crivo das percepções humanas, pelas ideologias de grupos, pelos diferentes contextos pragmáticos e, sobretudo, pelo diálogo entre os atores da ação discursiva.

Para Mondada & Dubois (2003), a instabilidade das categorizações do mundo é um fenômeno sincrônico e diacrônico. As categorizações são flexíveis, inconstantes, porque resultam de negociações intersubjetivas e de fatores histórico-pragmáticos. Desse modo, os objetos-de-discurso podem ser *categorizados, recategorizados e de-categorizados*.

Afirma-se, juntamente com Mondada & Dubois (2003), que a instabilidade de relação entre a língua e os objetos-de-discurso pode ser relacionada mais à pragmática da enunciação do que à semântica descritiva dos objetos, o que significa dizer que a categorização de objetos-de-discurso decorre principalmente de ações sócio-cognitivas situadas.

Sendo assim, os objetos-de-discurso são referentes categorizados e recategorizados, discursivamente, por meio de processos de reformulação que

visam à sua adequação aos diferentes contextos comunicativos. Essa reconstrução de categorias ajusta-se ao mundo contínuo do discurso.

Embora se defenda que os objetos-de-discurso são referentes construídos interativamente por meio de processos sócio-cognitivos, sendo assim instáveis porque são produzidos no e pelo discurso, não se pode desconsiderar também a estabilidade relativa em que se ancoram as categorias prototípicas e/ou estereotipadas.

A estabilidade relativa dos objetos-de-discurso também está associada aos aspectos cognitivos que colaboram para a construção de protótipos. Sobretudo, não se pode perder de vista que essa estabilidade resulta de processos de convenção social e de interlocução entre os sujeitos da comunicação.

Sem a estabilidade relativa dos objetos-de-discurso, não se poderia pensar em comunicação, pois um interlocutor não entenderia o outro. Os referentes não seriam produções sociais e interativas. Para cada homem, a realidade seria resultado de suas idiossincrasias, não de práticas sócio-discursivas.

Portanto, os objetos-de-discurso compreendem produções discursivas de sujeitos da atividade de linguagem que, no e pelo discurso, introduzem, retomam ou modificam os referentes, realizando, assim, estratégias de referenciação.

2.2 – Estratégias de referenciação

De acordo com Koch & Elias (2006), a construção dos objetos-de-discurso ocorre por meio de estratégias de referenciação. Essas estratégias dizem respeito

aos processos de *introdução*, *retomada* e *desfocalização* de referentes. A mobilização desses referentes constitui a progressão referencial do texto. É nesse percurso que o texto desenvolve-se, articula-se e adquire progressão textual.

A estratégia de *introdução* refere-se à construção de um objeto-de-discurso, isto é, introduz-se um novo referente que até então não havia sido apresentado no texto. Ao realizar essa *introdução*, o referente (objeto-de-discurso) fica em foco na memória discursiva e saliente na superfície textual.

Para Koch & Elias (2006), os processos de introdução de referentes podem dar-se por meio da *ativação ancorada* e da *ativação não-ancorada*. Esta última trata da introdução de um objeto-de-discurso novo, ou seja, o referente, até então, não constava do co-texto. Por outro lado, a *ativação ancorada* diz respeito à introdução de um objeto-de-discurso com base em algum tipo de relação estabelecida pelo co-texto ou pelo contexto sócio-cognitivo.

A *ativação ancorada* pode ocorrer por meio de anáforas indiretas e associativas. As primeiras não possuem um antecedente explícito no co-texto, mas um elemento que serve de *âncora* semântica para a interpretação do objeto-de-discurso. Já as anáforas associativas introduzem um referente a partir de relações meronímicas e/ou metonímicas, nas quais os referentes podem ser interpretados a partir da apresentação de elementos que compõem suas partes, seu conteúdo, suas características marcantes, etc. (cf. KOCH & ELIAS, 2006)

A *retomada*, por sua vez, refere-se ao processo de manutenção do objeto-de-discurso, ou seja, reativa-se um referente já apresentado no texto por meio de uma forma lingüística referencial, de maneira que o referente permaneça em foco.

Quanto à *desfocalização*, trata-se da introdução de um novo referente, criando uma nova focalização. Nesse caso, para Koch & Elias (2006, p. 126), o

referente que sai de foco “permanece em estado de ativação parcial (*stand by*), ou seja, ele continua disponível para utilização imediata sempre que necessário.”

Sendo assim, as estratégias de referenciação compreendem os fenômenos sócio-cognitivos, culturais e lingüísticos que atuam na categorização da realidade sob o filtro das percepções humanas em processos interativos.

Ressalta-se, ainda, que as estratégias de referenciação contribuem para a progressão textual, à medida que introduzem, retomam e desfocalizam os referentes do texto.

Koch (2003) destaca três formas lingüísticas referenciais que promovem a progressão do texto. A autora ainda afirma que esses recursos podem ser de ordem gramatical (pronomes, elipses, numerais, advérbios, etc.) ou de ordem lexical (reiteração de itens lexicais, sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, expressões nominais, etc.). Assim, a autora identifica as três formas lingüísticas de progressão textual:

- a) uso de pronomes ou elipses (pronome nulo);
- b) uso de expressões nominais definidas;
- c) uso de expressões nominais indefinidas. (KOCH, 2003, p. 85)

O uso de pronomes referenciais ou de elementos gramaticais com função de pronome é descrito pelos estudos lingüísticos como *pronominalização*, anafórica ou catafórica, conforme seu movimento referencial co-textual, respectivamente, retrospectivo ou prospectivo. (cf. KOCH, 2003)

Por sua vez, o uso de expressões nominais referenciais compreende as descrições definidas, as nominalizações, as rotulações, as anáforas diretas, indiretas

e associativas. De acordo com Koch (2004), essas expressões referenciais podem constituir-se de um determinante (artigo definido e indefinido, pronomes demonstrativos e possessivos), de um nome-núcleo (genérico, metafórico, meronímico e/ou metonímico, metadiscursivo, etc.) e de um modificador (adjetivo com valor positivo ou negativo, oração relativa, etc.), sendo a configuração básica: o determinante e o nome-núcleo.

Para Koch (2004), as expressões referenciais representam as escolhas cognitivas e lingüísticas reveladoras do *projeto de dizer* do produtor do texto, de suas opiniões, crenças, ideologias, propósitos ilocutórios e de propriedades marcantes dos objetos-de-discurso que podem revelar informações que o autor julga desconhecidas de seu interlocutor.

2.3 – Expressões nominais referenciais: movimentos anafóricos e catafóricos

As expressões nominais referenciais realizam dois grandes movimentos referenciais: a anáfora e a catáfora, que compreendem movimentos referenciais à esquerda (retrospecção) e à direita do texto (prospecção), respectivamente, promovendo relações coesivas, semânticas, cognitivas, avaliativas e a progressão textual.

Embora apresentados, aqui, como funções dos grupos nominais, os fenômenos da anáfora e da catáfora também podem ser expressos por meio de outras categorias: pronomes pessoais de terceira pessoa, substantivos,

possessivos, numerais, etc., conforme Koch (1992). Entretanto, constitui objetivo desta pesquisa tratar tão somente do fenômeno anafórico e catafórico por meio de expressões nominais.

O fenômeno referencial anafórico realiza-se em relação a dois termos: um anaforizado (anterior) e outro anaforizante (posterior). Do mesmo modo, o catafórico está em relação aos termos cataforizante (anterior) e o cataforizado (posterior). No entanto, o movimento referencial dá-se diferentemente entre esses dois fenômenos. No anafórico, o movimento é retrospectivo, de referência a um elemento anterior do co-texto ou da memória semântica. Já no catafórico o movimento é prospectivo, isto é, antecipa-se um elemento ou uma informação sobre o referente que ainda não está marcado no co-texto nem na memória semântica, pois o referente ainda não possui *endereço cognitivo*. A título de exemplificação, Koch (2004) aponta:

(1) “Na última semana, a polícia apreendeu em uma loja em São Paulo *frascos de um veneno* cuja fabricação e venda estão proibidos no Brasil. **O material apreendido** contém a mesma substância encontrada nas vísceras dos animais mortos, o fluoracetato de sódio”. (fenômeno anafórico)

(2) “A polícia que investiga as mortes dos animais do Zoológico de São Paulo trabalha com **duas hipóteses**: *envenenamento criminoso ou transmissão do veneno via ratos*.” (fenômeno catafórico)

Segundo Apothéloz (2003), o fenômeno anafórico não se dá sempre sob as mesmas condições, mas conforme as propriedades específicas de suas realizações. Assim, têm-se anáforas com caráter sintático, quando suas interpretações dependerem de relações sintáticas com seu antecedente marcado linguisticamente

e anáforas com caráter pragmático, quando suas relações de referência fundamentam-se em fatores contextuais e pragmáticos.

Ainda, Apothéloz (2003) discute que a referência anafórica coloca múltiplos problemas de relação entre anaforizado e anaforizante. Primeiro, para o autor, as formas referenciais anafóricas não se referem a um elemento antecedente, mas a processos referenciais mais gerais. Segundo, o antecedente não é visto como um elemento indispensável ao funcionamento do processo referencial, assim como não é um elemento sempre delimitável, mas também referenciado por seus atributos. Desse modo, Apothéloz (2003) concebe a anáfora sob processos gerais de referência.

Ressalta-se, então, que as expressões anafóricas não realizam referências sempre sob as mesmas condições e/ou restrições, por isso pode-se falar de tipos de anáfora (*anáfora fiel/ infiel, anáfora por nomeação, anáfora por silepse e anáfora associativa*), conforme Apothéloz (2003).

A *anáfora fiel* ocorre quando um elemento anaforizado (referente anterior) é retomado por meio de um grupo nominal cujo núcleo é o mesmo léxico do referente (*uma casa... a/esta casa...* - APOTHÉLOZ, 2003, p. 71). Neste caso, fala-se em anáfora com correferência.

De outro modo, a *anáfora infiel* ocorre quando o nome núcleo do elemento anaforizado é diferente do núcleo da expressão anafórica. Com efeito, a referência estabelece-se por meio de sinônimos, de hipônimos, de hiperônimos, etc., (*uma casa... a habitação* - APOTHÉLOZ, 2003, p. 71).

Por sua vez, há *anáfora por nomeação* (nominalização) quando a expressão nominal referencial transforma uma proposição do co-texto anterior em objeto-de-discurso. Podem-se apontar dois casos desse tipo de anáfora: o primeiro concerne

ao encapsulamento de uma proposição anterior cujo processo transforma o verbo principal da oração em nome-núcleo da expressão nominal referencial. O segundo trata do processo de encapsulamento de uma informação precedente sem propriamente o fenômeno da derivação verbal. Em Apothéloz (2003, p. 72), identifica-se o seguinte exemplo de nomeação por derivação:

(4) Os arquivos do cineasta Abel Gance [...] serão vendidos em leilão, em Drouot, nos dias 3 e 4 de março. **A venda** compreenderá uma centena de cenários manuscritos.

No que diz respeito ao encapsulamento anafórico sem derivação verbal. Tem-se, em Apothéloz (2003, p. 72), o exemplo:

(5) Como a cada noite, você penteia cuidadosamente seus cabelos. Mas, que horror, a escova está cheia! Não se assuste, **esta queda** é a consequência da mudança de estação.

No caso, acima, a expressão referencial ou anáfora por nomeação encapsula o conteúdo anterior a partir de implícitos, ou seja, inferências baseadas nos elementos co-textuais.

De acordo com Apothéloz (2003), as *anáforas por nomeação e/ou nominalização* realizam muito mais do que processos de remissão ou encapsulamento, elas contribuem para a construção do discurso.

A *anáfora por silepse* ocorre quando a referência é construída com base em relações de idéias, conforme a figura retórica de silepse cujas relações semânticas são estabelecidas ideológica ou associativamente. Nos casos de *anáfora pronominal*, as relações de concordância são determinadas pelo contexto pragmático. As *anáforas por silepse* estão estreitamente relacionadas às *anáforas associativas*, o que pode tornar muito difícil diferenciá-las. Empresta-se de Apothéloz (2003, p. 73) o seguinte exemplo:

(6) Na cantina, **elas** se queixaram de que era preciso raspar o forno.

Por fim, a *anáfora associativa* ocorre quando a referência é estabelecida a partir de relações interpretativas entre o referente e a expressão referencial. Com efeito, nesses casos, não há correferência, todavia o referente é dado como conhecido, identificável por meio de processos associativos e/ou interpretativos baseados em conhecimentos partilhados, em estereótipos, etc. A título de exemplo, Apothéloz (2003, p. 76), destaca:

(7) Nós chegamos a uma cidade. **A igreja** estava fechada.

Para Koch (2003), as *anáforas associativas* constituem um subtipo das *anáforas indiretas* cujo processo referencial pressupõe um referente implícito, que pode ser inferido a partir de elementos do co-texto anterior ou do contexto sócio-cognitivo. Os casos de *anáfora associativa* baseiam-se em questões semântico-

pragmáticas e em relações meronímicas e/ou metonímicas. Isto é, relações referenciais baseadas em associações entre os elementos que compõem as partes de um referente, bem como em associações entre o conteúdo e o continente do referente. Melhor dizendo, em relações meronímicas, um elemento referencial é considerado ingrediente do outro. Já em metonímicas, um elemento referencial liga-se a outro, não só por ser ingrediente, mas também por meio de quaisquer associações lógicas de sentido. Vê-se, portanto, que a noção de meronímia e de metonímia é estreita. A título de exemplificação, Koch & Elias (2006, p. 129) pontuam:

(8) Estávamos todos, aqui da vizinhança, acostumados a vê-lo, parado em frente à casa dos gatos.
 Eu o conhecia havia quatro anos.
 Quietos, acobardados, *um farol arrebentado, a pintura* que foi gelo adquirindo cor macilenta.
 Estilhaçados de ferrugem. *Os pneus* duraram algum tempo, murcharam, carecas. *Os cromados* cheios de pontos negros.
 Mas *os vidros* misteriosamente intactos.
O Fusquinha acabou uma espécie de mascote. (...)

Nesse sentido, as *anáforas associativas* caracterizam-se por seu processamento inferencial e/ou interpretativo de referenciação, uma vez que elas não têm referentes explícitos no texto.

Por sua vez, as *anáforas indiretas* compreendem também formas nominais referenciais sem referentes explícitos, por isso são dependentes interpretativamente de elementos de base do co-texto ou do contexto sócio-cognitivo para a construção dos sentidos.

Segundo Koch (2003), as *anáforas indiretas* são essenciais para a construção da coerência e da progressão textual, tendo em vista que elas introduzem e reativam objetos-de-discurso, com base em algum tipo de associação interpretativa. Para anáforas desse tipo, Koch (2003, p. 108) destaca o seguinte exemplo:

(9) De acordo com testemunhas, o avião saiu de sua rota pouco depois de decolar e fez uma meia-volta quando sobrevoava Gonesse. **A manobra** teria sido uma tentativa do piloto de reconduzir a aeronave ao aeroporto.

A distinção entre *anáforas indiretas* e *associativas* não é fácil de ser identificada, pois processos complexos de caráter sócio-cognitivo percorrem tanto a configuração das *anáforas indiretas* quanto das *associativas*. É importante atentar para as fronteiras tênues entre esses dois processos de referenciação que se apóiam em questões interpretativas. Conforme Koch (2003), o parece ser um fator diferencial é a relação meronímica e/ou metonímica característica das *anáforas associativas*.

2.4 – Expressões nominais referenciais: algumas funções

As expressões nominais referenciais desempenham diversas funções cognitivo-discursivas que colaboram para a construção textual. Dentre essas

funções apresentam-se: o encapsulamento, a rotulação, a orientação argumentativa, a organização macroestrutural, a marcação cognitiva de parágrafos, etc. (cf. KOCH, 2003, 2004; KOCH & ELIAS, 2006)

As expressões nominais referenciais são formas lingüísticas que remetem a elementos ou a informações do co-texto anterior (anáfora), do posterior (catáfora) ou a elementos contextuais, não marcados na materialidade do texto. Nesse sentido, as expressões referenciais operam (re) categorizações ou (re) focalizações de objetos-de-discurso, à medida que reativam os referentes na memória operacional do interlocutor.

Ainda, convém dizer que essas expressões referenciais desempenham *função predicativa*, pois apontam para informações novas. Trata-se, segundo Koch (2004), de expressões *referenciadoras e predicativas*, visto que encapsulam e rotulam informações dadas e, também, introduzem novas.

2.4.1 – Encapsulamento

O encapsulamento consiste na sumarização de informações-suporte do co-texto anterior, que são transformadas em objetos-de-discurso. Nessa função, as expressões não se referem a um referente específico do texto, mas a instâncias abstratas com nomes-núcleo genéricos, tais como *fenômeno, evento, fato, etc.* Por essa razão, a interpretação desses objetos-de-discurso está condicionada à mobilização de estratégias sócio-cognitivas.

A título de exemplo de encapsulamento, Koch & Elias (2006, p. 138) apontam:

(10) Um homem lagarto, uma mulher que morreu três vezes, um animal que come a si mesmo. **Fenômenos incríveis** revelados através de uma visão científica única.

De acordo com Conte (2003), o encapsulamento compreende uma anáfora lexical construída com nome genérico ou axiológico (valorativo), que funciona como síntese de um trecho precedente do texto. Daí o termo *encapsulamento anafórico* empregado pela autora.

O fenômeno de encapsulamento constrói elos coesivos entre os fragmentos do texto. Ao sumarizar um enunciado ou enunciação, as expressões nominais também introduzem um novo objeto-de-discurso que poderá constituir o tema de novas predicções do texto. Isso significa que o encapsulamento opera tanto com informação dada quanto com informação nova.

Conte (2003) discute que o fenômeno de encapsulamento veicula informação nova, à medida que seu nome-núcleo não se encontra marcado no co-texto precedente, configurando, assim, um referente novo. De outro modo, o encapsulamento veicula informação dada, à medida que resume uma porção anterior do texto. A autora ainda afirma que o determinante demonstrativo de *anáforas encapsuladoras* tanto aponta para a introdução de referentes novos quanto para a localização da porção textual resumida.

Nesse processo referencial e predicativo, pressupõe-se a seleção lexical do produtor do texto que revelará, por meio do nome-núcleo axiológico e de modificadores da expressão nominal, seu propósito ilocutório, seu ponto de vista

sobre o referente, sua orientação argumentativa, etc. Em outras palavras, a expressão nominal encapsuladora avalia o evento, fato ou objeto descrito.

Para Conte (2003), o fenômeno de encapsulamento ainda realiza a integração semântica do texto, funcionando como um princípio organizador, tendo em vista que a unidade significativa é construída também pelo fenômeno de *encapsulamento anafórico*. Assim, a autora (2003) afirma:

O sintagma nominal encapsulador produz um nível mais alto na hierarquia semântica do texto. De modo muito interessante, o encapsulamento anafórico muito freqüentemente ocorre no ponto inicial de um parágrafo e, então, funciona como um princípio organizador na estrutura discursiva. (CONTE, 2003, p. 184)

Desse modo, o encapsulamento anafórico pode servir de ponto de início de novos parágrafos, realizando a função predicativa. O sintagma nominal anafórico passa a constituir o tema dos enunciados do novo parágrafo. Além disso, o encapsulamento anafórico ainda realiza simultaneamente a função referencial, ao sumarizar informações do parágrafo precedente.

Portanto, o uso de expressões nominais encapsuladoras pode funcionar, estrategicamente, como marcador cognitivo e referencial que contribui para os aspectos de organização, de orientação argumentativa e de construção de parágrafos do texto.

2.4.2 – Rotulação

Afirma-se juntamente com Francis (2003) que a rotulação compreende o uso de grupos nominais, sob a forma de rótulos, para conectar e organizar o texto escrito. Os rótulos caracterizam-se, principalmente, por serem expressões nominais que necessitam de lexicalização marcada no co-texto anterior ou posterior. Eles encapsulam e nomeiam enunciações anteriores ou posteriores do co-texto, auxiliando o processo argumentativo do texto. Com vistas às suas realizações, os rótulos podem ser: *prospectivos*, *retrospectivos* e *metalingüísticos*. (cf. FRANCIS, 2003)

Os rótulos serão prospectivos quando precederem sua lexicalização, de modo a funcionar cataforicamente, antecipando expectativas sobre os referentes rotulados. Pode-se dizer que a rotulação prospectiva realiza funções predicativas, indicando direções e perspectivas de novos tópicos discursivos e, assim, associando-se às informações novas do texto. Francis (2003, p. 192 – 193) destaca o seguinte exemplo de rótulo prospectivo:

(11) Eu sei que aproximadamente 12 por cento da população é canhota. Por que, então, deve existir uma predominância tão grande de jogadores de golfe destros que, eu me informei, se estende também aos tacos? Em resposta a esta indagação, um colega meu, jogador de golfe, apresentou **duas razões**.

A primeira foi que os iniciantes normalmente começam com tacos que foram herdados de outras pessoas, que são, em geral, destros. A segunda foi que, por motivos técnicos, pessoas canhotas tornam-se bons jogadores de golfe com a mão direita.

Por sua vez, os rótulos retrospectivos fazem o caminho inverso. Neles não se observa a motivação de se predizer algo para o interlocutor, visto que o movimento referencial aqui é à esquerda do texto.

Esses rótulos caracterizam-se por seguir sua lexicalização, por sumarizar, encapsular e rotular enunciações do co-texto precedente, orientando interpretações aos interlocutores.

Estruturalmente, os rótulos retrospectivos configuram-se a partir de um nome-núcleo axiológico, neutro (não-avaliativo) ou geral, de um determinante dêitico (*o, este, esta, aquele, tal, etc.*) e, possivelmente, de modificadores e/ou qualificadores (adjetivos), que complementam ou avaliam o nome nuclear do rótulo, projetando a orientação argumentativa do grupo nominal.

Nesse sentido, cabe dizer que a orientação argumentativa pode dar-se tanto por meio de nomes axiológicos nucleares quanto por modificadores dos nomes-núcleo, conforme afirma Koch (2003, p. 94): “A escolha do nome-núcleo e/ou de seus modificadores vai ser a responsável pela orientação argumentativa do texto (...)”. Por isso, Francis (2003) postula que a coesão por meio da rotulação é uma função do grupo nominal inteiro. Isso significa que não só o nome nuclear, mas também os determinantes e os modificadores contribuem para o encapsulamento, para a rotulação, para a predição e para a orientação argumentativa.

De acordo com Francis (2003), o fenômeno da rotulação é corriqueiro na imprensa jornalística e, particularmente, nos discursos argumentativos. Em outras palavras, pode-se dizer que o fenômeno da rotulação pode contribuir para a construção de parágrafos do texto, tendo em vista a função organizadora dos rótulos retrospectivos que comumente resumem parágrafos anteriores e introduzem outros parágrafos novos.

Para Carvalho (2005), a rotulação realiza quase sempre uma avaliação do trecho encapsulado. Assim, ela também responde pela condução de argumentos do texto, ou seja, pela orientação argumentativa.

Dentre as funções dos rótulos retrospectivos, destaca-se a mudança ou desvio de tópico discursivo, ou seja, os rótulos introduzem novos tópicos sem comprometer a continuidade do texto, visto que eles são construídos a partir de informações dadas pelo co-texto. Daí explica-se a ocorrência comum de rótulos retrospectivos introduzindo parágrafos.

Considerando as funções de organização do texto, de mudança de tópico discursivo e de progressão textual, Francis (2003) pontua que:

(...) estes rótulos têm uma função de mudar o tópico e de ligá-lo: eles introduzem mudanças de tópico, ou uma alteração dentro de um tópico, mesmo preservando a continuidade colocando uma informação nova dentro de um esquema dado. (FRANCIS, 2003, p. 198)

Segundo Francis (2003), a rotulação desempenha a função de organização textual, à medida que estabelece relações semânticas com o fato, o evento ou objeto-de-discurso rotulado. Nesse sentido, Francis afirma que o rótulo “não é selecionado independentemente, mas é um elemento numa configuração de escolhas lexicais e sintáticas compatíveis.” (FRANCIS, 2003, p. 194)

Por fim, os rótulos do tipo metalingüísticos caracterizam-se por rotularem enunciações co-textuais a partir de uma linguagem específica que retrata e identifica o próprio discurso e a língua como objetos de referência, isto é, a rotulação metalingüística diz respeito à própria formulação lingüística. Os nomes nucleares

dos rótulos metalingüísticos podem ser *ilocucionários, de atividades languageiras, de processos mentais e de textos*.

Os nomes ilocucionários são nominalizações de processos verbais, ou seja, cognatos de verbos. Os nomes de atividade languageira referem-se a algum tipo de atividade de linguagem. São nomes similares aos ilocucionários, mas normalmente não são cognatos de verbos. Os nomes de processos mentais relacionam-se aos estados ou aos processos cognitivos. Por fim, os nomes de texto remetem-se à estrutura textual. (cf. FRANCIS, 2003). Portanto, os nomes nucleares estão associados aos atos verbais, aos resultados de atividades de linguagem, aos fenômenos mentais e aos procedimentos de escrita e organização de textos.

Nesses termos, Francis (2003) identifica tipos de rotulação metalingüística, representados por nomes metalingüísticos encontrados no *corpus* de edições do *The Times*: nomes de atos de fala (observação, declaração, promessa, argumento, etc.), nomes de atividades lingüístico-cognitivas ou languageiras (descrição, história, conversa, relato, diagnóstico, etc.), nomes de processos cognitivos (análise, pensamento, conceito, atitude, opinião, etc.) e, propriamente, nomes metalingüísticos ou de textos (frase, sentença, página, termo, pergunta, palavra, etc.).

De acordo com Morato (2005), a metalinguagem e a referenciação estão estreitamente associadas sociocognitivamente, uma vez que esses processos revelam reflexividade enunciativa sobre o decurso da ação discursiva e sobre os propósitos dos sujeitos em interação comunicativa. Para a autora, a atividade metalingüística concerne ao tratamento da língua como objeto de construção de conceitos, classificações, etc.

Sendo assim, é importante considerar que o fenômeno da rotulação compreende um processo coesivo entre enunciações, trechos ou parágrafos de um texto. Ainda, deve-se considerar que a rotulação resulta de um encapsulamento de segmento do co-texto anterior ou posterior, bem como os rótulos não são sempre nominalizações, casos de rotulação de ações e estados por meio de substantivo-predicativo. Enfim, a rotulação compreende importante estratégia cognitivo-discursiva que realiza funções macroestruturais, coesivas, argumentativas, etc.

2.4.3 – Orientação argumentativa

Segundo Koch (2005), uma das funções textuais das expressões nominais referenciais é a de atribuir orientação argumentativa aos enunciados e ao texto como um todo, segundo o propósito enunciativo do produtor do texto.

Para a autora, a argumentação liga-se, permanentemente, ao ato lingüístico, considerando que todo e qualquer texto possui uma ideologia, que orienta o leitor a uma ação, a determinadas conclusões ou a reações, o que significa que o fazer lingüístico é motivado por algum tipo de intenção social. É nesse sentido que Koch (2004) afirma que a interação social por meio da língua é marcada, principalmente, pela argumentatividade.

Dentre as marcas lingüísticas da argumentatividade nos textos, podem-se apontar, conforme Koch (2004): as pressuposições, as intenções, os operadores argumentativos, os modalizadores de atitude, os tempos verbais, entre outras.

Em termos gerais, as pressuposições correspondem a condições presumidas para que um enunciado cumpra sua função informativa. (cf. KOCH, 2004) Assim, as pressuposições compreendem implícitos, que asseguram a pertinência dos enunciados. No enunciado João parou de beber cerveja, parte-se do pressuposto ou da condição necessária de que João bebia cerveja. Se essa condição não for satisfeita, o enunciado não é apropriado. A relação entre a construção da informação explícita e a implícita (pressuposta) pode orientar argumentativamente o discurso, tendo em vista as crenças ou intenções, as quais o produtor do texto esteia-se para levar seu interlocutor a crer ou a aceitar algo. Nesse sentido, o uso argumentativo da pressuposição constitui “uma manobra argumentativa de grande eficácia”, segundo Koch (2004, p. 71).

No que diz respeito às marcas lingüísticas e argumentativas de intenções, cabe dizer que o produtor do texto sempre pretende atingir determinados objetivos que podem estar marcados explicita ou implicitamente no texto. A atividade de interpretação consiste em reconhecer essas intenções discursivas do escritor/falante, considerando que o dizer é acompanhado por um querer fazer. (cf. KOCH, 2004) É nesse sentido que se entende a linguagem como uma forma de ação interativa entre os sujeitos da comunicação.

Além da pressuposição e das intenções, podem-se apontar os operadores argumentativos ou discursivos como marcas lingüísticas de argumentação. De acordo com Koch (2004), os operadores argumentativos podem ser morfemas gramaticais de conexão (*mas, porém, embora, já que, pois, etc.*), palavras de inclusão (*até, mesmo, inclusive, também*), palavras de exclusão (*só, somente, apenas*), palavras de retificação (*aliás, ou melhor, isto é*) e palavras de situação (*afinal, então*). Esses elementos lingüísticos são tratados pela Semântica

Argumentativa como marcas lingüísticas importantes para orientar a argumentação dos enunciados.

Para a argumentação do texto também colaboram os modalizadores de atitude ou do discurso. De um modo geral, os modalizadores relacionam-se à atividade ilocucionária, pois eles são reveladores de atitudes do escritor/falante ou do valor de verdade dos enunciados. Conforme Koch (2004), funcionam como modalizadores os advérbios modalizadores (*provavelmente, certamente, possivelmente*), os predicados cristalizados (*é certo, é preciso, é necessário*), os auxiliares modais (*poder, dever, precisar*), os operadores argumentativos (*pouco, um pouco, quase*), alguns modos verbais (*imperativo, subjuntivo*), tempos verbais (*presente, futuro do presente*), etc.

Como marcas de argumentação, os tempos verbais também podem apontar as forças ilocucionárias dos enunciados. Com base nos estudos de Weinrich (1964) sobre os tempos verbais do *mundo comentado* (*o presente, o pretérito perfeito composto, o futuro do presente e as locuções verbais formadas desses tempos*) e do *mundo narrado* (*o pretérito perfeito simples, o pretérito imperfeito, o pretérito mais que perfeito, o futuro do pretérito e as locuções verbais construídas a partir desses tempos*), Koch (2004) busca adequar esses estudos à língua portuguesa e discutir o uso de tempos verbais como marcas lingüísticas, que podem encerrar a atitude comunicativa.

Entretanto, as marcas lingüísticas de argumentação por meio de pressuposições, de intenções, de operadores argumentativos, de modalizadores de atitude, de tempos verbais não serão contempladas no capítulo de análise, pois elas não constituem o foco desta pesquisa. Aqui, o estudo da orientação argumentativa delimita-se ao uso de expressões nominais referenciais.

Considerando o uso argumentativo de expressões nominais referenciais, salientam-se as escolhas lexicais do produtor do texto para a construção dessas expressões e, sobretudo, para a concretização de sua proposta de sentidos. Ao priorizar a escolha de um nome-núcleo ou de um modificador dentre uma multiplicidade de possibilidades, o escritor/falante encerra a força ilocucionária de seu discurso.

Essas escolhas lexicais do escritor orientam o leitor a construir sentidos pretendidos pelo texto, de modo que os objetivos discursivos do escritor sejam atingidos, pelo menos, parcialmente.

Desse modo, a seleção lexical constitui um recurso retórico de conduzir a orientação argumentativa do texto, tendo em vista que o léxico pode revelar informações sobre a opinião, a atitude e a crença do produtor do texto. Portanto, a escolha de nomes-núcleo ou modificadores imprime aos enunciados, e ao texto, as intenções enunciativas do seu produtor, principalmente, se os termos lingüísticos forem explicitamente avaliativos.

A escolha de nomes metafóricos para compor o núcleo e/ou os modificadores de expressões nominais, em (re) categorizações, também compreende um dos meios de construir avaliações e argumentos, que assegurem os propósitos comunicativos do texto. (cf. KOCH, 2003, 2004,2005)

Além disso, a escolha lexical pode revelar que o produtor do texto deseja dar a conhecer ao seu interlocutor aspectos e informações relevantes sobre os referentes, tendo em vista determinada orientação argumentativa.

Conforme Koch (2005), a atividade metalingüística constitui outra estratégia de conduzir o processo argumentativo do texto e de revelar informações sobre o produtor do texto. Assim, a autora pondera que:

(...) a escolha de expressões metalingüísticas e metadiscursivas, dentre as várias opções possíveis, é importante indício da opinião do locutor não só a respeito do discurso que está sendo rotulado, como também a respeito do próprio enunciador desse discurso. (KOCH, 2005, p. 44)

Nesse sentido, as expressões nominais referenciais que funcionam metadiscursivamente não só resumem uma porção textual, como também focalizam a própria atividade verbal, avaliando-a, comentando-a, segundo a visão de mundo do escritor do texto.

Assim sendo, os nomes metalingüísticos podem orientar a argumentação do texto. Sua argumentatividade está relacionada com as estratégias discursivas e com as relações semânticas construídas pelo escritor para atingir seu *projeto de dizer* (cf. KOCH, 2003).

De acordo com Koch (2004), o inter-relacionamento de campos lexicais também pode servir de recurso argumentativo do texto. Para a autora, relacionar ou associar os campos semânticos pode criar sentidos novos que atendam aos propósitos discursivos do escritor. Esse recurso argumentativo está muito ligado à criatividade ou à habilidade do escritor de construir relações diversas (semânticas, ideológicas, etc.) para orientar a argumentação do texto.

Conforme Conte (2003), a argumentatividade também pode dar-se por meio de sintagmas nominais, realizando os fenômenos de encapsulamento anafórico e de rotulação constituídos por nomes axiológicos, que funcionam como importante meio de manipulação do interlocutor, considerando que esses nomes avaliam os fatos ou eventos discursivos e podem servir de argumentos para novas predicções.

Sobretudo, convém dizer que as escolhas lexicais do produtor do texto sempre orientam o seu interlocutor a construir determinados sentidos ou conclusões

para o texto, considerando que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo. (cf. KOCH, 2004).

2.4.4 – Organização macroestrutural

Segundo Koch & Elias (2006), as expressões nominais referenciais desempenham importante papel organizacional no texto, pois elas evidenciam que o produtor do texto está passando de um tópico discursivo a outro, fechando o anterior por meio de um encapsulamento e introduzindo outro por meio do objeto-de-discurso, contribuindo assim para a argumentação e para a macroestrutura do texto.

Por sua vez, Francis (2003) considera a organização macroestrutural como uma importante função realizada pela rotulação retrospectiva, que conecta porções textuais de diferentes dimensões discursivas; altera, modifica e introduz tópicos dentro de um esquema discursivo dado.

Por isso, as expressões nominais referenciais, especialmente os rótulos retrospectivos, podem marcar cognitivamente o início de parágrafos, introduzindo novos objetos-de-discurso ancorados, semanticamente, nos parágrafos anteriores e contribuindo para a estruturação do texto. (cf. FRANCIS, 2003; KOCH & ELIAS, 2006)

Essa organização textual-discursiva pode dar-se de modo limitado ou amplo, isto é, em nível local, quando as expressões nominais referenciais ligam tópicos de pequenas proporções, ou em nível amplo, quando extensões discursivas maiores são organizadas.

De acordo com Koch (2003), as formas nominais referenciais atuam como recursos coesivos da construção micro e macroestrutural do texto, funcionando tanto anaforicamente quanto cataforicamente. Nas anáforas, como já foi dito acima, as formas nominais referenciais encapsulam ou rotulam porções textuais do co-texto precedente. No caso das catáforas, as formas nominais antecipam informações do co-texto subsequente, atuando também na determinação da quantidade de parágrafos a serem construídos. Nesse sentido, pode-se também apontar a rotulação prospectiva como um meio importante de organização do texto. (cf. FRANCIS, 2003)

Portanto, as expressões nominais referenciais contribuem para a organização, à medida que constroem elos entre os segmentos do texto. Por essa razão, Koch (2005) assevera que as expressões nominais funcionam como *espinha dorsal* do texto.

Confirmando essa tese, Conte (2003, p. 186) postula que os sintagmas nominais, realizando encapsulamento, funcionam como “pontos exclusivamente nodais na hierarquia semântica de textos.” Isto é, funcionam como recurso coesivo e princípio organizador do texto.

2.4.5 – Marcação cognitiva de parágrafo

As expressões nominais referenciais realizam a marcação cognitiva de parágrafo, pois constroem relações lingüísticas, semânticas e cognitivas entre os

segmentos do texto, demonstrando que o produtor está passando de um estágio a outro de formulação textual. (cf. KOCH, 2003)

De acordo com Apothéloz & Chanet (2003), as expressões referenciais adquirem aspectos especiais quando localizadas entre fronteiras de parágrafos, funcionando como anáforas lexicais que servem de recurso estratégico de marcação de parágrafo, sob o ponto de vista cognitivo, de acesso ou de destaque de outros segmentos do texto, contribuindo, assim, para a progressão e para a estruturação textual. Assim, as autoras ponderam:

Sabe-se que as expressões referenciais tendem a ter formato não habitual quando se acham numa fronteira de parágrafo. Elas fornecem, assim, a seu referente a vantagem de informações que sua acessibilidade ou sua saliência não exigiriam. É assim que encontramos freqüentemente, no começo ou no fim de parágrafo, uma anáfora lexical quando um pronome estaria perfeitamente apto a designar, sem ambigüidades, o mesmo referente. Esse fenômeno foi observado por Hinds (1977) (ver também Bessonant (1988)). Ele está relacionado a uma estratégia que consiste em balizar as fases mais importantes do discurso, a fim de facilitar a recepção, mas também talvez a produção. É, então, aqui a “visibilidade” das expressões referenciais que é utilizada como recurso de desenvolver a estruturação do produto textual. É necessário precisar que a noção de parágrafo não deve ser entendida no sentido tipográfico, mas no valor mais cognitivo do termo (...). (APOTHÉLOZ & CHANET, 2003, p. 149 – 150)

Nesse sentido, não se analisa aqui o parágrafo apenas sob o aspecto estrutural, mas também sob o ponto de vista cognitivo, considerando a construção e a relação referencial entre tópicos e subtópicos discursivos como unidades de base de parágrafos.

O tópico discursivo constitui o elemento unificador do parágrafo ou do texto, ou seja, compreende o assunto principal a ser tratado. Essa noção de tópico não se limita à estrutura da frase, mas se transfere para a dimensão do discurso.

Liberato & Fulgêncio (2007, p. 69), fundamentadas em Rechfeld (1984), afirmam que “o parágrafo é uma unidade psicologicamente real”, regida por princípios e associada à estruturação semântica, à formal e à discursiva do texto. Segundo as autoras, a organização do parágrafo dá-se em torno de tópicos e de subtópicos discursivos, que apresentam parâmetros, caracterizações próprias e extensão variada. Assim, cada novo parágrafo traz consigo novos tópicos e subtópicos discursivos que se associam direta ou indiretamente aos tópicos de outros parágrafos, como também ao tópico discursivo central do texto.

Para Koch (2003), a paragrafação cognitiva estabelece estreita relação com a organização de tópicos, por meio do uso de estratégias de referenciação (formas remissivas referenciais e/ou expressões referenciais), que introduzem, alteram ou desviam a condução discursiva dos tópicos sem comprometer a continuidade temática do texto.

Assim sendo, as expressões nominais desempenham papel importante na introdução, mudança ou desvio de tópicos discursivos, como também na conexão entre tópicos e subtópicos, à medida que referem, retomam, encapsulam informações dadas e acrescentam informações novas na dinâmica referencial.

Koch & Penna (2006) defendem que o texto organiza-se em segmentos tópicos relacionados ao tópico central ou ao tópico discursivo. A progressão tópica ocorre com a manutenção ou a introdução de um novo segmento, sem alterar a continuidade temática. As autoras ainda observam que no desenvolvimento do tópico existe um processo interativo, uma vez que os tópicos são construídos

colaborativamente em contextos sócio-cognitivos. O que significa dizer que há um compartilhar de conhecimentos no processamento dos tópicos que se evidencia também por meio da organização informacional entre tema e rema (informação dada e nova).

De acordo com Liberato & Fulgêncio (2007), os parágrafos organizam-se em torno de parâmetros (*traços de unidade semântica*), que podem sinalizar a mudança ou a introdução de novos tópicos discursivos. Os parâmetros de organização de textos não se apresentam sempre da mesma maneira, mas podem diferir quando se consideram diferentes gêneros e tipos textuais. Isso porque o texto assume funções e estilos distintos. No entanto, não se pode perder de vista que existem certos *traços de unidade semântica* que sinalizam e demarcam os limites de parágrafos.

A construção de um novo parágrafo sugere que alguma mudança significativa está ocorrendo no percurso do texto, o que pode sinalizar um desvio tópico ou a introdução de novo tópico. Identificar as sinalizações indicadas pela construção ou mudança de parágrafo é uma estratégia eficaz para aprender a construir parágrafos.

Cada parágrafo novo sugere que seu autor fechou determinada fase do texto e está iniciando outra, com novas impressões, caracterizações, argumentos, etc., alterando os parâmetros do percurso do texto.

Para Liberato & Fulgêncio (2007), a localização do tópico discursivo na posição inicial do parágrafo traz mais legibilidade ao texto, facilita a identificação da informação principal do parágrafo. Assim, entende-se também que a posição inicial de expressões nominais referenciais no início de parágrafos contribui não só para a introdução de novos objetos-de-discurso, como também para a introdução de novos tópicos discursivos, que determinam a unidade semântica e formal do parágrafo.

Assim sendo, Liberato & Fulgêncio (2007) propõem como fatores condicionantes de parágrafos: *as unidades de traços semânticos*, que constituem fronteiras limítrofes dos parágrafos; *o grau de detalhamento*, que compreende não separar detalhes muito específicos em relação ao tópico discursivo central do texto, mas agrupá-los em um subtópico de parágrafo; e por fim *o aspecto formal*, que compreende o tamanho do parágrafo. Esse fator propõe que os parágrafos não sejam muito longos, assim como também não muito curtos, mas que tenham uma medida equilibrada. “Os parágrafos são assim redefinidos, tendo em vista uma função estética e/ou de facilitação do processamento da informação”. (LIBERATO & FULGÊNCIO, 2007, p. 70)

A paragrafação organiza-se a partir da estruturação semântica, formal e discursiva de informações sobre um determinado tópico, funcionando cada parágrafo como unidade semântica, na qual tópicos e subtópicos discursivos ligam-se em função do tópico central do texto, garantindo a continuidade temática.

Nesses termos, em consonância com a concepção interacional de linguagem, entende-se que a noção de parágrafo sob o viés cognitivo compreende mais o âmbito discursivo do que o meramente estrutural que trata do parágrafo como construção sintática de frases seqüenciais e conectadas em organização gráfica. Nesse sentido, Apothéloz & Chanet (2003, p. 149 -150) afirmam que “a noção de parágrafo não deve ser entendida no sentido tipográfico, mas no valor mais cognitivo do termo (mudança de ponto de vista sobre uma seqüência de eventos, passagem de uma descrição a uma narração, etc)”.

Considerando o tópico discursivo como o assunto principal, isto é, o tema sobre o qual tratam as informações textuais, depreende-se que ele é o elemento unificador do texto e, conseqüentemente, de parágrafos. Nesses termos, sugere-se

que o tópico discursivo compreende, sobretudo, um importante parâmetro de organização de parágrafos. (cf. LIBERTO & FULGÊNCIO, 2007)

Desse modo, o tópico discursivo e seus desdobramentos em subtópicos compreendem fatores de unidade do texto e de seus parágrafos, que definem e delimitam suas extensões discursivas. Nesse sentido, Liberato & Fulgêncio (2007) discorrem:

O parágrafo deve ser construído, portanto, em torno de um tópico que lhe confira unidade. Supomos que uma mudança de parâmetros forte o suficiente para determinar um corte no texto, considerando um limite de parágrafo, deverá implicar, em muitos casos, uma modificação ou um desdobramento dos subtópicos do texto. Um corolário dessa posição é que uma mudança de tópico discursivo deve ser sinalizada com a abertura de um novo parágrafo no texto. Essa conduta deverá, certamente, favorecer a legibilidade. (LIBERATO & FULGÊNCIO, 2007, p. 72)

A organização dos parágrafos por meio de tópicos discursivos considera não só os elementos lingüísticos superficiais, em suas relações sintáticas e semânticas na materialidade do texto, como também os aspectos sócio-cognitivos, contextuais e pragmáticos que envolvem a produção da linguagem. Nesse sentido, os parágrafos organizam-se, sobretudo, por operações de enquadre cognitivo e por meio de operações de referenciação.

De acordo com Marcuschi (2006), os tópicos discursivos estão associados aos processos enunciativos de produção de objetos de discurso, segundo os quais o mundo não se encontra representado objetivamente pela linguagem, mas construído e reconstruído discursivamente pela ação verbal. Para esse autor, a relação entre

os objetos de discurso e os tópicos discursivos dá-se por meio de operações lingüísticas e cognitivas realizadas simultaneamente.

Dessa maneira, entende-se que o parágrafo não pode ser compreendido apenas como unidade de composição de frases e de períodos. A noção de parágrafo abrange os aspectos enunciativos, considerando o complexo processo lingüístico, referencial e intertextual do qual resultam a construção de parágrafos.

Na subseção a seguir, pontua-se, mais detalhadamente, a noção de tópico discursivo, tendo em vista sua importância para a unidade do parágrafo.

2.4.5.1 – Tópico discursivo

Primeiramente, os estudos sobre o tópico discursivo estiveram exclusivamente associados ao texto falado e foram realizados pelo Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF). Contudo, esses estudos foram extensivos ao texto escrito, conforme explica Jubran (2006, p. 36 – 37):

Assim como acabamos de ver no trabalho de Risso, as demais pesquisas do Grupo de Organização Textual-Interativa tratam da organização inter e intratópica exclusivamente em textos falados, que eram o objeto de estudo do PGPF. Além de defendermos a extensão do princípio de organicidade à constituição interna dos tópicos, uma vez que ele foi postulado apenas para as relações entre tópicos, registramos aqui a sua extensão à análise de textos escritos. Pesquisas com corpus escrito já demonstraram a pertinência dessa extensão, mostrando que a propriedade tópica de organicidade, embora prevista inicialmente com base na conversação não é privativa de texto falado. Tal pertinência encontra sustentação na concepção de topicalidade como um processo constitutivo do texto, independentemente da

modalidade falada ou escrita pela qual ele se manifesta. Conseqüentemente, as mesmas colocações a respeito da organicidade linear e hierárquica dos tópicos no texto falado podem perfeitamente serem transpostas para o texto escrito. (JUBRAN, 2006, p. 36 – 37)

A noção de tópico discursivo sintetiza a temática, os conteúdos desenvolvidos ao longo do texto. Como podem ser vários os assuntos tratados, os tópicos seguem uma hierarquia, por isso eles se ligam ao plano global de organização do texto. (cf. PINHEIRO, 2006).

O tópico discursivo compreende uma categoria abstrata, uma vez que se trata de uma unidade discursiva que não se restringe a um ponto específico do texto, mas à integração de enunciados. Por essa razão, sua identificação nem sempre é fácil.

Enfim, a noção de tópico discursivo tem a ver com a organização macro do texto, que aponta para um foco temático super-ordenado. Tem-se assim o discurso como o espaço dinâmico, onde ocorrem ações de linguagem que relacionam o contexto e o contexto de modo a formular o tópico discursivo. Dessa maneira, o tópico inter-relaciona questões de linguagem, de cognição, de pragmática, de interação, entre outras, em função de uma referência temática global.

Segundo Jubran (2006), o Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF) definiu duas propriedades básicas da noção de tópico discursivo: a *centração* e a *organicidade*. A propriedade de *centração* concerne à referência do texto, isto é, a sua temática, textualizada por meio de um referente explícito ou implícito. A *centração* abrange os seguintes traços caracterizadores, conforme Jubran destaca (2006):

- a) a *concernência* – relação de interdependência entre elementos textuais, firmada por mecanismos coesivos de seqüenciação e referenciação, que promovem a integração desses elementos em um conjunto referencial, instaurando no texto como alvo da interação verbal;
- b) a *relevância* – proeminência de elementos textuais na constituição desse conjunto referencial, que são projetados como focais, tendo em vista o processo interativo;
- c) a *pontualização* – localização desse conjunto em determinado ponto do texto, fundamentada na integração (*concernência*) e na proeminência (*relevância*) de seus elementos, instituídas com finalidades interacionais. (JUBRAN, 2006, p. 35)

A *centração* e seus traços caracterizadores (*concernência*, *relevância* e *pontualização*) permitem a análise do tópico discursivo e seu reconhecimento como tópico de uma porção textual. Pode-se dizer que por meio desses fatores de análise é que a unidade tópica e os segmentos tópicos são identificados no texto.

Por sua vez, a propriedade da *organicidade* diz respeito à relação de hierarquia entre o tópico super-ordenado, tópico discursivo central do texto, e os tópicos sub-ordenados, segmentos tópicos, que estão delimitados às porções textuais. Dessa relação, resulta a estruturação global do texto e o desenvolvimento tópico. (cf. TRAVAGLIA, 2006)

Segundo Koch & Penna (2006), o desenvolvimento do tópico discursivo é determinado por processos de referenciação, especialmente, pela repetição, pela meronímia e/ou metonímia, pela pronominalização, pela rotulação, etc., que mantêm o tema constante. Além disso, a própria interação pela linguagem é um fator determinante do desenvolvimento tópico, tendo em vista que os interlocutores precisam compartilhar conhecimentos para a construção dos sentidos do texto.

Nesse sentido, Pinheiro (2006) afirma que os objetos-de-discurso podem ser associados aos tópicos discursivos, pois ambos decorrem de eventos comunicativos e tratam de referentes desenvolvidos pela interação verbal. Para o autor, o tópico discursivo é uma categoria interacional, uma vez que fatores contextuais, conhecimentos partilhados, o conhecimento recíproco entre os interlocutores, etc., participam da construção de tópicos e segmentos tópicos do texto. Confirmando a mesma idéia, Jubran (2006) rediscute a noção de tópico discursivo sob o ponto de vista da abordagem textual-interativa.

Segundo Jubran (2006), os estudos do Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF) buscaram uma unidade e/ou plano global do texto por meio do estudo do tópico discursivo. Nesse sentido, o grupo relacionou o tópico discursivo às estratégias de construção textual. A autora discorre sobre três estratégias resultantes dessa relação: a *repetição*, a *paráfrase* e os *parênteses*. Aqui, tratar-se-á apenas dos dois primeiros, pois eles estão mais diretamente associados às estratégias de referenciação apontadas nesta pesquisa.

A estratégia de *repetição* de um tópico discursivo dá-se no interior de um tópico ou segmento tópico, pois nesse contexto lingüístico ocorrem as relações de identidade e de referência que constroem o tópico discursivo. Quando o processo referencial constrói-se entre tópicos diferentes, não se pode falar em *repetição*, uma vez que novas focalizações são realizadas. Sobre a estratégia de *repetição* no tópico discursivo, Jubran (2006) escreve:

Para elucidar essa questão, restringimo-nos às repetições de itens lexicais. A reintrodução de uma palavra no texto será classificada como repetição se estiver funcionando para a construção de uma centração tópica, instituindo relações de concernência com a matriz

(primeira entrada da palavra no segmento tópico), como vemos em (1). Equivale a dizer que o uso de um mesmo item lexical em tópicos diferentes não é um procedimento de repetição, porque ele estará a serviço da formação de conjuntos referenciais diversificados, sem que se possa depreender, conseqüentemente, relações de interdependência entre as ocorrências da mesma palavra. Não seria pertinente, portanto, considerar esses casos como repetição, enquanto processo formulativo-interacional, mesmo porque, com a mudança de tópicos, altera-se o foco para o qual converge a interação verbal. Assim, a definição de repetição está diretamente conjugada com a noção de tópico discursivo. (JUBRAN, 2006, p. 37)

Assim, a *repetição* seria um processo de reformulação ancorada na atividade enunciativa, respaldada por relações cognitivas de enquadres situados. Não se trata de formulações tópicas de caráter unicamente contínua, seqüencial, mas também descontínuas, tendo em vista uma unidade de base dinâmica e cognitiva.

Por sua vez, a estratégia de *paráfrase* diz respeito a uma atividade de reformulação de enunciados precedentes, mantendo a equivalência semântica, com fins de explicação, de condensação, de especificação, de generalização, etc., que indicam o percurso de formulação do tópico discursivo.

Essa estratégia permite a interdependência entre os enunciados da superfície do texto, construindo, assim, um processo referencial, que correlaciona a noção de tópico discursivo e as estratégias de construção de parágrafos por meio de estratégias de referenciação.

Segundo Pinheiro (2006), os objetos-de-discurso associam-se à noção de tópico discursivo, pois ambos decorrem de eventos comunicativos, discursivos e interativos, constroem-se a partir de processos enunciativos, tratam dos assuntos desenvolvidos pela interação verbal, como também fazem parte da construção do plano global do texto. Caberia dizer ainda que tanto o tópico discursivo quanto os

objetos-de-discurso possuem caráter interacional, uma vez que fatores contextuais, sócio-cognitivos, inferenciais, conhecimentos partilhados entre interlocutores, etc., participam da construção de ambos.

Para Marcuschi (2006), a noção de tópico discursivo compreende a construção de objetos-de-discurso por meio de processos enunciativos e sócio-cognitivos situados. Nesse sentido, o tópico discursivo vale-se de processos de referenciação para sua construção, haja vista as estratégias de *repetição* e de *paráfrase*, acima discutidas.

Neste capítulo, encerram-se alguns processos referenciais realizados por expressões nominais e a noção de parágrafo sob o ponto de vista cognitivo, relacionando tudo à produção do texto escrito.

O próximo capítulo será dedicado à análise de expressões nominais referenciais iniciadoras de parágrafos de editoriais de jornal.

Capítulo 3

Análise do corpus: Expressões nominais referenciais em editoriais

*“Viver, se aprende;
Mas o que se aprende,
mais, é só fazer outras
maiores perguntas.”*

Guimarães Rosa

O presente capítulo objetiva analisar funções referenciais realizadas por expressões nominais iniciadoras de parágrafos de editoriais de jornal, de modo a buscar contribuições para a produção textual escrita.

3.1 – A constituição do corpus

O *corpus* da pesquisa é constituído de dez editoriais do jornal paulistano *Folha de S. Paulo*. Embora não se trate de um estudo quantitativo, entendeu-se que a quantidade de dez editoriais seria, minimamente, adequada para investigar as funções desempenhadas por expressões nominais localizadas no início de parágrafos.

A seleção dos editoriais de jornal teve por critério a presença de expressões nominais referenciais iniciadoras de parágrafos. No período de janeiro a dezembro do ano de 2007, foi feita a coleta diária e a análise dos editoriais.

Os títulos dos editoriais que compõem o *corpus* da pesquisa são:

1. ***Direto no mercado***
2. ***Fidelidade imposta***
3. ***Questão de fuso***
4. ***Planejamento familiar***
5. ***Imprensa e mercado***
6. ***Indústria menor***
7. ***Sigilo ameaçado***
8. ***Sempre a dengue***
9. ***O teste do PIB***
10. ***Na trilha do chavismo***

3.2 – Procedimentos analíticos

Metodologicamente, os editoriais de jornal serão apresentados em ordem cronológica de publicação. Suas expressões nominais referenciais iniciadoras de parágrafos, objetos de investigação desta pesquisa, serão destacadas na escrita por meio de dois traços gráficos: negrito e itálico.

Durante a análise, cada parágrafo iniciado por expressão referencial será retomado e analisado em função de suas relações referenciais com os parágrafos precedentes, com exceção aos parágrafos de introdução do texto, que serão apresentados isoladamente. Em outras palavras, serão destacadas porções textuais ligadas referencialmente por expressões nominais referenciais constituídas de determinante, nome-núcleo e modificadores.

Na seqüência, serão apresentadas as interpretações do estudo cujas expressões nominais referenciais estarão destacadas, agora, pelo traço gráfico itálico e pelo uso de hífen. Já os componentes lingüísticos (determinante, nome-núcleo ou modificador) das expressões referenciais, quando analisados, isoladamente, serão destacados por aspas.

3.3 - Análise

TEXTO 1

Direto no mercado

O mercado de capitais brasileiro , que cresceu 77% em 2006, vai se firmando como alternativa atraente de financiamento para as empresas. O conjunto das modalidades de finança direta doméstica (excluindo-se, pois, o tradicional empréstimo bancário) movimentou R\$ 120, 2 bilhões – contra R\$ 67, 9 bilhões em 2005.

Foram R\$ 27 bilhões em ações, R\$ 69, 5 bilhões em debêntures e R\$ 12,8 bilhões em fundos de direito creditório (FDIC), que representam antecipações de receitas futuras. Em comparação, os desembolsos do BNDES, maior fonte de financiamento de longo prazo para as corporações, atingiram R\$ 52,3 bilhões.

O crescimento nas emissões tem sido acompanhado por grande valorização das cotações na Bovespa. O valor de mercado das empresas alcançou R\$ 1,5 trilhão, o equivalente a 74% do PIB, recorde histórico. Em 2002, representava apenas 33% do PIB.

Investidores estrangeiros tiveram um papel relevante nesse movimento. Adquiriram de 60% a 70% das novas ações e passaram a comandar mais de 1/3 das ordens de compra e venda.

O acesso ao mercado de capitais requer melhora gerencial e profissionalização da área financeira das companhias. Com isso, elas ampliam o seu próprio acesso a outros mercados, como os de dívida e recebíveis; passam a obter recursos com prazos maiores ou taxas menores. O sistema bancário, em reação, começa a oferecer-lhes alternativas de crédito mais baratas e com menores exigências de garantia.

Esses dados sinalizam que o mercado de capitais brasileiro ganha estatura e pode auxiliar a expansão dos investimentos produtivos, inclusive em infra-estrutura. Se nos EUA o valor das empresas em Bolsa representa 136% do PIB, há ainda muita margem de crescimento para o mercado de capitais no Brasil.

DIRETO no mercado. Editorial. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A2, 26 fev. 2007.

No editorial acima, pode-se analisar que cinco dos seis parágrafos são iniciados por expressões nominais referenciais, a saber: *O mercado de capitais*, *O crescimento nas emissões*, *Investidores estrangeiros*, *O acesso ao mercado de capitais* e *Esses dados*.

Essas expressões nominais referenciais caracterizam-se pela seguinte forma estrutural: as expressões – *O mercado de capitais*, *O crescimento nas emissões*, *O acesso ao mercado de capitais* - são constituídas de um nome-núcleo, um determinante definido e modificadores; a expressão – *investidores estrangeiros* – constitui-se de um nome-núcleo e de um modificador; a expressão – *Esses dados* - constitui-se de um determinante demonstrativo e de um nome-núcleo genérico. Dessa maneira, as expressões nominais referenciais podem assumir diferentes formas estruturais, conforme os propósitos discursivos do produtor do texto.

O primeiro parágrafo do editorial inicia-se pela expressão nominal definida – *O mercado de capitais brasileiro*, conforme se pode observar a seguir.

O mercado de capitais brasileiro, que cresceu 77% em 2006, vai se firmando como alternativa atraente de financiamento para as empresas. O conjunto das modalidades de finança direta doméstica (excluindo-se, pois, o tradicional empréstimo bancário) movimentou R\$ 120, 2 bilhões – contra R\$ 67, 9 bilhões em 2005.

Essa expressão nominal introduz o referente “mercado de capitais brasileiro” que marca cognitivamente o parágrafo e constitui o tópico discursivo. Nesse caso, a expressão destacada ativa um objeto-de-discurso ainda não mencionado no texto, criando para ele um espaço cognitivo ou, segundo Koch (2003, p. 83), *um endereço cognitivo*. Sobretudo, trata-se de uma descrição nominal definida em que o escritor seleciona características ou traços do referente para ativá-lo.

O uso do determinante definido na expressão nominal, em destaque, indica que o escritor do texto supõe que o referente seja conhecido, por ser um saber compartilhado. Assim, a ativação ou a introdução do referente ou objeto-de-discurso “mercado de capitais brasileiro” apóia-se, semanticamente, em um tipo de conhecimento pressupostamente compartilhado entre o escritor e seu interlocutor.

A expressão referencial – *O mercado de capitais brasileiro* – tem como núcleo o nome “mercado” acompanhado pelos modificadores “de capitais brasileiro” que especificam e caracterizam esse referente, que é (re) focalizado ao longo do texto. Desse modo, a expressão nominal definida surge como um elemento de base

cognitiva do parágrafo e de relação semântica explícita ou implícita entre as outras expressões nominais referenciais do texto.

A escolha dos elementos lingüísticos da expressão nominal orienta o percurso discursivo do *projeto de dizer* (KOCH, 2003) do editorialista, uma vez que o autor seleciona, dentre várias alternativas que a língua oferece, aquela que melhor expresse suas intenções ideológicas, suas opiniões e que oriente a argumentação do texto. Ao realizar a escolha lexical dos termos “mercado” e “capitais”, o autor situa seu interlocutor no campo temático da economia. Ao selecionar o termo “brasileiro”, o escritor caracteriza o referente em torno do qual se desenvolverá o tópico discursivo que argumenta a favor do crescimento do mercado brasileiro, tendo em vista os seguintes argumentos: crescimento de 77% em 2006 e a movimentação financeira de R\$ 120, 2 bilhões também em 2006.

O terceiro parágrafo inicia-se pela expressão nominal definida referencial – *O crescimento nas emissões*, conforme se pode notar a seguir.

O mercado de capitais brasileiro , que *creceu* 77% em 2006, vai se firmando como alternativa atraente de financiamento para as empresas. O conjunto das modalidades de finança direta doméstica (excluindo-se, pois, o tradicional empréstimo bancário) movimentou R\$ 120, 2 bilhões – contra R\$ 67, 9 bilhões em 2005.

Foram R\$ 27 bilhões em ações, R\$ 69, 5 bilhões em debêntures e R\$ 12,8 bilhões em fundos de direito creditório (FDIC), que representam antecipações de receitas futuras. Em comparação, os desembolsos do BNDES, maior fonte de financiamento de longo prazo para as corporações, atingiram R\$ 52,3 bilhões.

O crescimento nas emissões tem sido acompanhado por grande valorização das cotações na Bovespa. O valor de mercado das empresas alcançou R\$ 1,5 trilhão, o equivalente a 74% do PIB, recorde histórico. Em 2002, representava apenas 33% do PIB.

A expressão nominal definida – *O crescimento nas emissões* - resume o conteúdo dos dois primeiros parágrafos, que tratam do aumento das movimentações

financeiras no mercado de capitais brasileiro, ligando o terceiro parágrafo aos dois anteriores.

Ao iniciar um novo parágrafo, essa expressão nominal marca a passagem para outra etapa do raciocínio do escritor do editorial. Etapa que não rompe com a continuidade discursiva, uma vez que relações inferenciais, semânticas, lexicais, etc., asseguram a unidade significativa global do texto. Assim, cada nova etapa do raciocínio do escritor encontra suporte semântico nas etapas precedentes, de modo que todas apontem para os sentidos pretendidos pelo autor.

O uso do determinante definido na expressão nominal denota que o autor parte de informações dadas no co-texto anterior sobre o crescimento do mercado de capitais do Brasil. O determinante definido acompanha a derivação verbal, por meio da qual o verbo “cresceu”, alocado no primeiro parágrafo, é transformado no nome-núcleo “crescimento”. Nesse processo de nominalização, reconhece-se mais uma ligação referencial entre os segmentos textuais do editorial por meio da rotulação ou da anáfora rotuladora, conforme Koch (2004).

Ao encapsular o co-texto anterior, o nome-núcleo “crescimento” funciona também como um rótulo que orienta a argumentação do texto em favor do mercado de capitais nacional, pois o autor escolhe, estrategicamente, um rótulo com aspectos avaliativos positivos para compor o núcleo de sua expressão nominal.

A escolha lexical do nome-núcleo “crescimento” aponta para a tese de que o mercado brasileiro está desenvolvendo-se positivamente. Logo, essa escolha do escritor é argumentativa, pois orienta seu leitor à conclusão de que o mercado brasileiro é rentável, uma vez que os valores financeiros e os índices percentuais empregados, nos parágrafos anteriores e no parágrafo da expressão destacada,

servem de argumentos que respaldam o uso da expressão referencial – *O crescimento nas emissões*.

Sobre o termo “emissões” pode-se dizer que seu uso está relacionado ao campo semântico de mercado financeiro, considerando que os investimentos de capitais advêm principalmente do ato de emitir títulos ou ações no mercado. Esse termo também orienta argumentativamente o discurso do texto, tendo em vista o inter-relacionamento dos termos “mercado, crescimento e emissões”. Ou seja, o escritor seleciona o termo “emissões” com intuito de comprovar a tese do crescimento do mercado de capitais brasileiro.

O quarto parágrafo inicia-se pela expressão nominal – *Investidores estrangeiros*, conforme se observa a seguir.

Foram R\$ 27 bilhões em ações, R\$ 69, 5 bilhões em debêntures e R\$ 12,8 bilhões em fundos de direito creditório (FDIC), que representam antecipações de receitas futuras. Em comparação, os desembolsos do BNDES, maior fonte de financiamento de longo prazo para as corporações, atingiram R\$ 52,3 bilhões.

O crescimento nas emissões tem sido acompanhado por grande valorização das cotações na Bovespa. O valor de mercado das empresas alcançou R\$ 1,5 trilhão, o equivalente a 74% do PIB, recorde histórico. Em 2002, representava apenas 33% do PIB.

Investidores estrangeiros tiveram um papel relevante nesse movimento. Adquiriram de 60% a 70% das novas ações e passaram a comandar mais de 1/3 das ordens de compra e venda.

A expressão nominal – *Investidores estrangeiros* - introduz um novo objeto-de-discurso *ancorado* no co-texto anterior. Desse modo, a expressão nominal

referencial relaciona-se aos parágrafos precedentes, assegurando a coesão e a coerência textuais.

Essa expressão nominal distingue-se das demais por não ser introduzida por um determinante (definido, indefinido ou demonstrativo). Ela introduz a informação nova de que os investimentos internacionais também tiveram participação importante no crescimento do mercado de capitais do Brasil. E assim o escritor do editorial orienta a argumentação no sentido de defender a tese de que o mercado brasileiro é atraente para investimentos internacionais. Portanto, mais uma vez, por meio de uma expressão nominal referencial, um novo tópico discursivo é construído, um novo parágrafo é marcado cognitivamente e o propósito discursivo do autor tem sua argumentação marcada lingüisticamente no texto.

O nome-núcleo da expressão “Investidores” ativa um referente novo no texto. Sua ativação dá-se pela associação com termos do campo semântico de economia (mercado, capitais, ações, cotações, debêntures, etc.), empregados nos parágrafos precedentes. Por essa razão, trata-se também de um caso de anáfora indireta, tendo em vista que a referência é construída pela ativação de um referente, sob o modo do dado, em virtude de relações sócio-cognitivas com base em elementos contextuais.

A escolha lexical do modificador “estrangeiros” reforça a orientação argumentativa do editorial em favor do crescimento e da valorização do mercado de capitais do Brasil. Isso porque, comumente, o termo “estrangeiro” goza de prestígio ou de credibilidade no cenário brasileiro. Então, se os estrangeiros investem no país é porque este é confiável e principalmente lucrativo. Desse modo, vê-se que o modificador completa o sentido do nome nuclear e introduz características ou traços do referente, de modo também a avaliá-lo.

Analisa-se, assim, que ao escolher o nome-núcleo e os modificadores das expressões nominais referenciais, o editorialista orienta seu interlocutor a determinadas conclusões pretendidas no seu *projeto de dizer* (cf. KOCH, 2003).

O quinto parágrafo inicia-se pela expressão nominal definida referencial – *O acesso ao mercado de capitais*, conforme se nota a seguir.

Foram R\$ 27 bilhões em ações, R\$ 69,5 bilhões em debêntures e R\$ 12,8 bilhões em fundos de direito creditório (FDIC), que representam antecipações de receitas futuras. Em comparação, os desembolsos do BNDES, maior fonte de financiamento de longo prazo para as corporações, atingiram R\$ 52,3 bilhões.

O crescimento nas emissões tem sido acompanhado por grande valorização das cotações na Bovespa. O valor de mercado das empresas alcançou R\$ 1,5 trilhão, o equivalente a 74% do PIB, recorde histórico. Em 2002, representava apenas 33% do PIB.

Investidores estrangeiros tiveram um papel relevante nesse movimento. Adquiriram de 60% a 70% das novas ações e passaram a comandar mais de 1/3 das ordens de compra e venda.

O acesso ao mercado de capitais requer melhora gerencial e profissionalização da área financeira das companhias. Com isso, elas ampliam o seu próprio acesso a outros mercados, como os de dívida e recebíveis; passam a obter recursos com prazos maiores ou taxas menores. O sistema bancário, em reação, começa a oferecer-lhes alternativas de crédito mais baratas e com menores exigências de garantia.

A expressão nominal – *O acesso ao mercado de capitais* – refere-se a todo o contexto lingüístico e cognitivo precedentes. Ela encapsula as informações apresentadas sobre o sistema financeiro de capitais. Nesse exemplo, os termos “mercado e capitais” complementam o sentido do núcleo da expressão, garantindo a continuidade do campo semântico. Sobre o nome-núcleo “acesso”, convém dizer que ele resulta da nominalização do verbo acessar, o qual não está marcado explicitamente no co-texto.

A expressão nominal – *O acesso ao mercado de capitais* – ativa um objeto-de-discurso ancorado nas informações do contexto discursivo anterior, de modo a ligar os tópicos discursivos do texto.

É nesse sentido que se afirma que as expressões nominais referenciais realizam a organização das informações micro e macroestruturais. O fato da expressão localizar-se no início do parágrafo é um forte indício dessa organização macroestrutural e da marcação do parágrafo sob o ponto de vista cognitivo. (cf. CONTE, 2003)

O parágrafo conclusivo também se inicia por uma expressão nominal referencial - *Esses dados*, conforme se observa a seguir.

(...)

O crescimento nas emissões tem sido acompanhado por grande valorização das cotações na Bovespa. O valor de mercado das empresas alcançou R\$ 1,5 trilhão, o equivalente a 74% do PIB, recorde histórico. Em 2002, representava apenas 33% do PIB.

Investidores estrangeiros tiveram um papel relevante nesse movimento. Adquiriram de 60% a 70% das novas ações e passaram a comandar mais de 1/3 das ordens de compra e venda.

O acesso ao mercado de capitais requer melhora gerencial e profissionalização da área financeira das companhias. Com isso, elas ampliam o seu próprio acesso a outros mercados, como os de dívida e recebíveis; passam a obter recursos com prazos maiores ou taxas menores. O sistema bancário, em reação, começa a oferecer-lhes alternativas de crédito mais baratas e com menores exigências de garantia.

Esses dados sinalizam que o mercado de capitais brasileiro ganha estatura e pode auxiliar a expansão dos investimentos produtivos, inclusive em infra-estrutura. Se nos EUA o valor das empresas em Bolsa representa 136% do PIB, há ainda muita margem de crescimento para o mercado de capitais no Brasil.

Essa expressão nominal referencial diferencia-se das expressões principiantes por ser constituída de um determinante demonstrativo. O uso desse determinante indica que o contexto discursivo precedente, que trata dos índices numéricos do

crescimento do mercado de capitais brasileiro, é mantido em evidência. Nesse sentido, Koch (2003, p. 102) afirma que *um dos efeitos produzidos pelo demonstrativo é o de recuperar a informação do co-texto à esquerda*. A expressão nominal – *Esses dados* – encapsula as informações apresentadas sobre o crescimento financeiro no mercado de capitais brasileiro. Ao realizar esse encapsulamento, o nome-núcleo da expressão funciona como um rótulo retrospectivo que não só recupera as informações dadas, como também introduz informações novas, que funcionam como novos tópicos discursivos, marcando uma nova etapa discursiva.

Pode-se analisar ainda que o núcleo da expressão constitui-se de um nome genérico (cf. KOCH, 2003), o qual faz referência a indicadores numéricos do crescimento do mercado de capitais do Brasil.

A escolha do rótulo também aponta para a orientação argumentativa do texto, tendo em vista que o autor seleciona um termo que reforça a importância dos indicadores financeiros e percentuais apresentados como factuais ao longo do editorial. Segundo Koch (2004), a rotulação, quase sempre, orienta o leitor no sentido de determinadas conclusões.

Vê-se, portanto, que as expressões nominais – *O mercado de capitais*, *O crescimento nas emissões*, *Investidores estrangeiros*, *O acesso ao mercado de capitais* e *Esses dados*, posicionadas no início de parágrafos, assumem várias funções referenciais que colaboram para a paragrafação do editorial. Dentre essas funções destacam-se: o encapsulamento, a rotulação, a organização macroestrutural, a marcação cognitiva de parágrafos e a orientação argumentativa.

TEXTO 2

Fidelidade imposta

A fidelidade partidária integra há anos o elenco de medidas demandadas pela sociedade brasileira com o objetivo de colocar fim ao balcão de negócios que se instala na capital federal depois de cada eleição. Há tempos, os eleitores acompanham parlamentares nos quais votaram migrarem de legenda em troca de ofertas tentadoras dos ocupantes do Planalto.

Porém, por mais intenso que seja o clamor pela moralização política, a fidelidade partidária não pode ser imposta com o atropelo das atribuições institucionais de cada Poder da

República, o que fatalmente ocorreria se fosse aplicada a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de “cassar” o mandato dos 36 deputados que mudaram de legenda depois das últimas eleições.

O oportunismo desses parlamentares só poderia ser punido com base em mudança na legislação consagrada pelo próprio Congresso Nacional.

Por essa razão, esta **Folha** defende o projeto, já aprovado no Senado, que condiciona a possibilidade de candidatura por determinado partido a um período mínimo de filiação de quatro anos. Diante do risco de não ter legenda para disputar o pleito seguinte, o parlamentar tenderia a permanecer no partido pelo qual se elegeu.

A direção da Câmara agiu corretamente ao negar o pedido dos partidos de oposição, que pretendiam cancelar o mandato de 36 parlamentares que trocaram de legenda após o último pleito, e dar posse a seus suplentes. A demanda, que agora vai ao STF (Supremo Tribunal Federal), tem por base a decisão proferida em março pelo TSE, pela qual o mandato pertence ao partido, não ao parlamentar.

A lógica parece impecável em tese, mas só poderá se traduzir em ameaça ao mandato popular no dia em que for consagrada em lei, dentro dos limites institucionais de atuação de cada Poder.

FIDELIDADE imposta. Editorial. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A2, 01 mai. 2007.

O editorial acima é composto de seis parágrafos. Destes, quatro são iniciados por expressões nominais referenciais (*A fidelidade partidária*, *O oportunismo desses parlamentares*, *A direção da Câmara* e *A lógica*), que realizam a marcação cognitiva de parágrafo e colaboram para a organização macroestrutural do texto.

As expressões nominais referenciais – *A fidelidade partidária*, *O oportunismo desses parlamentares* e *A direção da Câmara* – constituem-se de um determinante definido, um nome-núcleo e um modificador. Por sua vez, a expressão – *A lógica* – constitui-se, basicamente, de um nome-núcleo e um determinante definido.

O primeiro parágrafo inicia-se pela expressão nominal – *A fidelidade partidária*, conforme se pode notar a seguir.

A fidelidade partidária integra há anos o elenco de medidas demandadas pela sociedade brasileira com o objetivo de colocar fim ao balcão de negócios que se instala na capital federal depois de cada eleição. Há tempos, os eleitores acompanham parlamentares nos quais votaram migrarem de legenda em troca de ofertas tentadoras dos ocupantes do Planalto.

A expressão nominal – *A fidelidade partidária* – introduz o objeto-de-discurso, que se constituirá em tópico discursivo do parágrafo de introdução do editorial. Assim, o uso dessa expressão marca a etapa inicial do raciocínio do editorialista.

Essa expressão referencial organiza uma porção do conteúdo do editorial, de modo a construir um ponto semântico, ao qual se ligarão outros segmentos do texto. Para Conte (2003), esse ponto semântico constitui um nódulo na hierarquia semântica do texto.

A escolha da expressão nominal referencial – *A fidelidade partidária* – é argumentativa, tendo em vista que ativa um referente em torno do qual se constrói uma crítica contra os parlamentares que mudam de partido após cada eleição. Sendo assim, o escritor seleciona estrategicamente os termos “fidelidade” e “partidária” para orientar o leitor à conclusão de que a falta de fidelidade partidária é uma pauta recorrente no elenco de medidas demandadas pela sociedade brasileira.

O terceiro parágrafo inicia-se pela expressão nominal referencial – *O oportunismo desses parlamentares*, conforme se pode notar a seguir.

A fidelidade partidária integra há anos o elenco de medidas demandadas pela sociedade brasileira com o objetivo de colocar fim ao balcão de negócios que se instala na capital federal depois de cada eleição. Há tempos, os eleitores acompanham parlamentares nos quais votaram migrarem de legenda em troca de ofertas tentadoras dos ocupantes do Planalto.

Porém, por mais intenso que seja o clamor pela moralização política, a fidelidade partidária não pode ser imposta com o atropelo das atribuições institucionais de cada Poder da

República, o que faltamente ocorreria se fosse aplicada a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de “cassar” o mandato dos 36 deputados que mudaram de legenda depois das últimas eleições.

O oportunismo desses parlamentares só poderia ser punido com base em mudança na legislação consagrada pelo próprio Congresso Nacional.

Por essa razão, esta **Folha** defende o projeto, já aprovado no Senado, que condiciona a possibilidade de candidatura por determinado partido a um período mínimo de filiação de quatro anos. Diante do risco de não ter legenda para disputar o pleito seguinte, o parlamentar tenderia a permanecer no partido pelo qual se elegeu.

A expressão nominal – *O oportunismo desses parlamentares* - refere-se ao conteúdo dos parágrafos anteriores que tratam da mudança de partido pelos políticos. Ainda caberia dizer que essa expressão nominal realiza um processo de rotulação, à medida que seleciona o nome-núcleo “oportunismo” para categorizar a troca de partido pelos parlamentares, conduzindo, assim, mais explicitamente a orientação argumentativa do texto.

Assim, o nome-núcleo funciona como um rótulo avaliativo, que evidencia a posição do produtor do texto de condenar a infidelidade partidária desses políticos brasileiros que trocam de partidos a fim de conseguir algum tipo de vantagem pessoal ou política. A escolha desse rótulo aponta, então, para um posicionamento crítico do editorialista, que assim orienta o leitor à conclusão de que os políticos são motivados por interesses particulares.

O quinto parágrafo inicia-se pela expressão nominal – *A direção da Câmara*, conforme se observa a seguir.

Porém, por mais intenso que seja o clamor pela moralização política, a fidelidade partidária não pode ser imposta com o atropelo das atribuições institucionais de cada Poder da República, o que faltamente ocorreria se fosse aplicada a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de “cassar” o mandato dos 36 deputados que mudaram de legenda depois das últimas eleições.

O oportunismo desses parlamentares só poderia ser punido com base em mudança na legislação consagrada pelo próprio Congresso Nacional.

Por essa razão, esta **Folha** defende o projeto, já aprovado no Senado, que condiciona a possibilidade de candidatura por determinado partido a um período mínimo de filiação de quatro anos. Diante do risco de não ter legenda para disputar o pleito seguinte, o parlamentar tenderia a permanecer no partido pelo qual se elegeu.

A direção da Câmara agiu corretamente ao negar o pedido dos partidos de oposição, que pretendiam cancelar o mandato de 36 parlamentares que trocaram de legenda após o último pleito, e dar posse a seus suplentes. A demanda, que agora vai ao STF (Supremo Tribunal Federal), tem por base a decisão proferida em março pelo TSE, pela qual o mandato pertence ao partido, não ao parlamentar.

A expressão nominal – *A direção da Câmara* – remete a informações do contexto precedente, tendo em vista processos associativos de interpretação sobre a política brasileira. Assim, essa expressão nominal não possui um referente explícito marcado no texto, mas sua significação pode ser estabelecida nas relações com os termos lingüísticos co-textuais (deputados, parlamentares, Congresso Nacional, eleição, política, etc.), caracterizando o fenômeno de *anáfora indireta* (cf. KOCH, 2003). Pode-se dizer, também, que a expressão nominal contribui para a progressão textual, pois introduz um tópico cujo desenvolvimento ocorre em torno da negociação do pedido de cancelamento do mandato de 36 parlamentares que trocaram de legenda após a última eleição.

O último parágrafo do editorial inicia-se pela expressão nominal – *A lógica*, conforme se pode examinar a seguir.

O oportunismo desses parlamentares só poderia ser punido com base em mudança na legislação consagrada pelo próprio Congresso Nacional.

Por essa razão, esta **Folha** defende o projeto, já aprovado no Senado, que condiciona a possibilidade de candidatura por determinado partido a um período mínimo de filiação de quatro anos. Diante do risco de não ter legenda para disputar o pleito seguinte, o parlamentar tenderia a permanecer no partido pelo qual se elegeu.

A direção da Câmara agiu corretamente ao negar o pedido dos partidos de oposição, que pretendiam cancelar o mandato de 36 parlamentares que trocaram de legenda após o último pleito, e dar posse a seus suplentes. A demanda, que agora vai ao STF (Supremo Tribunal Federal), tem por base a decisão proferida em março pelo TSE, pela qual o mandato pertence ao partido, não ao parlamentar.

A lógica parece impecável em tese, mas só poderá se traduzir em ameaça ao mandato popular no dia em que for consagrada em lei, dentro dos limites institucionais de atuação de cada Poder.

A expressão nominal – *A lógica* - resume e rotula as informações, do parágrafo precedente, que tratam da decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), a qual alega ser o mandato parlamentar posse do partido. Desse modo, a expressão “A lógica” desempenha, em especial, duas funções referenciais: o encapsulamento e a rotulação, de maneira a construir ligações significativas entre os segmentos do texto, garantindo os princípios de coesão e de coerência.

Ao encapsular o contexto anterior, a expressão nominal contribui para a composição de resumos de partes do texto, bem como para a formulação de argumentos conclusivos, uma vez que a expressão nominal categoriza o conteúdo dado sob a forma de rótulo.

Parece adequado analisar o uso da expressão nominal referencial “A lógica” como um caso típico de rotulação metalingüística, pois o núcleo da expressão é constituído de um nome que descreve um processo cognitivo, conforme defende Francis (1994). Isto é, o nome-núcleo da expressão refere-se à informação dada sobre a decisão de que o mandato pertence ao partido não ao parlamentar a partir do uso de um termo que descreve o processo mental e/ou o raciocínio envolvido nessa decisão.

Cabe também apontar que o nome-núcleo “lógica” revela a opinião do editorialista sobre a tese de que o mandato pertence ao partido, não ao parlamentar.

Portanto, a escolha do termo “lógica” orienta o leitor a pensar que essa é a tese coerente, o raciocínio correto a seguir.

Sendo assim, o uso das expressões nominais referenciais definidas – *A fidelidade partidária, O oportunismo desses parlamentares, A direção da Câmara e A lógica* - no início de parágrafos, desempenha funções que apontam para a produção textual do editorial, destacando-se o encapsulamento, a rotulação, a orientação argumentativa, a organização macroestrutural e a marcação cognitiva de parágrafos.

TEXTO 3

Questão de fuso

Mais uma vez, o lobby das TVs conseguiu evitar a adoção das novas regras de classificação indicativa para a veiculação de programas. Cedendo à pressão das emissoras, o Ministério da Justiça (MJ) adiou por 45 dias a vigência da portaria com o novo marco regulatório.

A resistência das redes à classificação não se sustenta. Elas erguem a bandeira da liberdade de expressão, mas pretendem apenas obter salvo-conduto para seguir tratando crianças e adolescentes de forma discriminatória.

As emissoras raramente contestam os critérios utilizados pelos classificadores do MJ. Também pouco fazem grandes objeções a aplicá-los no território abrangido pelo horário de

Brasília. O que as incomoda é a necessidade – nesta portaria, explícita – de que a veiculação leve em conta os diferentes fusos horários do país.

Pela norma, uma programação considerada imprópria para menores de 14 anos não pode ir ao ar antes das 21h. Só que, como as TVs não costumam adequar sua grade aos fusos, 21h de Brasília são 20h em Cuiabá e 19h em Rio Branco. Nos quatro meses em que vige o horário de verão a situação é ainda mais grave, pois todo o Nordeste fica uma hora atrás de Brasília e a região do Acre e do oeste do Amazonas acumula três horas de diferença em relação à capital.

No total, 27 milhões dos 61 milhões de jovens de 0 e 17 anos do país vivem em áreas que passam pelo menos parte do ano sob um fuso diverso de Brasília.

Outro ponto de resistência é a nova padronização dos anúncios indicativos, que, pela portaria, se tornam mais visíveis. Aqui as emissoras traem a precariedade de sua lógica. Alegam que cabe aos pais, e não ao governo, decidir o que as crianças podem ou não ver, mas boicotam a única medida que poderia contribuir para a concretização dessa meta.

As redes têm todo o direito de defender seus interesses comerciais e conveniências de grade. Mas que o façam explicitamente. Não dá para querer arvorar em defesa da liberdade de expressão o que na realidade são conveniências comerciais.

QUESTÃO de fuso. Editorial. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A2, 15 mai. 2007.

Nesse editorial, quatro dos sete parágrafos são iniciados por expressões nominais referenciais, a saber: *A resistência das redes à classificação*, *As emissoras*, *Outro ponto de resistência* e *As redes*. Elas realizam diversas funções referenciais que contribuem para a produção textual, especificamente, para a marcação cognitiva de parágrafo.

Essas expressões nominais formalizam-se diferentemente. A expressão – *A resistência das redes à classificação* – constitui-se de um determinante definido, de um nome-núcleo e de modificadores. As expressões – *As emissoras* e *As redes* – constituem-se de um determinante definido e um nome-núcleo. Por sua vez, a expressão – *Outro ponto de resistência* – constitui-se de um nome-núcleo e de um modificador.

O segundo parágrafo do editorial inicia-se pela expressão nominal referencial – *A resistência das redes à classificação*, como se pode notar a seguir.

Mais uma vez, o lobby das TVs conseguiu evitar a adoção das novas regras de classificação indicativa para a veiculação de programas. Cedendo à pressão das emissoras, o Ministério da Justiça (MJ) adiou por 45 dias a vigência da portaria com o novo marco regulatório.

A resistência das redes à classificação não se sustenta. Elas erguem a bandeira da liberdade de expressão, mas pretendem apenas obter salvo-conduto para seguir tratando crianças e adolescentes de forma discriminatória.

O uso da expressão – *A resistência das redes à classificação* – refere-se ao conteúdo do parágrafo anterior sobre as emissoras evitarem as novas regras de classificação de programas. A expressão nominal não possui um referente explícito no co-texto. Entretanto, pode-se identificar um processo associativo ou inferencial entre a expressão nominal e o co-texto antecedente, pois há elementos lingüísticos (TVs, veiculação de programas e emissoras) que servem, de algum modo, de *âncora* para a identificação do referente.

Essa remissão recoloca em evidência a temática das novas regras de programação das TVs que se mantém constante ao longo do texto, porém assumindo novas perspectivas.

O nome-núcleo do rótulo retrospectivo “resistência” encapsula o conteúdo do primeiro parágrafo e, por meio dele, o produtor do texto sinaliza seu posicionamento quanto às novas regras de classificação das TVs. Em outras palavras, pode-se dizer que pela seleção do rótulo, o editorialista orienta a argumentação do texto no sentido de mostrar que as emissoras não estão preocupadas com a programação indicativa para as crianças e os adolescentes. Assim, a escolha do rótulo da expressão aponta

para uma avaliação do posicionamento contrário das emissoras à adoção das novas regras de classificação indicativa para a veiculação de programas.

Pode-se falar, ainda, que o nome nuclear “resistência” resulta de uma operação de nominalização, tendo em vista o fato de que as emissoras de TV evitam (resistem) a adesão às novas regras de programação.

O terceiro parágrafo inicia-se pela expressão nominal referencial – *As emissoras*, como se pode observar a seguir.

Mais uma vez, o lobby das TVs conseguiu evitar a adoção das novas regras de classificação indicativa para a veiculação de programas. Cedendo à pressão das emissoras, o Ministério da Justiça (MJ) adiou por 45 dias a vigência da portaria com o novo marco regulatório.

A resistência das redes à classificação não se sustenta. Elas erguem a bandeira da liberdade de expressão, mas pretendem apenas obter salvo-conduto para seguir tratando crianças e adolescentes de forma discriminatória.

As emissoras raramente contestam os critérios utilizados pelos classificadores do MJ. Também pouco fazem grandes objeções a aplicá-los no território abrangido pelo horário de Brasília. O que as incomoda é a necessidade – nesta portaria, explícita – de que a veiculação leve em conta os diferentes fusos horários do país.

A expressão – *As emissoras* – constitui uma anáfora fiel ancorada em processos associativos ou interpretativos dos referentes “redes” e “TVs”, tendo em vista a relação de parassinonímia (quase-sinônimo) entre esses termos co-textuais e a expressão anafórica “*As emissoras*”. Por meio desse fenômeno anafórico, o escritor do editorial mantém o objeto-de-discurso “emissoras de TV” ativo, focalizado, a fim de atribuí-lo predicções que revelem a insatisfação das redes de TV frente às novas regras, impostas pelo Ministério da Justiça, para a classificação de programas.

Pode-se considerar, ainda, que o uso do determinante definido na expressão nominal, em destaque, é outro indício de que o objeto-de-discurso mantém-se em foco no texto.

O sexto parágrafo inicia-se pela expressão nominal - *Outro ponto de partida*, como se pode observar a seguir.

(...)

Pela norma, uma programação considerada imprópria para menores de 14 anos não pode ir ao ar antes das 21h. Só que, como as TVs não costumam adequar sua grade aos fusos, 21h de Brasília são 20h em Cuiabá e 19h em Rio Branco. Nos quatro meses em que vige o horário de verão a situação é ainda mais grave, pois todo o Nordeste fica uma hora atrás de Brasília e a região do Acre e do oeste do Amazonas acumula três horas de diferença em relação à capital.

No total, 27 milhões dos 61 milhões de jovens de 0 e 17 anos do país vivem em áreas que passam pelo menos parte do ano sob um fuso diverso de Brasília.

Outro ponto de resistência é a nova padronização dos anúncios indicativos, que, pela portaria, se tornam mais visíveis. Aqui as emissoras traem a precariedade de sua lógica. Alegam que cabe aos pais, e não ao governo, decidir o que as crianças podem ou não ver, mas boicotam a única medida que poderia contribuir para a concretização dessa meta.

A expressão nominal - *Outro ponto de resistência* – é um referente por meio do qual o editorialista chama a atenção do leitor para a nova padronização dos anúncios indicativos como outro aspecto da resistência das TVs às regras de programação.

Além de apontar para uma informação nova, a expressão nominal mantém em foco a idéia da resistência das emissoras às novas regras de classificação da programação, o que assegura a unidade significativa entre as partes do editorial e, conseqüentemente, sua organização micro e macroestrutural, pois a expressão acrescenta mais um argumento revelador da oposição das redes de TV às regras de classificação de programas.

O núcleo da expressão referencial é constituído pelo nome “ponto”, um rótulo prospectivo por meio do qual se resume e/ou antecipa a informação nova sobre a padronização dos anúncios indicativos, colocando-a ao lado da informação, dada no segundo parágrafo, de que as emissoras erguem a bandeira da liberdade de expressão, como argumento para resistirem às mudanças impostas pelo Ministério da Justiça.

Chama a atenção na expressão referencial, o uso do termo “Outro” que parece funcionar como um determinante com função de artigo (cf. KOCH, 1992), à medida auxilia na introdução de um objeto-de-discurso novo. Segundo Francis (2003), o termo “outro” funciona como um pós-dêitico que exerce o papel de organizar o rótulo, bem como contribuir para a ordenação das informações.

O último parágrafo do editorial inicia-se pela expressão nominal referencial – *As redes*, conforme se pode notar a seguir.

A resistência das *redes* à classificação não se sustenta. Elas erguem a bandeira da liberdade de expressão, mas pretendem apenas obter salvo-conduto para seguir tratando crianças e adolescentes de forma discriminatória.

As emissoras raramente contestam os critérios utilizados pelos classificadores do MJ. Também pouco fazem grandes objeções a aplicá-los no território abrangido pelo horário de Brasília. O que as incomoda é a necessidade – nesta portaria, explícita – de que a veiculação leve em conta os diferentes fusos horários do país.

(...)

As redes têm todo o direito de defender seus interesses comerciais e conveniências de grade. Mas que o façam explicitamente. Não dá para querer arvorar em defesa da liberdade de expressão o que na realidade são conveniências comerciais.

A expressão nominal – *As redes* - reativa o referente “as emissoras” por meio de relações de parassinonímia. Pode-se falar também de retomada parcial, tendo em consideração que o termo “redes” já foi empregado no co-texto anterior, especificamente, na expressão “A resistência das redes à classificação”. É importante ressaltar que a retomada não significa repetição absoluta, pois os objetos-de-discurso assumem novas significações quando retomados, visto que a repetição remete a novo contexto enunciativo.

O determinante definido (*As*) também contribui para a reativação do referente, uma vez que uma das funções dos definidos é apontar para informações dadas. (cf. KOCH, 1992)

Sendo assim, as expressões – *A resistência das redes à classificação*, *As emissoras*, *Outro ponto de resistência* e *As redes* – contribuem para a marcação cognitiva dos parágrafos do editorial e para a organização estrutural do texto, tendo em vista as funções referenciais de encapsulamento, rotulação, orientação argumentativa, organização macroestrutural e de marcação cognitiva de parágrafos do texto.

TEXTO 4

Planejamento familiar

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou ontem um novo programa de planejamento familiar que prevê, entre outras medidas, a venda de anticoncepcionais com 90% de desconto em farmácias credenciadas e o aumento da oferta de contraceptivos gratuitos em postos de saúde.

A iniciativa é oportuna. O país talvez enfrentasse hoje menos problemas se tivesse sido mais atento ao problema demográfico no passado. Não parece despropositado relacionar a explosão da violência urbana, a favelização das grandes cidades e outros sintomas do mal-estar social brasileiro, que se acentuaram nos últimos 20 anos, à negligência pretérita das autoridades.

A mentalidade dos militares, que pregavam no poder a ocupação dos vazios demográficos, foi, ao lado da posição histórica da Igreja Católica a respeito dos métodos contraceptivos, um poderoso inibidor de um debate que sem dúvida faltou ao país.

Hoje, a ameaça de uma nova explosão populacional não se coloca, mas o planejamento ainda é importante por permitir que as pessoas exerçam sua sexualidade de forma responsável e sadia.

As altas taxas de fecundidade da mulher brasileira caíram em ritmo quase sem paralelo no mundo. Em 1970, o índice era de 5,8 filhos por representante do sexo feminino. Em 1980, acompanhando o rápido processo de urbanização, caiu 4,4 e, em 1991, o Censo registrou 2,7 descendentes por brasileira. Em 2000, a taxa já baixara para 2,4 e, em 2004, à marca dos 2,1 filhos por mulher, que é a taxa de reposição – isto é, crescimento zero.

Mas há motivos para inquietação. Mulheres pobres e sem instrução têm muito mais filhos do que as de maior renda e escolaridade. Este segue sendo um poderoso mecanismo de reprodução da miséria.

A receita para combatê-lo é conhecida: informação e acesso aos meios contraceptivos. É justamente isso que o novo programa do Ministério da Saúde pretende proporcionar. Além da ampliação da oferta de métodos anticoncepcionais dentro e fora do SUS – um investimento orçado em R\$ 100 milhões -, estão previstas campanhas sobre o tema.

São passos importantes, mas insuficientes. É preciso – e com urgência – tornar a gestão do sistema mais eficaz. Estudo do Centro de Pesquisas em Saúde Reprodutiva de Campinas (Cemicamp), publicado em novembro de 2006, revela um quadro desolador. O ministério adquire kits com métodos anticoncepcionais e os envia às Secretarias Municipais de Saúde. Nessa primeira etapa, as coisas funcionam. Apenas 4% das secretarias deixaram de recebê-los.

O problema piora no trânsito para as Unidades Básicas de Saúde (UBS), onde o usuário é atendido. A proporção de UBS que não recebem os contraceptivos sobe para 17%, e chega a 92% no caso de kits com métodos de aplicação mais sofisticada, como DIU e hormônio injetável.

Sem melhorar a gestão, boas iniciativas serão comprometidas pelo desperdício de recursos.

PLANEJAMENTO, familiar. Editoriais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A2, 29 mai. 2007.

No editorial *Planejamento familiar*, pode-se observar que cinco dos nove parágrafos do texto são iniciados por expressões nominais referenciais definidas, a saber: *A iniciativa*, *A mentalidade dos militares*, *As altas taxas de fecundidade da mulher brasileira*, *A receita* e *O problema*. Essas expressões nominais desempenham funções referenciais que contribuem para a produção textual do editorial, em especial, para a marcação cognitiva dos seus parágrafos.

As expressões – *A mentalidade dos militares*, *As altas taxas de fecundidade da mulher brasileira* - constituem-se de um determinante definido, um nome-núcleo e

modificadores. Por sua vez, as expressões – *A iniciativa*, *A receita* e *O problema* - constituem-se, basicamente, de um determinante definido e um nome-núcleo.

No texto, a expressão “A iniciativa” começa o segundo parágrafo do editorial, conforme se pode observar a seguir.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou ontem um novo programa de planejamento familiar que prevê, entre outras medidas, a venda de anticoncepcionais com 90% de desconto em farmácias credenciadas e o aumento da oferta de contraceptivos gratuitos em postos de saúde.

A iniciativa é oportuna. O país talvez enfrentasse hoje menos problemas se tivesse sido mais atento ao problema demográfico no passado. Não parece despropositado relacionar a explosão da violência urbana, a favelização das grandes cidades e outros sintomas do mal-estar social brasileiro, que se acentuaram nos últimos 20 anos, à negligência pretérita das autoridades.

A expressão nominal definida - *A iniciativa* – funciona como um rótulo retrospectivo, encapsulando a ação discursiva anterior sobre o novo programa de planejamento familiar apresentado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, a expressão nominal constrói uma relação referencial entre o primeiro e o segundo parágrafos do texto, encaminhando a continuidade semântica e a progressão do texto, uma vez que novas predicções são construídas a partir do rótulo. Nessa relação referencial, ocorre a ligação semântica entre os dois primeiros parágrafos, garantindo os princípios de coesão e de coerência do texto.

A escolha lexical do rótulo aponta, de algum modo, para a opinião do editorialista sobre o programa de planejamento familiar apresentado pelo presidente da República, visto que o nome-núcleo “iniciativa” parece avaliar positivamente o programa de planejamento familiar como uma tomada de atitude ou uma ação

importante do governo presidencial. Sendo assim, a escolha do rótulo orienta o leitor no sentido de valorizar o programa do governo Lula, confirmando a tese de que a rotulação encerra, freqüentemente, um valor persuasivo, conforme postula Koch (2004).

O terceiro parágrafo também se inicia por uma expressão nominal – *A mentalidade dos militares*, conforme se pode observar a seguir.

(...)

A iniciativa é oportuna. O país talvez enfrentasse hoje menos problemas se tivesse sido mais atento ao problema demográfico no passado. Não parece despropositado relacionar a explosão da violência urbana, a favelização das grandes cidades e outros sintomas do mal-estar social brasileiro, que se acentuaram nos últimos 20 anos, à negligência pretérita das autoridades.

A mentalidade dos militares, que pregavam no poder a ocupação dos vazios demográficos, foi, ao lado da posição histórica da Igreja Católica a respeito dos métodos contraceptivos, um poderoso inibidor de um debate que sem dúvida faltou ao país.

Hoje, a ameaça de uma nova explosão populacional não se coloca, mas o planejamento ainda é importante por permitir que as pessoas exerçam sua sexualidade de forma responsável e sadia.

A expressão nominal definida - *A mentalidade dos militares* - introduz um referente que se *ancora* nas informações do parágrafo precedente. Essa referência é construída a partir de relações interpretativas que relacionam a mentalidade dos militares à ocupação dos vazios demográficos, aos problemas de violência urbana e à favelização. Novamente, vêem-se relações entre as partes do texto, garantindo a unidade temática.

O nome-núcleo “mentalidade” aponta para um rótulo metalingüístico, já que encapsula e rotula a informação referente ao modo de pensar dos militares que ocuparam o poder e apregoaram a ocupação dos vazios demográficos.

O quinto parágrafo inicia-se pela expressão nominal – *As altas taxas de fecundidade da mulher brasileira*, como se pode notar a seguir.

(...)

A mentalidade dos militares, que pregavam no poder a ocupação dos vazios demográficos, foi, ao lado da posição histórica da Igreja Católica a respeito dos métodos contraceptivos, um poderoso inibidor de um debate que sem dúvida faltou ao país.

Hoje, a ameaça de uma nova explosão populacional não se coloca, mas o planejamento ainda é importante por permitir que as pessoas exerçam sua sexualidade de forma responsável e sadia.

As altas taxas de fecundidade da mulher brasileira caíram em ritmo quase sem paralelo no mundo. Em 1970, o índice era de 5,8 filhos por representante do sexo feminino. Em 1980, acompanhando o rápido processo de urbanização, caiu 4,4 e, em 1991, o Censo registrou 2,7 descendentes por brasileira. Em 2000, a taxa já baixara para 2,4 e, em 2004, à marca dos 2,1 filhos por mulher, que é a taxa de reposição – isto é, crescimento zero.

A expressão nominal definida – *As altas taxas de fecundidade da mulher brasileira* - refere-se ao tópico discursivo central sobre o planejamento familiar no Brasil. O uso dessa expressão nominal introduz um tópico discursivo cujo desenvolvimento dá-se em torno da diminuição de fecundidade da mulher brasileira nas últimas décadas.

A introdução do objeto-de-discurso apóia-se em associações interpretativas ou inferências com o contexto discursivo anterior sobre o programa de planejamento familiar.

A escolha lexical do modificador “altas” imprime ao nome-núcleo “taxas” maior força argumentativa, visto que aponta para uma avaliação do índice estatístico de

fecundidade da mulher brasileira. Ao selecionar esse modificador, o editorialista orienta o leitor a construir a conclusão de que a quantidade de filho por mulher brasileira era excessiva para a realidade social brasileira e refletia falta de planejamento familiar, falta de responsabilidade social tanto de pais quanto do governo brasileiro.

O sétimo parágrafo inicia-se pela expressão nominal – *A receita*, conforme se pode observar a seguir.

(...)

Mas há motivos para inquietação. Mulheres pobres e sem instrução têm muito mais filhos do que as de maior renda e escolaridade. Este segue sendo um poderoso mecanismo de reprodução da miséria.

A receita para combatê-lo é conhecida: informação e acesso aos meios contraceptivos. É justamente isso que o novo programa do Ministério da Saúde pretende proporcionar. Além da ampliação da oferta de métodos anticoncepcionais dentro e fora do SUS – um investimento orçado em R\$ 100 milhões -, estão previstas campanhas sobre o tema.

A expressão nominal definida - *A receita* – realiza um movimento referencial prospectivo (catáfora), à medida que se refere aos termos localizados à direita de sua lexicalização: “informação e acesso aos meios contraceptivos”.

Cabe destacar também que a expressão – *A receita* – pode resultar de um processo de nominalização, o qual transforma a ação de receitar, de prescrever em um nome deverbal ou rótulo que encabeça um novo parágrafo e constrói um novo tópico discursivo que se desenvolve em torno da idéia de solucionar a reprodução da miséria causada pela falta de planejamento familiar.

O último parágrafo do editorial inicia-se pela expressão nominal – *O problema*, como se pode notar a seguir.

(...)

São passos importantes, mas insuficientes. É preciso – e com urgência – tornar a gestão do sistema mais eficaz. Estudo do Centro de Pesquisas em Saúde Reprodutiva de Campinas (Cemicamp), publicado em novembro de 2006, revela um quadro desolador. O ministério adquire kits com métodos anticoncepcionais e os envia às Secretarias Municipais de Saúde. Nessa primeira etapa, as coisas funcionam. Apenas 4% das secretarias deixaram de recebê-los.

O problema piora no trânsito para as Unidades Básicas de Saúde (UBS), onde o usuário é atendido. A proporção de UBS que não recebem os contraceptivos sobe para 17%, e chega a 92% no caso de kits com métodos de aplicação mais sofisticada, como DIU e hormônio injetável.

A expressão nominal definida – *O problema* - realiza dupla função referenciadora e preditativa, pois sob a forma de um rótulo a expressão encapsula o conteúdo precedente sobre a distribuição de *kits* anticoncepcionais para as Secretarias Municipais de Saúde. Além disso, introduz, no texto, um referente novo ancorado em informações precedentes.

A seleção do rótulo “O problema” serve de orientação argumentativa, uma vez que avalia, negativamente, a gestão de saúde pública no que diz respeito ao planejamento familiar. A escolha desse rótulo axiológico sinaliza para o leitor a crítica do editorialista ao descaso e à irresponsabilidade no tratamento da saúde reprodutiva nas unidades básicas de saúde.

Vê-se, portanto, que as expressões nominais referenciais (*A iniciativa*, *A mentalidade dos militares*, *As altas taxas de fecundidade da mulher brasileira*, *A receita* e *O problema*) realizam funções referenciais que contribuem para o

processamento textual do editorial, em especial, para a construção de tópicos e segmentos tópicos discursivos dos parágrafos do texto. Dentre essas funções, destacam-se: o encapsulamento, a rotulação, a orientação argumentativa, a organização macroestrutural e a marcação cognitiva de parágrafos.

Ressalta-se, sobretudo, que o uso dessas expressões nominais referenciais pode apontar para a orientação argumentativa do texto em maior ou menor grau, considerando o *projeto de dizer* do produtor do texto (cf. KOCH, 2003). Por essa razão, afirma-se que o uso de expressões nominais referenciais é de significativa importância para a construção de parágrafos argumentativos.

TEXTO 5

Imprensa e mercado

O jornalismo que se propõe a manter um compromisso público com a qualidade do que divulga encontra-se sob pressão num mercado invadido por empresas preocupadas com corte de custos e com lucros imediatos.

A idéia, que não é nova, foi elaborada pelo filósofo alemão Jürgen Habermas, um dos mais renomados pensadores vivos, no artigo “O Valor da Notícia”, publicado no último domingo nesta **Folha**. Habermas faz coro aos que identificam, no público atual, um interesse decrescente por temas institucionais e uma curiosidade intensa por celebridades e entretenimento.

Na conjunção das duas tendências, os veículos voltados ao jornalismo “sério” estariam, na visão do filósofo, sob grave ameaça. Já pelos termos em que o problema é formulado, vê-se que Habermas endossa uma distinção demasiado estanque entre jornalismo “de qualidade” e “de entretenimento”.

Há gradações entre um modelo e outro. E, se um jornalismo superficial, irresponsável e barato parece ganhar espaço no conjunto da mídia, por outro lado o modelo enaltecido por Habermas é uma torre de marfim da qual se afastam parcelas expressivas de potenciais consumidores de informação e opinião.

O verdadeiro desafio para o jornalismo de qualidade é o de assegurar seus compromissos básicos (veracidade, relevância pública dos temas e enfoques, debate de idéias) mas ao mesmo tempo renovar-se para cativar leitores que também mudaram.

A vulnerabilidade maior no texto, no entanto, está na solução. Habermas acredita que veículos de comprovada atuação “séria” – como julgá-lo? Quem julgaria? – devam merecer subsídio do Estado, por representarem valores de interesse público. Solução inusitada, que faz pensar na estatolatria que tantas vezes se atribuiu à mentalidade alemã.

Seria um passo temerário. Até o mais cauteloso modelo de canalização de fundos públicos poderia gerar dependência dos veículos beneficiados em relação ao Estado, eventualmente ao governo de plantão.

A imprensa criou suas primeiras raízes na praça livre, espaço de circulação de bens e idéias que se formou à revelia do controle estatal. De resto, o jornalismo de qualidade já enfrentou com êxito apreciável a competição oriunda de outras ondas de inovação tecnológica e de sedução fácil do público, a exemplo do advento do rádio e da TV.

IMPrensa e mercado. Editorial. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A2, 02 jun. 2007.

Nesse editorial, cinco dos oito parágrafos são iniciados por expressões nominais definidas referenciais (*O jornalismo*, *A idéia*, *O verdadeiro desafio para o jornalismo de qualidade*, *A vulnerabilidade maior no texto* e *A imprensa*) que contribuem para a produção textual do editorial, especialmente, para a marcação dos parágrafos sob o ponto de vista cognitivo.

As expressões nominais – *O jornalismo*, *A idéia* e *A imprensa* – constituem-se de um determinante definido e um nome-núcleo genérico. De outra maneira, as expressões – *O verdadeiro desafio para o jornalismo de qualidade* e *A vulnerabilidade maior no texto* – constituem-se de um determinante definido, um

nome-núcleo e modificadores. Observa-se, então, que as expressões nominais referenciais podem formalizar-se, diferentemente, conforme os propósitos discursivos do editorialista.

O primeiro parágrafo do editorial inicia-se pela expressão nominal – *O jornalismo*, conforme se pode notar a seguir.

O jornalismo que se propõe a manter um compromisso público com a qualidade do que divulga encontra-se sob pressão num mercado invadido por empresas preocupadas com corte de custos e com lucros imediatos.

A expressão nominal – *O jornalismo* – introduz o objeto-de-discurso e contribui para a construção do tópico discursivo em relação ao qual se desenvolve a idéia de que o jornalismo de qualidade encontra-se sob pressão. Analisa-se, então, que o uso da expressão nominal “O jornalismo” no início do parágrafo, contribui para a organização desse segmento textual.

Essa expressão nominal ativa o objeto-de-discurso “O jornalismo de qualidade” que passa a ocupar um lugar cognitivo na memória do leitor e a funcionar como base semântica para a introdução de outros tópicos discursivos no editorial.

O segundo parágrafo inicia-se pela expressão nominal – *A idéia*, conforme se pode observar abaixo.

O jornalismo que se propõe a manter um compromisso público com a qualidade do que divulga encontra-se sob pressão num mercado invadido por empresas preocupadas com corte de custos e com lucros imediatos.

A idéia, que não é nova, foi elaborada pelo filósofo alemão Jürgen Habermas, um dos mais renomados pensadores vivos, no artigo “O Valor da Notícia”, publicado no último domingo nesta **Folha**. Habermas faz coro aos que identificam, no público atual, um interesse

decrecente por temas institucionais e uma curiosidade intensa por celebridades e entretenimento.

A expressão nominal – *A idéia* - funciona como um rótulo retrospectivo, pois encapsula o conteúdo do parágrafo anterior que diz respeito à pressão sofrida pelo jornalismo que se mantém comprometido com a qualidade de suas informações. O rótulo, que se encontra ancorado em informações precedentes, é responsável pela ativação de um novo referente no texto. Assim, o rótulo torna-se, também, o referente do tópico discursivo do segundo parágrafo.

O rótulo “A idéia” compreende um nome metalingüístico que categoriza o processo mental expresso no pensamento de que o jornalismo de qualidade está sob pressão num mercado cada vez mais interessado por entretenimento e celebridades.

O quinto parágrafo inicia-se pela expressão nominal – *O verdadeiro desafio para o jornalismo de qualidade*, conforme se pode observar abaixo.

(...)

Na conjunção das duas tendências, os veículos voltados ao jornalismo “sério” estariam, na visão do filósofo, sob grave ameaça. Já pelos termos em que o problema é formulado, vê-se que Habermas endossa uma distinção demasiado estanque entre jornalismo “de qualidade” e “de entretenimento”.

Há gradações entre um modelo e outro. E, se um jornalismo superficial, irresponsável e barato parece ganhar espaço no conjunto da mídia, por outro lado o modelo enaltecido por Habermas é uma torre de marfim da qual se afastam parcelas expressivas de potenciais consumidores de informação e opinião.

O verdadeiro desafio para o jornalismo de qualidade é o de assegurar seus compromissos básicos (veracidade, relevância pública dos temas e enfoques, debate de idéias) mas ao mesmo tempo renovar-se para cativar leitores que também mudaram.

A expressão nominal – *O verdadeiro desafio para o jornalismo de qualidade* – funciona como um rótulo prospectivo porque encapsula informações apresentadas à sua direita, a saber: compromisso básico e renovação. Desse modo, a expressão nominal promove a progressão do texto por meio do movimento referencial prospectivo e garante a unidade temática, uma vez que relaciona, semanticamente, os segmentos do texto. Ressalta-se, ainda, que a seleção do nome-núcleo “desafio” e do modificador “verdadeiro” apontam para a orientação argumentativa, pretendida pelo autor, no que diz respeito à apreciação do que compete a um jornalismo de qualidade. Em outras palavras, o escritor do texto orienta o leitor à conclusão de que prezar pela relevância pública de temas e idéias é o caminho autêntico para o jornalismo de qualidade.

O sexto parágrafo inicia-se pela expressão nominal – *A vulnerabilidade maior no texto*, como se pode observar no fragmento a seguir.

(...)

O verdadeiro desafio para o jornalismo de qualidade é o de assegurar seus compromissos básicos (veracidade, relevância pública dos temas e enfoques, debate de idéias) mas ao mesmo tempo renovar-se para cativar leitores que também mudaram.

A vulnerabilidade maior no texto, no entanto, está na solução. Habermas acredita que veículos de comprovada atuação “séria” – como julgá-lo? Quem julgaria? – devam merecer subsídio do Estado, por representarem valores de interesse público. Solução inusitada, que faz pensar na estatolatria que tantas vezes se atribuiu à mentalidade alemã.

A expressão nominal – *A vulnerabilidade maior no texto* – refere-se ao artigo “O Valor da Notícia” publicado pelo filósofo Jürgen Habermas. A expressão nominal introduz um novo referente ao texto “a sugestão”, apresentada por Habermas, de o Estado subsidiar o jornalismo de qualidade. Cabe comentar ainda que a escolha dessa expressão nominal aponta para uma crítica do editorialista à sugestão proposta por Habermas.

A escolha lexical do nome-núcleo “vulnerabilidade” e do termo modificador “maior” indica que o editorialista discorda de alguns pontos no artigo de Habermas, principalmente, no que diz respeito à idéia de que o jornalismo de qualidade deveria receber subsídios estatais. Ou seja, o editorialista apresenta a tese de Habermas como sendo suscetível de contestação. Assim, a escolha lexical realiza a importante função de orientar argumentativamente o leitor para essa produção de sentido.

O último parágrafo do editorial inicia-se pela expressão nominal – *A imprensa*, conforme se pode notar a abaixo.

O jornalismo que se propõe a manter um compromisso público com a qualidade do que divulga encontra-se sob pressão num mercado invadido por empresas preocupadas com corte de custos e com lucros imediatos.

(...)

A imprensa criou suas primeiras raízes na praça livre, espaço de circulação de bens e idéias que se formou à revelia do controle estatal. De resto, o jornalismo de qualidade já

enfrentou com êxito apreciável a competição oriunda de outras ondas de inovação tecnológica e de sedução fácil do público, a exemplo do advento do rádio e da TV.

A expressão nominal – *A imprensa* – funciona como uma anáfora associativa que remete ao conteúdo do editorial sobre o momento difícil enfrentado pelo jornalismo de qualidade. Essa remissão dá-se a partir de associações semântico-pragmáticas com o elemento lingüístico “jornalismo” recorrente no texto e, especificamente, localizado nas expressões referenciais anteriores “O jornalismo” e “O verdadeiro desafio para o jornalismo de qualidade.

Conclui-se, então, que as expressões nominais (*O jornalismo, A idéia, O verdadeiro desafio para o jornalismo de qualidade, A vulnerabilidade maior no texto e A imprensa*) contribuem para a produção textual do editorial, especialmente para sua paragrafação, pois realizam funções referenciais que marcam a progressão textual, a manutenção temática do editorial, a introdução de informação por meio do encapsulamento, da orientação argumentativa, da organização macroestrutural e da marcação cognitiva de parágrafos.

TEXTO 6

Indústria menor

Pesquisa do IBGE recentemente divulgada confirmou que a indústria do Estado de São Paulo vem perdendo participação na indústria nacional. O peso do Estado na produção industrial do país recuou de 49% para 40% entre 1996 e 2005, enquanto seu quinhão no número de empregados do setor encolheu de 42% para 36%.

Esse processo de redução da concentração da indústria em São Paulo se deve, em parte, a fatores espontâneos, e trouxe, também de modo parcial, repercussões saudáveis.

A experiência internacional ensina que a partir de certo ponto as vantagens da aglomeração de indústrias, como o aproveitamento intensivo das infra-estruturas de transportes e energia e a agilidade logística, tendem a ser diluídas por desvantagens, como a degradação ambiental e a sobrecarga da infra-estrutura.

Em grande medida, o crescimento de novos pólos industriais dentro do Estado de São Paulo esteve ligado à saturação da região metropolitana. Mas esse movimento implicou uma desconcentração da indústria apenas dentro do Estado.

O avanço da indústria nas demais praças do país foi estimulado pela extensão da fronteira agrícola e da mineração, bem como pelo encarecimento relativo da mão de obra nas regiões mais industrializadas. Mas também pesou a agressiva concessão de benefícios fiscais.

A redução de impostos é um fator defensável de atração de investimentos quando se trata da disputa entre países, ou quando os rivais são municípios vizinhos de uma região que a racionalidade econômica indicaria ser propícia à instalação de indústrias.

Já a disputa entre Estados, sem a mediação de uma política nacional, é danosa. A guerra fiscal produziu distorções óbvias, que oneram desnecessariamente a infra-estrutura de transportes: plantas industriais muito distantes dos mercados consumidores e das fontes de matérias-primas e insumos.

O combate a essas distorções geradas pela guerra fiscal deve ser – ao lado da redução de carga, da simplificação e da eliminação da cobrança cumulativa de tributos – uma das propriedades da reforma tributária que já tarda.

INDÚSTRIA, menor. Editoriais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A2, 03 jun. 2007.

A análise do editorial *Indústria menor* revela que cinco dos oito parágrafos foram iniciados por meio de expressões nominais referenciais (*Esse processo de redução da concentração da indústria em São Paulo*, *A experiência internacional*, *O avanço da indústria nas demais praças do país*, *A redução de impostos* e *O combate a essas distorções*). Essas expressões realizam a organização macroestrutural do

texto e marcam a introdução e a retomada de objetos-de-discurso, contribuindo para a produção textual do editorial, especialmente, para sua paragrafação.

Essas expressões nominais formalizam-se diferentemente. A expressão – *Esse processo de redução da concentração da indústria em São Paulo* – constitui-se de um determinante demonstrativo, um nome-núcleo e modificadores. Já as expressões – *A experiência internacional, O avanço da indústria nas demais praças do país, A redução de impostos e O combate a essas distorções* – constituem-se de um determinante definido, um nome núcleo e modificadores. Assim sendo, as expressões nominais podem assumir diferentes formas que estão condicionadas às estratégias e aos propósitos discursivos do escritor.

No texto, a expressão – *Esse processo de redução da concentração da indústria em São Paulo* - começa o segundo parágrafo do editorial, conforme se pode observar no fragmento a seguir.

Pesquisa do IBGE recentemente divulgada confirmou que a indústria do Estado de São Paulo vem perdendo participação na indústria nacional. O peso do Estado na produção industrial do país recuou de 49% para 40% entre 1996 e 2005, enquanto seu quinhão no número de empregados do setor encolheu de 42% para 36%.

Esse processo de redução da concentração da indústria em São Paulo se deve, em parte, a fatores espontâneos, e trouxe, também de modo parcial, repercussões saudáveis.

A expressão nominal - *Esse processo de redução da concentração da indústria em São Paulo* – encapsula e rotula o conteúdo do parágrafo anterior que trata da perda da participação da indústria do Estado de São Paulo no cenário nacional. O nome-núcleo “processo” aponta para esse referente e introduz um tópico

discursivo novo em torno da idéia de que essa redução da indústria dá-se em função de fatores espontâneos e traz, parcialmente, repercussões saudáveis.

O uso do determinante demonstrativo “Esse” aponta para a identificação de um referente imediato no co-texto ou na memória discursiva do leitor.

Os modificadores da expressão nominal delimitam a significação do nome-núcleo “processo”, como também remetem às informações-suporte do primeiro parágrafo, tendo em vista a repetição dos termos “redução da concentração da indústria em São Paulo”.

O terceiro parágrafo inicia-se pela expressão nominal – *A experiência internacional*, como se pode notar no fragmento a seguir.

(...)

Esse processo de redução da concentração da indústria em São Paulo se deve, em parte, a fatores espontâneos, e trouxe, também de modo parcial, repercussões saudáveis.

A experiência internacional ensina que a partir de certo ponto as vantagens da aglomeração de indústrias, como o aproveitamento intensivo das infra-estruturas de transportes e energia e a agilidade logística, tendem a ser diluídas por desvantagens, como a degradação ambiental e a sobrecarga da infra-estrutura.

A expressão nominal referencial - *A experiência internacional* - introduz a informação baseada no conhecimento prévio sobre aglomeração de indústria fora do Brasil. Nota-se, assim, que a expressão nominal introduz um referente novo, assegurando a manutenção do tópico discurso central e a progressão textual. Nessa expressão, a referência baseia-se em associações cognitivas com as informações-suporte do parágrafo anterior. Por isso, trata-se da ativação de um referente novo apresentado como já conhecido.

A escolha do modificador “internacional” orienta a argumentação do texto no sentido de defender o conhecimento internacional de que a aglomeração da indústria, em centros metropolitanos, pode trazer prejuízos ambientais e sobrecarga da infra-estrutura. O argumento sustenta-se, uma vez que o termo – *internacional* – goza de prestígio na sociedade brasileira. Em outras palavras, se é internacional, merece credibilidade.

A escolha do determinante definido indica que o editorialista recorre ao conhecimento prévio sobre a industrialização no mercado internacional. Aqui, o definido não retoma uma informação-suporte do co-texto, mas introduz um conhecimento sob a capa do dado.

O quinto parágrafo do texto inicia-se pela expressão nominal – *O avanço da indústria nas demais praças do país*, conforme se pode notar a seguir.

(...)

Esse processo de redução da concentração da indústria em São Paulo se deve, em parte, a fatores espontâneos, e trouxe, também de modo parcial, repercussões saudáveis.

(...)

Em grande medida, o crescimento de novos pólos industriais dentro do Estado de São Paulo esteve ligado à saturação da região metropolitana. Mas esse movimento implicou uma desconcentração da indústria apenas dentro do Estado.

O avanço da indústria nas demais praças do país foi estimulado pela extensão da fronteira agrícola e da mineração, bem como pelo encarecimento relativo da mão de obra nas regiões mais industrializadas. Mas também pesou a agressiva concessão de benefícios fiscais.

A expressão nominal definida referencial – *O avanço da indústria nas demais praças do país* – relaciona-se ao conteúdo do co-texto anterior, uma vez que remete a razões que levam a redução da concentração industrial em São Paulo e o avanço desse fenômeno em outros locais do Brasil. Dessa maneira, a expressão nominal

serve de ponto semântico de ligação entre os parágrafos do editorial, contribuindo, assim, para a unidade temática e para a coerência textual.

Analisa-se, sobretudo, que o nome-núcleo “avanço” é derivado de um processo de nominalização. Esse nome rotula a informação de que a indústria cresce em outros locais do país, tendo em vista a redução da concentração da indústria em São Paulo.

A escolha lexical do núcleo e dos modificadores da expressão nominal é importante sinal da orientação argumentativa empreendida pelo editorialista, uma vez que os termos lingüísticos foram selecionados com o objetivo de levar seu leitor a acreditar que não houve apenas a redução da industrialização em São Paulo, mas também o deslocamento da industrialização para outros lugares mais atrativos por várias razões, tais como a extensão da fronteira agrícola e da mineração, o encarecimento da mão de obra nas regiões mais industrializadas e a agressiva concessão de benefícios fiscais. Assim, o editorialista orienta o percurso argumentativo a favor da tese da dispersão da industrialização brasileira.

O sexto parágrafo inicia-se pela expressão nominal – *A redução de impostos*, conforme se pode observar a seguir.

(...)

Em grande medida, o crescimento de novos pólos industriais dentro do Estado de São Paulo esteve ligado à saturação da região metropolitana. Mas esse movimento implicou uma desconcentração da indústria apenas dentro do Estado.

O avanço da indústria nas demais praças do país foi estimulado pela extensão da fronteira agrícola e da mineração, bem como pelo encarecimento relativo da mão de obra nas regiões mais industrializadas. Mas também pesou a agressiva concessão de benefícios fiscais.

A redução de impostos é um fator defensável de atração de investimentos quando se trata da disputa entre países, ou quando os rivais são municípios vizinhos de uma região que a racionalidade econômica indicaria ser propícia à instalação de indústrias.

Já a disputa entre Estados, sem a mediação de uma política nacional, é danosa. A guerra fiscal produziu distorções óbvias, que oneram desnecessariamente a infra-estrutura de

transportes: plantas industriais muito distantes dos mercados consumidores e das fontes de matérias-primas e insumos.

A expressão – *A redução de impostos* – retoma o objeto-de-discurso “a agressiva concessão de benefícios fiscais” do parágrafo anterior. Assim, a expressão nominal constrói um elo semântico entre os parágrafos, de modo a garantir a continuidade temática e a progressão textual.

Trata-se de um fenômeno anafórico composto de parassinonímia, posto que a expressão nominal definida – *A redução de impostos* – liga-se a uma parte do conteúdo do parágrafo anterior, por meio de interpretações pautadas nos elementos lingüísticos “concessão de benefícios fiscais”. Em outras palavras, pode-se ligar, pragmaticamente, no contexto comercial, a redução de impostos à concessão de benefícios fiscais, de modo que essas expressões podem funcionar como quase-sinônimas.

O último parágrafo do editorial inicia-se pela expressão nominal – *O combate a essas distorções*, conforme se pode ver no fragmento a seguir.

A redução de impostos é um fator defensável de atração de investimentos quando se trata da disputa entre países, ou quando os rivais são municípios vizinhos de uma região que a racionalidade econômica indicaria ser propícia à instalação de indústrias.

Já a disputa entre Estados, sem a mediação de uma política nacional, é danosa. A guerra fiscal produziu distorções óbvias, que oneram desnecessariamente a infra-estrutura de transportes: plantas industriais muito distantes dos mercados consumidores e das fontes de matérias-primas e insumos.

O combate a essas distorções geradas pela guerra fiscal deve ser – ao lado da redução de carga, da simplificação e da eliminação da cobrança cumulativa de tributos – uma das propriedades da reforma tributária que já tarda.

A expressão nominal definida – *O combate a essas distorções* - realiza um processo referencial associativo ancorado nos termos co-textuais “guerra fiscal e disputa entre Estados e municípios”, resumindo sob a forma de um rótulo relacionado ao *frame* de guerra.

Os elementos lingüísticos “combate” e “distorções” funcionam como marcas reveladoras da opinião e da avaliação do produtor do texto. Esses termos lingüísticos combinados apontam que a disputa entre Estados e municípios é desigual, portanto, precisa ser resolvida e/ou extinguida com vigor político. Assim, o editorialista orienta argumentativamente o texto. É nesse sentido que se afirma que as expressões nominais referenciais orientam a argumentação do texto, com variação apenas de grau.

Ressalta-se, ainda, que o núcleo “combate” realiza uma nominalização, posto que ele deriva do verbo “combater” inferido do co-texto precedente a partir de relações interpretativas dos termos “guerra fiscal” e “disputa” alocados no parágrafo anterior.

Os modificadores “a essas distorções” delimitam a significação do nome-núcleo, ao mesmo tempo em que retomam, por meio da repetição lexical o termo “distorções”, as informações-suporte sobre as distorções geradas pela guerra fiscal: indústrias longe de seus mercados consumidores e das fontes de matéria prima.

Portanto, a análise revela que, no editorial acima, as expressões nominais - *Esse processo de redução (...)*, *A experiência internacional*, *O avanço da indústria (...)*, entre outras, realizam funções referenciais que contribuem para a produção textual. Dentre essas funções das expressões nominais, apontam-se: o

encapsulamento, a rotulação, a orientação argumentativa e a marcação cognitiva de parágrafos.

TEXTO 7

Sigilo ameaçado

É péssima a iniciativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de permitir que operadoras e seguradoras tenham acesso indiscriminado a dados sigilosos do paciente. Isso ocorre porque a ANS introduziu um novo modelo de guia de exames, consultas e internações no qual há um campo para que o médico coloque o diagnóstico do paciente, e as informações constantes deste documento podem circular entre operadoras, médicos e hospitais.

O diagnóstico é um dado constitucional e legalmente protegido por sigilo. O médico que o divulga sem autorização do paciente pode ser processado nas esferas civis e penal. Resolução recente do Conselho Federal de Medicina (CFM) proíbe seus profissionais de preencher a guia com o CID, o código da doença no sistema internacional de classificação de moléstias.

A preocupação do Conselho se justifica. Sabe-se que algumas operadoras costumam glosar procedimentos de pacientes “gastadores” e até descredenciar médicos que requisitam exames caros. Acesso fácil ao diagnóstico de cada cliente potencial é tudo de que elas precisam para elaborar “listas negras”, isto é, identificar portadores de certas doenças crônicas e impedi-los até mesmo de contratar um plano.

Também é estranha a justificativa da ANS para a mudança no modelo de guia. Ela alega que a inclusão do diagnóstico permitirá a geração de um banco de dados muito útil para estudos epidemiológicos. É verdade. Só que esse gênero de pesquisa dispensa a identificação do paciente. Basta que o médico notifique a doença à ANS ou a qualquer outra instância competente.

As operadoras têm por certo o direito e até o dever de combater fraudes e evitar gastos desnecessários. Devem estar atentas a casos que fogem ao padrão e investigá-los, o que, por vezes, exige questionar o médico e eventualmente inquiri-lo sobre o diagnóstico do paciente. Essa, entretanto, é uma tarefa que cabe ao médico auditor contratado pela operadora, que também tem o dever legal de guardar sigilo. Não são informações públicas que possam cair nas mãos de administradores e corretores.

Dessa história toda fica a suspeita de que a ANS anda se aproximando demais das operadoras.

SIGILO ameaçado. Editoriais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A2, 22 jun. 2007.

No editorial *Sigilo ameaçado*, quatro dos seis parágrafos são iniciados por expressões nominais referenciais (*O diagnóstico*, *A preocupação do Conselho*, *As operadoras* e *Dessa história toda*) que funcionam como elementos lingüísticos que contribuem para a produção textual, especialmente, para a marcação cognitiva dos parágrafos do editorial.

As expressões – *O diagnóstico* e *As operadoras* – constituem-se de um determinante definido e um nome-núcleo. A expressão – *A preocupação do Conselho* - constitui-se de um determinante definido, de um nome-núcleo e um modificador. Por sua vez, a expressão – *Dessa história toda* – constitui-se de um determinante demonstrativo, um nome-núcleo e um modificador. Como se vê, essas expressões nominais diferenciam-se em suas formas estruturais, variando conforme as escolhas lexicais do produtor do texto.

No texto, a expressão nominal – *O diagnóstico* – inicia o segundo parágrafo do editorial, conforme se pode ver no fragmento a seguir.

É péssima a iniciativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de permitir que operadoras e seguradoras tenham acesso indiscriminado a dados sigilosos do paciente. Isso ocorre porque a ANS introduziu um novo modelo de guia de exames, consultas e internações no qual há um campo para que o médico coloque *o diagnóstico* do paciente, e as informações constantes deste documento podem circular entre operadoras, médicos e hospitais.

O diagnóstico é um dado constitucional e legalmente protegido por sigilo. O médico que o divulga sem autorização do paciente pode ser processado nas esferas civis e penal. Resolução recente do Conselho Federal de Medicina (CFM) proíbe seus profissionais de preencher a guia com o CID, o código da doença no sistema internacional de classificação de moléstias.

A expressão nominal definida – *O diagnóstico* – realiza processo referencial anafórico, pois o termo – *diagnóstico* – marcado, lingüisticamente, no primeiro parágrafo é retomado. Nesse caso, a expressão anafórica reativa o objeto-de-discurso, mantendo-o em foco.

Pode-se dizer que essa retomada estabelece a ligação semântica entre os dois primeiros parágrafos, promovendo, assim, a coesão e a coerência, tendo em

vista as relações lingüísticas e conceituais geradas pela expressão nominal referencial em processo de retomada.

Além de apontar para um processo de referenciação, por meio da retomada, a expressão nominal – *O diagnóstico* – marca a passagem para uma nova etapa do raciocínio do editorialista, bem como a construção de um novo tópico discursivo de parágrafo.

O terceiro parágrafo inicia-se pela expressão nominal – *A preocupação do Conselho*, conforme se pode notar a seguir.

O diagnóstico é um dado constitucional e legalmente protegido por sigilo. O médico que o divulga sem autorização do paciente pode ser processado nas esferas civis e penal. Resolução recente do Conselho Federal de Medicina (CFM) proíbe seus profissionais de preencher a guia com o CID, o código da doença no sistema internacional de classificação de moléstias.

A preocupação do Conselho se justifica. Sabe-se que algumas operadoras costumam glosar procedimentos de pacientes “gastadores” e até descredenciar médicos que requisitam exames caros. Acesso fácil ao diagnóstico de cada cliente potencial é tudo de que elas precisam para elaborar “listas negras”, isto é, identificar portadores de certas doenças crônicas e impedi-los até mesmo de contratar um plano.

A expressão nominal – *A preocupação do Conselho* - encapsula o conteúdo anterior que trata da resolução que proíbe os médicos do Conselho Federal de Medicina de preencherem guias com o CID (código de doença no sistema internacional). Desse modo, a expressão nominal promove a relação semântica entre os segmentos textuais, desempenhando funções coesivas.

A escolha do nome-núcleo “preocupação” orienta a argumentação a favor da tese de que o preenchimento de guias com o diagnóstico pode levar operadoras a

elaborar “listas negras”, ou seja, identificar pacientes com doenças crônicas e impedi-los até mesmo de contratar um plano de saúde.

Convém apontar também a nominalização do nome-núcleo “preocupação” derivado morfologicamente do verbo “preocupar” subentendido do contexto discursivo anterior que trata da proibição aos médicos de preencherem a guia com o CID (código da doença no sistema internacional).

O quinto parágrafo inicia-se pela expressão nominal – *As operadoras*, como se pode identificar no fragmento a seguir.

É péssima a iniciativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de permitir que *operadoras* e seguradoras tenham acesso indiscriminado a dados sigilosos do paciente. Isso ocorre porque a ANS introduziu um novo modelo de guia de exames, consultas e internações no qual há um campo para que o médico coloque o diagnóstico do paciente, e as informações constantes deste documento podem circular entre operadoras, médicos e hospitais.

(...)

A preocupação do Conselho se justifica. Sabe-se que algumas *operadoras* costumam glosar procedimentos de pacientes “gastadores” e até descredenciar médicos que requisitam exames caros. Acesso fácil ao diagnóstico de cada cliente potencial é tudo de que elas precisam para elaborar “listas negras”, isto é, identificar portadores de certas doenças crônicas e impedi-los até mesmo de contratar um plano.

As operadoras têm por certo o direito e até o dever de combater fraudes e evitar gastos desnecessários. Devem estar atentas a casos que fogem ao padrão e investigá-los, o que, por vezes, exige questionar o médico e eventualmente inquiri-lo sobre o diagnóstico do paciente. Essa, entretanto, é uma tarefa que cabe ao médico auditor contratado pela operadora, que também tem o dever legal de guardar sigilo. Não são informações públicas que possam cair nas mãos de administradores e corretores.

A expressão nominal - *As operadoras* - retoma, parcialmente, o referente “algumas operadoras” do co-texto anterior. Nesse processo referencial, a retomada sinaliza a repetição significativa do referente, uma vez que chama a atenção para sua manutenção em posição de destaque.

Desse modo, a expressão nominal destacada marca uma mudança de etapa do raciocínio do editorialista. Inicia-se, então, um novo tópico discursivo cujo desenvolvimento se dá em torno da idéia de liberdade de gerenciamento das operadoras de saúde e da responsabilidade delas em manter em sigilo as informações dos pacientes.

O último parágrafo do editorial inicia-se pela expressão nominal – *Dessa história toda*, conforme se pode observar a seguir.

(...)

Também é estranha a justificativa da ANS para a mudança no modelo de guia. Ela alega que a inclusão do diagnóstico permitirá a geração de um banco de dados muito útil para estudos epidemiológicos. É verdade. Só que esse gênero de pesquisa dispensa a identificação do paciente. Basta que o médico notifique a doença à ANS ou a qualquer outra instância competente.

As operadoras têm por certo o direito e até o dever de combater fraudes e evitar gastos desnecessários. Devem estar atentas a casos que fogem ao padrão e investigá-los, o que, por vezes, exige questionar o médico e eventualmente inquiri-lo sobre o diagnóstico do paciente. Essa, entretanto, é uma tarefa que cabe ao médico auditor contratado pela operadora, que também tem o dever legal de guardar sigilo. Não são informações públicas que possam cair nas mãos de administradores e corretores.

Dessa história toda fica a suspeita de que a ANS anda se aproximando demais das operadoras.

A expressão nominal - *Dessa história toda* - funciona como um rótulo metalingüístico cujo nome-núcleo encapsula e rotula todo o conteúdo do texto sob o ponto de vista da própria atividade lingüístico-cognitiva. A escolha do termo modificador “toda” reforça essa idéia de recuperação de informações que compõem o texto.

A expressão nominal sumariza o conteúdo do editorial por meio do rótulo “história” que também constrói o tópico discursivo do último parágrafo do texto. É

nesse sentido que Conte (2003) discute que o uso de expressões encapsuladoras funciona como um subtítulo do parágrafo anterior e ponto de início de novas predicções ou comentários que encaminhem o texto para seu desfecho.

De acordo com Francis (2003), o nome “história” rotula uma atividade lingüística. Por isso, trata-se de um rotulo metalingüístico construído por um nome de atividade languageira.

Cabe ressaltar, ainda, que a expressão – *Dessa história toda* – distingue-se das anteriores pela presença do seu demonstrativo. Esse determinante tem por efeito marcar a retomada de informações no contexto precedente, bem como marcar a identificação de um referente e assim mantê-lo em foco.

Desse modo, a análise do editorial, acima, revela que as expressões nominais – *O diagnóstico, A preocupação do Conselho, As operadoras e Dessa história toda* – posicionadas no início de seus respectivos parágrafos, realizam funções referenciais que contribuem para a produção textual do editorial. Dentre essas funções, destacam-se: o encapsulamento, a rotulação, a orientação argumentativa, a organização macroestrutural e a marcação cognitiva de parágrafos.

TEXTO 8

Sempre a dengue

A estação chuvosa na região Sudeste se aproxima e a epidemia de dengue deve agravar-se nos próximos meses. Antecipando-se às águas, o Ministério da Saúde divulgou nesta semana números preocupantes sobre a moléstia. A idéia é que sirvam de alerta, levando a população a multiplicar seus esforços de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, o vetor da dengue.

Os casos da doença aumentaram 45% nos primeiros sete meses do ano contra igual período de 2006. O total de notificações até meados de agosto já chega a 442.757. O ano de 2007 deverá, portanto, rivalizar com a grande epidemia de 2002, quando se registraram quase 800 mil casos. O total de óbitos também aumentou. Foram 98 até agora, contra 61 nos 12 meses de 2006.

A ressurgência de epidemias de dengue se explica por uma série de fatores sobre os quais temos pouco ou nenhum controle, como o volume de chuvas e a circulação de pessoas que carregam o vírus, contaminando mosquitos que se encarregarão de espalhar a doença numa dada área.

O único elemento sobre o qual temos controle parcial é o grau de infestação do *Aedes*. O inseto não pode ser erradicado, mas pode ter sua população reduzida. É nesse ponto que os esforços das três esferas de governo e da sociedade têm falhado.

Os problemas são vários. Vão desde agentes de saúde mal preparados que fazem visitas domiciliares em horários nos quais as pessoas não estão em casa até o raciocínio – algo cínico, mas não desprovido de lógica – de que é inútil tomar medidas preventivas contra o mosquito se o vizinho não fizer o mesmo.

De fato, é sempre muito difícil implantar mudanças de hábito na população, em especial quando elas se destinam a evitar um inimigo invisível, como é o caso do vírus da dengue. Mas, dado que dificuldades técnicas deverão retardar o surgimento de uma vacina eficaz, não há alternativa que não incorporar o combate ao mosquito a nossos costumes do dia-a-dia.

SEMPRE a dengue. Editoriais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A2, 08 set. 2007.

O editorial, acima, é composto de seis parágrafos. Destes cinco são iniciados por expressões nominais referenciais (*A estação chuvosa na região Sudeste*, *Os casos da doença*, *A ressurgência de epidemias de dengue*, *O único elemento* e *Os problemas*). Essas expressões desempenham diversas funções referenciais que contribuem para a produção textual do editorial, em destaque, para a marcação cognitiva de parágrafo.

As expressões nominais – *A estação chuvosa na região Sudeste*, *Os casos da doença*, *A ressurgência de epidemias de dengue* e *O único elemento* – constituem-se de um determinante definido, um nome-núcleo e modificadores. Por sua vez, a expressão – *Os problemas* – constitui-se de um determinante definido e de um nome-núcleo. Nota-se que essas expressões são diferentes quanto a sua estrutura, em função do *projeto de dizer* do produtor do texto, isto é, de seus propósitos discursivos. (cf. KOCH, 2003)

No texto, a expressão nominal – *A estação chuvosa na região Sudeste* - inicia o primeiro parágrafo do editorial, conforme se pode observar no fragmento a seguir.

A estação chuvosa na região Sudeste se aproxima e a epidemia de dengue deve agravar-se nos próximos meses. Antecipando-se às águas, o Ministério da Saúde divulgou nesta semana números preocupantes sobre a moléstia. A idéia é que sirvam de alerta, levando a população a multiplicar seus esforços de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, o vetor da dengue.

“*A estação chuvosa na região Sudeste*” é uma expressão nominal que introduz um referente no texto de forma não-ancorada, isto é, o referente introduzido passa a ocupar um endereço cognitivo na memória do leitor. (cf. KOCH, 2003). Por essa razão, pode-se dizer que se trata da ativação de referente por meio de uma descrição nominal referencial.

Assim, a expressão referencial constrói o tópico discursivo do parágrafo de introdução que se desenvolve em torno da idéia de que a estação de chuva no Sudeste aproxima-se e traz consigo a epidemia de dengue.

O segundo parágrafo do editorial inicia-se pela expressão nominal – *Os casos da doença*, conforme se pode ver no fragmento abaixo.

A estação chuvosa na região Sudeste se aproxima e a epidemia de dengue deve agravar-se nos próximos meses. Antecipando-se às águas, o Ministério da Saúde divulgou nesta semana números preocupantes sobre a moléstia. A idéia é que sirvam de alerta, levando a população a multiplicar seus esforços de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, o vetor da dengue.

Os casos da doença aumentaram 45% nos primeiros sete meses do ano contra igual período de 2006. O total de notificações até meados de agosto já chega a 442.757. O ano de 2007 deverá, portanto, rivalizar com a grande epidemia de 2002, quando se registraram quase 800 mil casos. O total de óbitos também aumentou. Foram 98 até agora, contra 61 nos 12 meses de 2006.

A expressão nominal definida referencial – *Os casos da doença* – resume o conteúdo do co-texto anterior sobre a epidemia de dengue que funciona como o tópico discursivo do segundo parágrafo.

Assim, analisa-se que essa expressão nominal realiza o fenômeno de encapsulamento e rotulação por meio do nome-núcleo inespecífico “casos”, que tem seu sentido especificado na informação encapsulada ou no modificador “doença”.

O terceiro parágrafo inicia-se pela expressão nominal – *A ressurgência de epidemias de dengue*, conforme se pode observar a seguir.

A estação chuvosa na região Sudeste se aproxima e a *epidemia de dengue* deva agravar-se nos próximos meses. Antecipando-se às águas, o Ministério da Saúde divulgou nesta semana números preocupantes sobre a moléstia. A idéia é que sirvam de alerta, levando a

população a multiplicar seus esforços de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, o vetor da *dengue*.

Os casos da doença aumentaram 45% nos primeiros sete meses do ano contra igual período de 2006. O total de notificações até meados de agosto já chega a 442.757. O ano de 2007 deverá, portanto, rivalizar com a grande *epidemia* de 2002, quando se registraram quase 800 mil casos. O total de óbitos também aumentou. Foram 98 até agora, contra 61 nos 12 meses de 2006.

A ressurgência de epidemias de dengue se explica por uma série de fatores sobre os quais temos pouco ou nenhum controle, como o volume de chuvas e a circulação de pessoas que carregam o vírus, contaminando mosquitos que se encarregarão de espalhar a doença numa dada área.

A expressão nominal – *A ressurgência de epidemias de dengue* - encapsula as informações dadas nos parágrafos anteriores, como estratégia referencial para se introduzir explicações sobre as causas do reaparecimento da epidemia de dengue. Assim, essa expressão nominal mantém o objeto-de-discurso em foco e, ainda, contribui para a progressão do texto, visto que funciona como tópico discursivo a partir do qual o parágrafo se desenvolve.

A seleção lexical da expressão referencial orienta a argumentação do editorial no sentido de apontar a gravidade do problema, considerando que o nome-núcleo “ressurgência” indica que a epidemia de dengue insiste em renascer com maior número de casos e de óbitos. Dessa maneira, o editorialista orienta o leitor a pensar que a dengue é uma doença sem combate eficiente. A expressão modificadora “de epidemias de dengue” reforça a focalização na doença, tendo em vista a retomada por repetição lexical de elementos lingüísticos já mencionados nos parágrafos anteriores.

O quarto parágrafo inicia-se pela expressão nominal – *O único elemento*, como se pode notar a seguir.

(...)

A ressurgência de epidemias de dengue se explica por uma série de fatores sobre os quais temos pouco ou nenhum controle, como o volume de chuvas e a circulação de pessoas que carregam o vírus, contaminando mosquitos que se encarregarão de espalhar a doença numa dada área.

O único elemento sobre o qual temos controle parcial é o grau de infestação do *Aedes*. O inseto não pode ser erradicado, mas pode ter sua população reduzida. É nesse ponto que os esforços das três esferas de governo e da sociedade têm falhado.

A expressão nominal – *O único elemento* – introduz o objeto-de-discurso “o grau de infestação do *Aedes*”, à sua direita, desenvolvendo o tópico discursivo sobre o único fator de controle da dengue. Essa expressão também se liga, semanticamente, ao co-texto anterior, posto que seu tópico discursivo trata, sobretudo, de fatores de controle da dengue, assunto esse discutido no parágrafo imediatamente anterior. Sendo assim, a expressão – *O único elemento* – pode ser qualificada como uma forma referenciadora e predicativa (cf. KOCH; ELIAS, 2006), pois encapsula uma informação dada e acrescenta outra nova, encaminhando a progressão do texto. Assim sendo, tem-se a presença tanto da anáfora quanto da catáfora na expressão referencial destacada.

O núcleo da expressão constitui-se por um nome genérico “elemento”. Seu modificador parece valorizar a idéia de que o grau de infestação do *Aedes* é a única solução para combater, parcialmente, a epidemia de dengue. A escolha desse modificador revela a opinião do editorialista sobre o método verdadeiramente eficaz para vencer, ainda que em parte, o mosquito *Aedes aegypti*. Por essa razão, o modificador (*único*) não só complementa o significado do núcleo da expressão, como também realiza função argumentativa.

O quinto parágrafo do editorial inicia-se pela expressão nominal – *Os problemas*, conforme se pode observar no fragmento a seguir.

Os casos da doença aumentaram 45% nos primeiros sete meses do ano contra igual período de 2006. O total de notificações até meados de agosto já chega a 442.757. O ano de 2007 deverá, portanto, rivalizar com a grande epidemia de 2002, quando se registraram quase 800 mil casos. O total de óbitos também aumentou. Foram 98 até agora, contra 61 nos 12 meses de 2006.

A ressurgência de epidemias de dengue se explica por uma série de fatores sobre os quais temos pouco ou nenhum controle, como o volume de chuvas e a circulação de pessoas que carregam o vírus, contaminando mosquitos que se encarregarão de espalhar a doença numa dada área.

O único elemento sobre o qual temos controle parcial é o grau de infestação do *Aedes*. O inseto não pode ser erradicado, mas pode ter sua população reduzida. É nesse ponto que os esforços das três esferas de governo e da sociedade têm falhado.

Os problemas são vários. Vão desde agentes de saúde mal preparados que fazem visitas domiciliares em horários nos quais as pessoas não estão em casa até o raciocínio – algo cínico, mas não desprovido de lógica – de que é inútil tomar medidas preventivas contra o mosquito se o vizinho não fizer o mesmo.

A expressão nominal – *Os problemas* – sob a forma de um rótulo avaliativo é uma pista reveladora da opinião e da avaliação do escritor do texto sobre o tópico tratado. Ao selecionar o nome nuclear “problemas” o escritor orienta o leitor a concluir que são muitos os obstáculos não resolvidos que alimentam a epidemia de dengue. A partir desse rótulo avaliativo, o editorialista constrói um tópico discursivo que se desenvolve em torno da ineficiência no combate à dengue, acrescentando como argumentos, o despreparo de agentes de saúde e a falta prevenção eficaz.

Sendo assim, a análise do editorial revela que as expressões nominais – *A estação chuvosa na região Sudeste*, *Os casos da doença*, *A ressurgência de epidemias de dengue*, *O único elemento* e *Os problemas* - realizam as funções referenciais de encapsulamento, de rotulação, de orientação argumentativa, de

organização macroestrutural do texto e de marcação cognitiva de parágrafos, contribuindo para a produção textual do editorial.

TEXTO 9

O teste do PIB

O resultado do PIB brasileiro no segundo trimestre, divulgado ontem, era aguardado com grande expectativa. Seria um teste para a avaliação, que vinha ganhando adeptos, de que a demanda vem se acelerando em demasia. Nesse quadro, crescia a convicção de que, para evitar que mais à frente surjam pressões inflacionárias expressivas, o Banco Central estaria na iminência de interromper, e por muitos meses, a redução da taxa de juros básica.

Essa corrente de analistas recebeu os números do IBGE com certa surpresa. O ritmo de crescimento no período de abril a junho foi menor do que esperavam: só 0,8% sobre janeiro-março, descontadas as influências sazonais, o que corresponde a um ritmo limitado a 3,2% ao ano.

Além de moderado, o crescimento revelou uma composição mais benigna. A alta do consumo ficou aquém do que se estimava. Já a aceleração do investimento – o componente de demanda que se traduz, adiante, em ampliação da capacidade de oferta da economia – constituiu mais uma vez surpresa positiva.

A alta já obtida até aqui garante ao investimento, mesmo que entre em estagnação no segundo semestre, uma taxa de expansão em 2007 superior aos 8,5% projetados pelo Banco Central na edição de junho do seu relatório trimestral de inflação. Como tudo indica que o investimento se mantém em elevação, o BC deverá aumentar essa projeção no relatório de setembro.

Esses números indicam que o risco de que falte oferta para atender à demanda continua limitado – e evidenciam que o crescimento brasileiro segue bem inferior ao da maioria das economias emergentes. Seria um equívoco, nesse quadro, interromper o corte de juros.

O TESTE do PIB. Editoriais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A2, 13 set. 2007.

No editorial acima, analisa-se que quatro dos cinco parágrafos são iniciados por expressões nominais referenciais (*O resultado do PIB brasileiro no segundo trimestre*, *Essa corrente de analistas*, *A alta* e *Esses números*) que contribuem para

a produção textual do editorial, em especial, para a organização macroestrutural e para a marcação cognitiva de parágrafos.

Essas expressões nominais apresentam diferentes formas estruturais, em função das escolhas lexicais e das intenções discursivas do produtor do texto. A expressão – *O resultado do PIB brasileiro no segundo trimestre* – constitui-se de um determinante definido, um nome-núcleo e modificadores. A expressão nominal – *A alta* – constitui-se, basicamente, de um determinante definido e um nome-núcleo. Já a expressão – *Esses números* – constitui-se de um determinante demonstrativo e um nome-núcleo. Por sua vez, a expressão – *Essa corrente de analistas* – constitui-se de um determinante demonstrativo, um nome-núcleo e um modificador.

O primeiro parágrafo do editorial inicia-se pela expressão nominal – *O resultado do PIB brasileiro no segundo trimestre*, conforme se pode notar no fragmento a seguir.

O resultado do PIB brasileiro no segundo trimestre, divulgado ontem, era aguardado com grande expectativa. Seria um teste para a avaliação, que vinha ganhando adeptos, de que a demanda vem se acelerando em demasia. Nesse quadro, crescia a convicção de que, para evitar que mais à frente surjam pressões inflacionárias expressivas, o Banco Central estaria na iminência de interromper, e por muitos meses, a redução da taxa de juros básica.

A expressão nominal – *O resultado do PIB brasileiro no segundo trimestre* – introduz o objeto-de-discurso do texto e contribui para a formação do tópico discursivo central. Desse modo, a expressão nominal realiza a introdução de informações no texto e constrói o primeiro ponto ou *nódulo semântico* (cf. CONTE, 2003) da organização macroestrutural.

O núcleo da expressão pode ser entendido como um nome metalingüístico que descreve a avaliação financeira do mercado econômico brasileiro. Desse modo, a referência entre o nome-núcleo e as informações-suporte dá-se por meio de interpretações baseadas nos dados co-textuais.

Os elementos modificadores da expressão nominal complementam o sentido do núcleo e, assim, contribuem para a ativação do objeto-de-discurso “resultado do PIB brasileiro” no editorial. Com isso, esse objeto-de-discurso passa a ocupar um lugar cognitivo no texto, podendo ser reativado, reconstruído ou mantido em estado *stand by* (repouso, parcialmente ativado), conforme defendem Koch & Elias (2006).

O segundo parágrafo inicia-se pela expressão nominal – *Essa corrente de analistas*, como se pode ver abaixo.

O resultado do PIB brasileiro no segundo trimestre, divulgado ontem, era aguardado com grande expectativa. Seria um teste para a avaliação, que vinha ganhando adeptos, de que a demanda vem se acelerando em demasia. Nesse quadro, crescia a convicção de que, para evitar que mais à frente surjam pressões inflacionárias expressivas, o Banco Central estaria na iminência de interromper, e por muitos meses, a redução da taxa de juros básica.

Essa corrente de analistas recebeu os números do IBGE com certa surpresa. O ritmo de crescimento no período de abril a junho foi menor do que esperavam: só 0,8% sobre janeiro-março, descontadas as influências sazonais, o que corresponde a um ritmo limitado a 3,2% ao ano.

A expressão nominal – *Essa corrente de analistas* – encapsula o conteúdo anterior que trata dos adeptos da idéia de que o crescimento da demanda poderia desencadear pressões inflacionárias e da convicção de que o Banco Central estaria para interromper a redução da taxa de juros. Assim, analisa-se que a expressão

nominal resume informações do co-texto precedente para a partir delas introduzir um novo tópico discursivo, de modo a contribuir para a progressão do texto.

A referência entre a expressão nominal destacada e o contexto discursivo anterior baseia-se em interpretações ou associações de informações dadas sobre o resultado do PIB e sua avaliação pelos analistas que acreditavam em uma demanda excessiva que poderia trazer problemas inflacionários ao país. Assim, pode-se dizer que a expressão nominal funciona como uma anáfora associativa.

O núcleo-núcleo metafórico “corrente” aponta para a informação precedente de que o crescimento da demanda econômica vem ganhando adeptos. Argumentativamente, isso significa dizer que há muitos analistas em torno da tese de aumento exacerbado da procura. Os modificadores “de analistas” referem-se aos avaliadores e defensores dessa idéia de crescimento exagerado da procura econômica. E o uso do determinante demonstrativo “Essa” aponta justamente para a retomada e/ou identificação dessas informações do parágrafo anterior. Segundo Conte (2003), esse tipo de determinante pode substituir a determinação definida sem que haja mudanças significativas no conteúdo.

O quarto parágrafo inicia-se pela expressão nominal – *A alta*, como se pode observar a seguir.

(...)

Essa corrente de analistas recebeu os números do IBGE com certa surpresa. O ritmo de crescimento no período de abril a junho foi menor do que esperavam: só 0,8% sobre janeiro-março, descontadas as influências sazonais, o que corresponde a um ritmo limitado a 3,2% ao ano.

Além de moderado, o crescimento revelou uma composição mais benigna. A alta do consumo ficou aquém do que se estimava. Já a aceleração do investimento – o componente de demanda que se traduz, adiante, em ampliação a capacidade de oferta da economia – constituiu mais uma vez surpresa positiva.

A alta já obtida até aqui garante ao investimento, mesmo que entre em estagnação no segundo semestre, uma taxa de expansão em 2007 superior aos 8,5% projetados pelo Banco Central na edição de junho do seu relatório trimestral de inflação. Como tudo indica que o investimento se mantém em elevação, o BC deverá aumentar essa projeção no relatório de setembro.

A expressão nominal – *A alta* - funciona como uma anáfora que resume as informações dadas sobre o resultado do PIB brasileiro. Essa expressão não só aponta para o conteúdo anterior, como também para informações novas sobre a elevação dos investimentos em 2007. Nota-se que por meio do fenômeno anafórico, a expressão nominal – *A alta* – relaciona o quarto parágrafo aos segmentos textuais anteriores e abre caminho para a construção de um tópico discursivo novo, garantindo a unidade significativa e a progressão textual do editorial.

Convém dizer, também, que essa expressão nominal realiza processo referencial de retomada parcial, tendo em vista que a expressão “*A alta*” já havia sido empregada, no parágrafo anterior, referindo-se à elevação do consumo. Dessa maneira, o referente permanece em foco, à medida que o texto avança.

Ao selecionar o nome “*A alta*”, o editorialista expressa a idéia de que o crescimento econômico, mesmo abaixo das expectativas, é um fato. Assim, ele concorda com a idéia de expansão da demanda e dos investimentos, tendo em vista que sua escolha lexical, de alguma forma, aponta para sua opinião e, portanto, para seu propósito discursivo.

O último parágrafo do editorial inicia-se pela expressão nominal – *Esses números*, como se pode notar no fragmento a seguir.

Essa corrente de analistas recebeu os números do IBGE com certa surpresa. O ritmo de crescimento no período de abril a junho foi menor do que esperavam: só 0,8% sobre

janeiro-março, descontadas as influências sazonais, o que corresponde a um ritmo limitado a 3,2% ao ano.

(...)

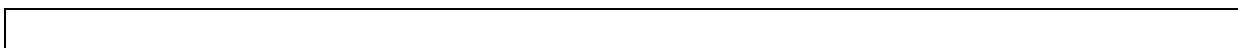
A alta já obtida até aqui garante ao investimento, mesmo que entre em estagnação no segundo semestre, uma taxa de expansão em 2007 superior aos 8,5% projetados pelo Banco Central na edição de junho do seu relatório trimestral de inflação. Como tudo indica que o investimento se mantém em elevação, o BC deverá aumentar essa projeção no relatório de setembro.

Esses números indicam que o risco de que falte oferta para atender à demanda continua limitado – e evidenciam que o crescimento brasileiro segue bem inferior ao da maioria das economias emergentes. Seria um equívoco, nesse quadro, interromper o corte de juros.

A expressão nominal – *Esses números* - também, funciona como um rótulo retrospectivo que encapsula o conteúdo precedente que indica a porcentagem do resultado do PIB brasileiro, da taxa de expansão em 2007 e sua relação com a expectativa estimada. Nesse sentido, destaca-se o uso do determinante demonstrativo como elemento lingüístico, que contribui para manter em foco um referente. Além dessa referência ao co-texto dado, a expressão nominal contribui para a progressão textual, uma vez que ela constrói o tópico discursivo do parágrafo que encerram a conclusão do texto.

Portanto, o uso das expressões nominais – *O resultado do PIB brasileiro no segundo trimestre, Essa corrente de analistas, A alta e Esses números* - desempenham funções referenciais que relacionam os parágrafos e/ou os segmentos textuais, garantindo a unidade temática e a progressão textual do editorial. Dentre as funções realizadas pelas expressões nominais, identificam-se: o encapsulamento, a rotulação, a organização macroestrutural, a orientação argumentativa e a marcação cognitiva de parágrafos.

TEXTO 10



Na trilha do chavismo

Os primeiros números extra-oficiais indicam que o presidente equatoriano Rafael Correa obteve no domingo uma importante vitória ao eleger a maioria dos membros da Assembléia Constituinte por ele convocada. Projeções dão conta de que seu partido, a Alianza País (AP), terá ao menos 71 das 130 cadeiras. Precisava de 66 para ditar os termos da nova Carta que a assembléia redigirá.

O resultado coloca Correa no encaixe de Evo Morales e Hugo Chávez na busca pelo que chamam de “socialismo do século 21”, recidiva do velho caudilhismo populista. O desfecho mais provável dessa aventura na qual os equatorianos agora embarcam será afugentar investimentos e agravar ainda mais a miséria e a instabilidade do país.

O roteiro já está traçado. Correa afirmou que pretende usar “amplos poderes” dados à assembléia para extinguir o Congresso, que foi, como ele próprio, eleito no ano passado. Tem razões muito precisas para fazê-lo. A fim de tornar mais verossímil seu discurso de candidato que se opunha à “política tradicional”, havia impedido a AP de participar do pleito legislativo. A estratégia ajudou o candidato Correa a vencer, mas deixou o presidente eleito sem base parlamentar.

Uma boa descrição da manobra agora pretendida pelo dirigente é golpe branco. Sabe-se lá que outras surpresas apresentará. A repetir-se o modelo venezuelano, estão a caminho a reeleição indefinida e a instituição de tutelas do Executivo sobre o Judiciário e o Legislativo.

Por ora Correa se aproveita de sua alta popularidade. É difícil, entretanto, dizer até quando vai durar a lua-de-mel entre o novo presidente e a população. O Equador costuma ser implacável com dirigentes que caem em desgraça. Na última década, protestos de rua puseram três presidentes para correr.

NA TRILHA do chavismo. Editoriais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A2, 02 out. 2007.

No editorial *Na trilha do chavismo*, analisa-se que quatro dos cinco parágrafos são iniciados por expressões nominais (*Os primeiros números extra-oficiais*, *O resultado*, *O roteiro* e *Uma boa descrição da manobra*) que colaboram para a organização macroestrutural do texto e, especialmente, para a marcação do parágrafo sob o ponto de vista cognitivo.

Essas expressões formalizam-se, diferentemente, atendendo aos propósitos discursivos do produtor do texto. A expressão nominal – *Os primeiros números extra-oficiais* – constitui-se de um determinante definido, um nome-núcleo e modificadores. As expressões nominais – *O resultado* e *O roteiro* - constituem-se, basicamente, de um determinante definido e um nome-núcleo. De outro modo, a expressão - *Uma boa descrição da manobra* – constitui-se de um determinante indefinido, um nome-núcleo e um modificador.

O primeiro parágrafo do editorial inicia-se pela expressão nominal – *Os primeiros números extra-oficiais*, como se pode observar no fragmento a seguir.

Os primeiros números extra-oficiais indicam que o presidente equatoriano Rafael Correa obteve no domingo uma importante vitória ao eleger a maioria dos membros da Assembléia Constituinte por ele convocada. Projeções dão conta de que seu partido, a Alianza País (AP), terá ao menos 71 das 130 cadeiras. Precisava de 66 para ditar os termos da nova Carta que a assembléia redigirá.

A expressão nominal – *Os primeiros números extra-oficiais* - introduz um referente no texto em torno do qual se desenvolvem as informações apresentadas sobre a vitória do presidente Rafael Correa na Assembléia Constituinte, uma vez que seus aliados políticos foram eleitos. Essas informações colaboram para a construção do tópico discursivo do parágrafo de introdução do texto e para a ativação de seu objeto-de-discurso. Assim, analisa-se que o uso de expressões nominais referenciais, no início de parágrafos, pode funcionar como um meio de marcar a paragrafação de editoriais.

Convém dizer que o núcleo da expressão nominal funciona como um rótulo prospectivo, pois ele prenuncia os indicadores numéricos da vitória do presidente equatoriano. Os termos modificadores “primeiros” e “extra-oficiais” revelam a cautela do editorialista ao comunicar a vitória do presidente equatoriano na Assembléia Constituinte. Por sua vez, o determinante definido é usado como meio de tratar um referente e/ou um objeto-de-discurso como se este já fosse conhecido, compartilhado entre o editorialista e seu interlocutor.

O segundo parágrafo inicia-se pela expressão nominal – *O resultado*, como se pode ver abaixo.

Os primeiros números extra-oficiais indicam que o presidente equatoriano Rafael Correa obteve no domingo uma importante vitória ao eleger a maioria dos membros da Assembléia Constituinte por ele convocada. Projeções dão conta de que seu partido, a Alianza País (AP), terá ao menos 71 das 130 cadeiras. Precisava de 66 para ditar os termos da nova Carta que a assembléia redigirá.

O resultado coloca Correa no encaixe de Evo Morales e Hugo Chávez na busca pelo que chamam de “socialismo do século 21”, recidiva do velho caudilhismo populista. O desfecho mais provável dessa aventura na qual os equatorianos agora embarcam será afugentar investimentos e agravar ainda mais a miséria e a instabilidade do país.

A expressão nominal definida referencial - *O resultado* - funciona como um rótulo retrospectivo que encapsula as informações do parágrafo precedente sobre a vitória do presidente Rafael Correa ao eleger a maioria dos membros da Assembléia Constituinte. Nesse movimento referencial retrospectivo, a expressão nominal contribui para a ligação semântica entre os segmentos textuais. Além disso, ela promove a progressão textual, uma vez que constrói o tópico discursivo do segundo parágrafo do editorial.

A referência entre essa expressão nominal e as informações-suporte anteriores dá-se associativamente por meio de interpretações sobre a vitória do presidente equatoriano ao eleger a maior parte dos membros da Assembléia Constituinte. Sendo assim, pode-se dizer que o nome-núcleo “resultado” é inferido a partir da informação da vitória do presidente do Equador.

O terceiro parágrafo inicia-se pela expressão nominal – *O roteiro*, como se pode notar a seguir.

Os primeiros números extra-oficiais indicam que o presidente equatoriano Rafael Correa obteve no domingo uma importante vitória ao eleger a maioria dos membros da Assembléia Constituinte por ele convocada. Projeções dão conta de que seu partido, a Alianza País (AP), terá ao menos 71 das 130 cadeiras. Precisava de 66 para ditar os termos da nova Carta que a assembléia redigirá.

O resultado coloca Correa no encaixe de Evo Morales e Hugo Chávez na busca pelo que chamam de “socialismo do século 21”, recidiva do velho caudilhismo populista. O desfecho mais provável dessa aventura na qual os equatorianos agora embarcam será afugentar investimentos e agravar ainda mais a miséria e a instabilidade do país.

O roteiro já está traçado. Correa afirmou que pretende usar “amplos poderes” dados à assembléia para extinguir o Congresso, que foi, como ele próprio, eleito no ano passado. Tem razões muito precisas para fazê-lo. A fim de tornar mais verossímil seu discurso de candidato que se opunha à “política tradicional”, havia impedido a AP de participar do pleito legislativo. A estratégia ajudou o candidato Correa a vencer, mas deixou o presidente eleito sem base parlamentar.

A expressão nominal – *O roteiro* - funciona como um rótulo metalingüístico que encapsula o conteúdo anterior sobre o percurso político construído pelo presidente equatoriano Rafael Correa, ao passo que também serve de base para informações sobre como esse presidente pretende extinguir o Congresso.

Desse modo, essa expressão nominal referencial pode realizar funções referenciadoras e predicativas (cf. KOCH; ELIAS, 2006), isto é, referir-se a objetos-

de-discurso dados ou implícitos, como também antecipar referentes ou informações, localizados depois de sua lexicalização. Por meio dessas funções referenciais, a expressão nominal “O roteiro” relaciona as partes do texto e organiza o seu conteúdo. Por essa razão, pode-se atribuir às expressões nominais referenciais as funções de organização macroestrutural e de marcação cognitiva de parágrafos.

Com isso, a expressão nominal referencial – *O roteiro* – funciona como um ponto ou *nódulo semântico* (cf. CONTE, 2003) na organização dos conteúdos do editorial. Ou em outras palavras, esse rótulo constrói a *espinha dorsal do texto* (cf. KOCH, 2003).

O quarto parágrafo do editorial inicia-se pela expressão nominal – *Uma boa descrição da manobra*, conforme se observa no fragmento a seguir.

(...)

O roteiro já está traçado. Correa afirmou que pretende usar “amplos poderes” dados à assembléia para extinguir o Congresso, que foi, como ele próprio, eleito no ano passado. Tem razões muito precisas para fazê-lo. A fim de tornar mais verossímil seu discurso de candidato que se opunha à “política tradicional”, havia impedido a AP de participar do pleito legislativo. A estratégia ajudou o candidato Correa a vencer, mas deixou o presidente eleito sem base parlamentar.

Uma boa descrição da manobra agora pretendida pelo dirigente é golpe branco. Sabe-se lá que outras surpresas apresentará. A repetir-se o modelo venezuelano, estão a caminho a reeleição indefinida e a instituição de tutelas do Executivo sobre o Judiciário e o Legislativo.

A expressão nominal – *Uma boa descrição da manobra* - funciona como um rótulo prospectivo, uma vez que se remete ao objeto-de-discurso “golpe branco” do co-texto subsequente, criando, assim, expectativas sobre o referente e sua

predicação. Pode-se dizer, também, que a rotulação é metalingüística, tendo em vista que seu nome-núcleo - *descrição* - reflete uma atividade lingüístico-cognitiva.

O uso dos modificadores colabora para a categorização do referente. O modificador “boa” indica a apreciação do autor do editorial sobre a manobra política pretendida pelo presidente equatoriano. Por isso, esse modificador orienta a argumentação do editorial. O modificador “da manobra” complementa o sentido do núcleo da expressão e aponta para novas ações políticas a serem tomadas pelo presidente Rafael Correa.

Sendo assim, de acordo com a análise do editorial, as expressões nominais referenciais - *Os primeiros números extra-oficiais, O resultado, O roteiro e Uma boa descrição da manobra* – posicionadas no início de seus respectivos parágrafos, realizam as funções referenciais de encapsulamento, de rotulação, de orientação argumentativa, de organização macroestrutural e de marcação cognitiva de parágrafos, contribuindo para a produção textual do editorial, especialmente, para a sua paragrafação sob o ponto de vista cognitivo.

Considerações finais

Considerações Finais

*“Até que enfim
se desenrola toda a corda
e o mundo gira imóvel como um pião!”*

Mário Quintana

Nesta pesquisa, analisou-se, sobretudo, a referenciação na produção do texto escrito cujo foco esteve sobre as expressões nominais referenciais. Especificamente, na escrita de editoriais de jornal. Por esse motivo, os estudos sobre a referenciação, conforme postulados de Mondada & Dubois (1995, 2003), constituíram a base teórica do trabalho.

A concepção de texto como lugar de interação e/ou ação entre sujeitos da atividade verbal constituiu o ponto de partida para as investigações sobre as expressões nominais referenciais em editoriais de jornal. Nessa perspectiva, o texto transcende sua materialidade lingüística e seu caráter linear. Ele deixa de ser concebido como um produto sintático-semântico fechado em si mesmo e passa a ser visto como processo de ação social de sujeitos ativos, que agem com e sobre seus interlocutores co-participantes da interação verbal. Dessa maneira, o texto escrito é tratado sob seu aspecto interacional. É nessa concepção de texto que a referenciação encontra espaço fértil.

Convém ressaltar ainda o caráter pragmático da abordagem do texto. Sob esse viés, não só o co-texto, mas também o contexto discursivo, os participantes da ação verbal, os atos de fala, os aspectos inferenciais, cognitivos, a situação

comunicativa, entre outros, de algum modo, contribuem para explicar, em parte, o processamento textual. Assim, o texto é tratado sob o ponto de vista de seu funcionamento entre fatores internos e externos.

Diante das muitas possibilidades de abordagem do texto escrito, este trabalho analisou a constituição e as funções realizadas por expressões nominais referenciais iniciadoras de parágrafos de editoriais. Em se tratando dos textos analisados, essas expressões referenciais funcionaram como importantes elementos lingüísticos que contribuem com a produção textual, uma vez que desempenham funções referenciais de encapsulamento, rotulação, orientação argumentativa, organização macroestrutural e de marcação cognitiva de parágrafo, que atuam na articulação dos segmentos discursivos do texto.

Sobre a configuração estrutural das expressões nominais referenciais, concluiu-se que ela pode formalizar-se de diferentes maneiras, de acordo com os propósitos e as estratégias discursivas do produtor do texto. Em outras palavras, o escritor orienta o leitor a determinadas conclusões do texto, tendo em vista as escolhas lexicais dos componentes lingüísticos das expressões referenciais. Assim, explicam-se a seleção dos nomes-núcleo, dos modificadores, dos determinantes e a função orientação argumentativa desempenhada pelas expressões referenciais.

Vê-se, portanto, que as expressões nominais referenciais iniciadoras de parágrafos desempenham importante papel na organização macroestrutural de textos do gênero editorial de jornal, tendo em vista a realização de estratégias referenciais tais como, a introdução de referentes, a retomada e a desfocalização, que contribuem para a construção de novos tópicos discursivos.

Assim, as expressões nominais referenciais iniciadoras de parágrafos funcionam como ponto de articulação sintático-semântica e cognitiva entre porções

textuais, isto é, atuam como elo coesivo e organizador da estrutura do texto, de modo a garantir a unidade e a progressão textuais. Dois aspectos especiais são decorrentes desse processo de conectividade:

1) as expressões nominais referenciais determinam uma nova etapa do raciocínio do escritor e/ou um novo recorte da temática textual. É nesse sentido que Koch (2003) discute que as formas remissivas nominais, que encabeçam parágrafos, indicam a passagem de uma fase a outra do discurso do escritor.

2) as expressões nominais referenciais resumem partes do texto ou, até mesmo, o texto como um todo, considerando os processos referenciais de encapsulamento e de rotulação, especialmente, a rotulação metalingüística.

No que diz respeito ao editorial de jornal, convém salientar que esse gênero de texto constitui uma importante atividade de análise e/ou debate de idéias que apontam para a formação de opinião pública. Sendo os editoriais textos argumentativos, concluiu-se que o uso de expressões nominais referenciais, no início de parágrafos, contribui para a paragrafação argumentativa.

Sendo assim, a análise permite dizer que expressões nominais referenciais iniciadoras de parágrafos contribuem para a produção textual de editoriais, especialmente, para sua paragrafação. Acredita-se, então, ter atingido o objetivo proposto inicialmente e que este trabalho venha contribuir para o desenvolvimento de pesquisas sobre o ensino de produção textual escrita.

Considerando que este trabalho não pretendeu fazer uma análise exaustiva, indaga-se se as expressões nominais referenciais realizam funções semelhantes em outros gêneros e tipos textuais, contribuindo para sua produção textual. Essa questão abre perspectivas para outras pesquisas na área de produção de texto.

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete, Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 53 – 84.

_____; CHANET, Catherine. Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete, Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 131 – 176.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BEAUGRANDE, Robert-Alain; DRESSLER, Wolfgang U. *Introduction to text linguistics*. 2º imp. Londres: Longman, 1981.

BEAUGRANDE, Robert-Alain. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society*. Norwood, New Jersey. Ablex Publishing Corporation, 1997. Trad. Maria Inez Matoso Silveira. 24 f. Mimeografado.

BENTES, Anna Christina. Lingüística Textual. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Org.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*, v. 1. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BERNÁRDEZ, Enrique. *Introducción a la lingüística del texto*. Madrid, Espasa-Calpe, [s.n.], 1982.

BLIKSTEIN, Isidoro. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 1985.

BRITO, Francilene Alves. *As formas de narrar dos editoriais jornalísticos brasileiros*. São Paulo, 2000. 142 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CAMPS, Anna et alii. *Propostas didáticas para aprender a escrever*. Trad. Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CARVALHO, Maria Angélica Freire de. *O funcionamento textual-discursivo dos rótulos em artigos de opinião*. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Universidade Estadual de Campinas.

CHAROLLES, Liliane S. Le resume de texte. IN: *Pratiques*, n. 26. France, Metz, 1980, p. 59 -90.

CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete, Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 177.

COSERIU, Eugênio. *Princípios de semântica estrutural*. Madrid: Gredos, 1977.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. Repensando a textualidade. In: AZEVEDO, José Carlos de. (Org.). *Língua Portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. 3 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel;

FAVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Linguística Textual: introdução*. São Paulo: Cortez, 1983.

FAVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. 9. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

FIORIN, José Luiz. Gêneros e tipos textuais. In: HUGO, Mari; WALTY, Ivete; VERSIANI, Zélia. (Org.). *Ensaio sobre leitura*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.

FRANCIS, Gil. Labelling discourse: an aspect of nominal group lexical cohesion. In: M. Coulthard (ed.). *Advances in written text analysis*. Londres, Routledge, 1994.

_____. Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete, Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 191 – 228.

GRICE, H. P. Logic and Conversation. In: COLE, P. & MORGAN, J. L. (Org.). *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. New York: Academic Press, 1975.

GUIMARÃES, Doroti Maroldi. *Um estudo da organização textual de editoriais de jornais paulistanos*. São Paulo, 1992. 143f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

HEINEMANN, Wolfgang; VIEHWEGER, Dieter. *Textlinguistik: eine Einführung*. Tübingen, Niemeyer, 1991.

JUBRAN, CLÉLIA CÂNDIDA ABEU S. Revisando a noção de tópico discursivo. In: Cadernos de estudos lingüísticos. *O tópico discursivo*, 48: 7-22. Campinas, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A coesão textual*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Argumentação e linguagem*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: NEGRI, Lígia; FOLTRAN, Maria José; OLIVEIRA, Roberta Pires de. (Org.). *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 244 – 261.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 33 – 52.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____; PENNA, Maria Angélica Oliveira. Construção/reconstrução de objetos-de-discurso: manutenção tópica e progressão textual. In: Cadernos de estudos lingüísticos. *O tópico discursivo*, 48: 7-22. Campinas, 2006.

_____; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.

LEITÃO, Selma. Composição textual: especificidade da escrita argumentativa. In: CORREA, Jane; SPINILLO, Alina; LEITÃO, Selma. *Desenvolvimento da linguagem: escrita e textualidade*. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, 2001.

LIBERATO, Yara; FULGÊNCIO, Lúcia. *É possível facilitar a leitura: um guia para escrever claro*. São Paulo: Contexto, 2007.

MANUAL GERAL DA REDAÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO. 2. ed. Revista e ampliada, Folha de S. Paulo, 1987.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Cognição e Produção Textual: processos de referenciação. In: II Congresso Nacional da ABRALIN, 1999, Florianópolis. [s.n.], p. 16.

_____. Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido. In: FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. *Produção de sentido: estudos transdisciplinares*. São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educs, 2003, p. 239 – 261.

_____. O léxico: lista, rede ou cognição social? In: NEGRI, Lígia; FOLTRAN, Maria José; OLIVEIRA, Roberta Pires de. (Org.). *Sentido e significação em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 263 – 284.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher. (Org.). *Gêneros Textuais: reflexões e ensino*. Paraná: Lucerna, 2005.

_____. Atos de referenciação na interação face-a-face. In: Cadernos de estudos lingüísticos, 41:37-54. Campinas, 2006.

_____. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. In: Cadernos de estudos lingüísticos. *O tópico discursivo*, 48: 7-22. Campinas, 2006.

_____. Interação, contexto e sentido literal. In: *Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 76 – 98.

_____. *Cognição, Linguagem e Práticas Interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construction des objets de discours et categorisation: une approche des processus de référénciation. In: BERREN DONNER, A. & REICHLER-BEGUELIN, M-J. *Travaux Neuchatelois de Linguistique*. Genève: Tranel, n. 23, 1995, pp. 273-302.

_____. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete, Biasi; CIULLA, Alena. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17 – 52.

MORATO, Edwiges Maria. Metalinguagem e referenciação: a reflexividade enunciativa nas práticas referenciais. IN: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 243 - 263.

PENNA, Maria Angélica Oliveira. *As formas nominais referenciais e suas funções na progressão textual*. Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

PETÖFI, Janos. *Zu einer Grammatischen Theorie sprachlicher Texte*. Lili, ano 2, fasc. 5, 1973, p. 33 – 58.

PINHEIRO, CLEMILTON LOPES. O tópico discursivo como categoria analítica textual-interativa. In: Cadernos de estudos lingüísticos. *O tópico discursivo*, 48: 7-22. Campinas, 2006.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Como elaborar referências bibliográficas*. 5. ed. Revisada e ampliada. V.1. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

_____. *Como elaborar citações e notas de rodapé*. 3. ed. Ampliada. V.2. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

SANTOS, Ana Paula Claudino. Editorias de jornal e revista. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva. *Gêneros textuais e referência*. PROTEXTO (Grupo de Pesquisa em Lingüística – UFC). Fortaleza: 2004. CD-ROM.

_____; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Editorial: aspectos estruturais e intersubjetivos. In: Comunicação ao VI Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada - CBLA. Belo Horizonte, 2001.

SAUTCHUK, Inez. *A produção dialógica do texto escrito: Um diálogo entre escritor e leitor interno*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares. *Estudo da organização textual argumentativa em editoriais de jornais*. Fortaleza, 2004. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal do Ceará.

_____; BIASI-RODRIGUES. Um estudo da seqüência argumentativa em editoriais de jornais. IN: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; COSTA, Maria Helenice Araújo; JAGUARIBE, Vicência Maria Freitas; FILHO, Valdinar Custódio. (Org.). *Texto e discurso sob múltiplos olhares: gêneros e seqüências textuais*. v. 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Relevo e desenvolvimento de tópico discursivo. In: Cadernos de estudos lingüísticos. *O tópico discursivo*, 48: 7-22. Campinas, 2006.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Some Aspects of Textgrammars*. The Hagu: Mouton, 1972.

_____. News Schemata. In: *Studing Writing: Linguistic Approaches*. Beverly Hills, 1986.

_____. Race, riots and the press. *Gazette* (in Press), 1989, p. 229-253.

_____. *Discurso e interação*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

WEINRICH, Harald. *Tempus: besprochene und erzählte Welt*. Stuttgart, Klett, 1964.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)